



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL



VANDERLEIA ALVES DE OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO SINDICATO
DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE
SERRINHA-SINTRAF**

Feira de Santana- BA

2022

VANDERLEIA ALVES DE OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO SINDICATO
DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE
SERRINHA-SINTRAF**

Dissertação apresentada à Banca de
Qualificação do Programa de Pós-Graduação
em Planejamento Territorial - Mestrado
Profissional da Universidade Estadual de Feira
de Santana.

Orientadora: Profa. Dra. Acácia Batista Dias

Feira de Santana-BA

2022

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

O52

Oliveira, Vanderleia Alves de

A inserção de mulheres trabalhadoras rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha – SINTRAF / Vanderleia Alves de Oliveira. – 2023.

109 f.: il.

Orientadora: Acácia Batista Dias.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial, Feira de Santana, 2023.

1. Trabalhadoras rurais – Serrinha, Bahia. 2. Mulheres – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF). 3. Agricultura familiar. 4. Sindicalismo rural. I. Título. II. Dias, Acácia Batista, orient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 331.105.44-055.2(814.22)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL



VANDERLEIA ALVES DE OLIVEIRA

**A INSERÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO SINDICATO
DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE
SERRINHA-SINTRAF**

Profa. Dra. Acácia Batista Dias
(Orientadora) UEFS

Prof. Dr. João Diogenes Ferreira Santos
UEFS

Profa. Dra. Vanessa da Silva Vieira
UEFS

Aprovado em 25 de março de 2022.

Feira de Santana
2022

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil ser produtiva em um contexto pandêmico. Em meio a tantas incertezas, conseguimos. Nesse momento agradeço a Deus por mais uma etapa concluída e por ter me sustentado até aqui.

À minha família por ser fonte de inspiração e energia.

Agradeço, especialmente pela disponibilidade, a cada uma das mulheres entrevistadas. Esse trabalho é também de vocês. Muito obrigada.

Ao querido Vladson, por ser tão solícito.

Aos meus amigos, em especial, Igor, Murilo e Djalma que estiveram tão presentes em diversos momentos da construção desse trabalho. Muito obrigada por tudo.

Agradeço ao PLANTERR e aos seus docentes por todo conhecimento compartilhado. Foi muito enriquecedor.

Aos colegas do PLANTERR por toda troca e por ter deixado esse percurso mais leve, em especial, as queridas Débora, Núbia e Jaci.

À minha orientadora Profa. Dra. Acácia Batista Dias, sem a qual não teria condições de concluir essa etapa. Todo o meu carinho, respeito e admiração por essa mulher que é referência para mim.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise do processo de inserção de mulheres rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha–SINTRAF e como esta participação contribui em novas perspectivas de poder nas esferas pública e privada, do município de Serrinha-BA, localizado no Território de Identidade do Sisal, no semiárido baiano. A fim de alcançar o objetivo geral, buscou-se descrever o processo de filiação, identificar das mulheres e funções exercidas, bem como buscou-se relacionar a inserção das mulheres no sindicato com a construção de identidades femininas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas. A realidade das trabalhadoras rurais de Serrinha demonstra que, embora ainda tenha um caminho a ser percorrido, as mulheres têm conquistado avanços em termos de participação nos espaços públicos, bem como o seu papel de destaque na busca de autonomia e participação política. O engajamento em movimentos sociais abre espaço para o processo de resignificação de sua posição nas relações o que reverbera na percepção e no comportamento sobre as posições que lhes são impostas, e na reconstrução de sua identidade.

Palavras-chave: Mulheres rurais; Gênero; Sindicato; Sindicalismo Rural

ABSTRACT

The present work aims to analyze the process of insertion of rural women in the Union of Rural Workers and Family Farmers of Serrinha-SINTRAF and how this participation contributes to new perspectives of power in the public and private spheres, in the municipality of Serrinha-BA, located in the Sisal Identity Territory, in the semi-arid region of Bahia. In order to achieve the general objective, we sought to describe the process of affiliation, identify women and their roles, as well as relate the insertion of women in the union with the construction of female identities. This is a qualitative research based on semi-structured interviews. The reality of rural workers in Serrinha demonstrates that, although there is still a way to go, women have made progress in terms of participation in public spaces, as well as their prominent role in the search for autonomy and political participation. Engagement in social movements opens space for the process of re-signification of their position in relationships, which reverberates in the perception and behavior of the positions imposed on them, and in the reconstruction of their identity.

Keywords: Rural women; Genre; Syndicate; Rural Unionism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNBB - Confederação dos Bispos do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EMATER-BA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

FETAGs- Federações de Trabalhadores na Agricultura

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FETRAF-BA- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER- Movimento dos Agricultores Sem Terra

MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MMTRS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul

MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

MMTRSC - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PIB - Produto Interno Bruto

PCB - Partido Comunista do Brasil

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RASEAM - Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha;

STRs - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3	3. SINDICALISMO RURAL	19
3.1	A formação do sindicalismo	19
3.2	As organizações de trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas	20
3.3	A formação dos sindicatos rurais	24
3.4	Novo sindicalismo no Brasil	30
4	4. GÊNERO E SINDICATO	37
4.1	Discussão sobre o conceito de gênero	37
4.2	As desigualdades de gênero nos espaços públicos	41
4.3	Mulheres trabalhadoras rurais e o processo de inserção no SINTRAF-Serrinha	47
4.4	Movimento feminista e movimento de mulheres	52
4.5	A Organização das Mulheres no Movimento de Trabalhadoras Rurais	56
4.6	Movimento de mulheres rurais e suas especificidades	67
4.7	Divisão social e sexual do trabalho e implicações na participação sindical .	71
5	5. MULHERES RURAIS SINDICALIZADAS	75
5.1	Sindicato, (re)construção de identidade	86
6	6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
7	REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a análise do processo de inserção de mulheres rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha–SINTRAF e como esta participação contribui em novas perspectivas de poder nas esferas pública e privada, do município de Serrinha-BA, localizado no Território de Identidade do Sisal¹, no semiárido baiano. O clima predominante da região é o semiárido, tendo como vegetação a Caatinga. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², a área desta unidade territorial era composta por 583,314 km², em 2019. A população do referido município, no último censo realizado em 2010, foi de 76.762 pessoas, sendo a população urbana composta por 47.188 e a população rural 29.576 pessoas. A população censitária por gênero é composta por 37.680 pessoas do sexo masculino e 39.082 do sexo feminino. Segundo o Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a estimativa da população do município chegaria a 81.004 pessoas no ano de 2020, projeção feita pelo órgão e IBGE no ano de 2018.

O ano de 2017 registrou renda per capita de 10.243,92 reais e o produto Interno Bruto (PIB) foi estimado em 10.243,92. Em 2018, o salário médio mensal no município era de 1,6 salários-mínimos (IBGE, 2017). Serrinha possui como região de influência o município de Feira de Santana, cuja sede se configura como a segunda cidade mais populosa do estado.

De toda riqueza produzida no município de Serrinha, no ano de 2016, 1,7% foi originado da agropecuária. O setor industrial respondeu por 12,7% e o comércio foi responsável por 85,6%, o que revela estes últimos setores como principais fontes de economia³.

Sobre o perfil dos produtores, Pomponet (2019) destaca a prevalência da categorial individual no Território do Sisal, a qual está distribuída por sexo da seguinte forma: “40,2 mil produtores do sexo masculino e 17,5 mil do sexo feminino. Os homens prevalecem em Monte Santo (4,9 mil) e em Tucano (3,9 mil) e a presença feminina se destaca nos municípios de Serrinha (2,5 mil) e Conceição do Coité (2 mil)” (p.6).

¹ Este Território de Identidade é composto por 20 municípios baianos: Araci, Barrocas, Biringinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordeste, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

² Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serrinha/panorama>. Acesso em: 03/10/2020.

³ Informações disponíveis em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2930501.pdf. Acesso em: 03/10/2020

Este Território apresenta uma expressiva atuação de trabalhadores e trabalhadoras na produção de sisal, no artesanato, na cultura de subsistência e agricultura familiar, e também através da participação em movimentos e organizações que o compõem, como: Associações Comunitárias, Cooperativas de Produção e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (ESPÍRITO SANTO *et. al.*, 2006).

Importa destacar que as mulheres trabalhadoras sempre estiveram presentes nas lutas consideradas dos trabalhadores, contudo, durante muito tempo, a presença delas foi silenciada e invisibilizada. As organizações sindicais têm buscado desenvolver seu discurso sobre o processo de trabalho e a situação das/dos trabalhadoras(es), vinculando-o ao conceito de igualdade e autonomia. Entretanto, a compreensão desse processo sem o reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora, compreendendo-a como sexuada e atravessada por especificidades oferece limites à prática sindical. Consideramos que o enfrentamento às desigualdades de gênero, por meio da construção de relações democráticas entre homens e mulheres é condição *sine qua non* para uma representação sindical igualitária.

O sindicato desde a sua constituição tem uma estrutura formada para o masculino, acompanhado de um caráter excludente no que diz respeito à participação feminina nas esferas de poder. Essa exclusão, de acordo com Mota (2009), tem por finalidade deslegitimar a capacidade política e administrativa das mulheres e justificar a reduzida presença destas em cargos de direção sindical ou política. Essa crença dificulta o acesso da mulher a cargos que envolvem poder de decisão, assim como a incorporação das pautas femininas nas lutas travadas pela entidade. O movimento sindical rural no Brasil, até a década de 1980 era majoritariamente formado por homens, todavia, por meio da organização de mulheres, este cenário tem apresentado uma nova configuração. (BONI, 2004).

A realidade das trabalhadoras rurais é marcada por sua atuação no processo de produção agrícola, juntamente com a realização das atividades domésticas, o que corresponde a maior tempo dispensado para o trabalho. O ingresso delas em espaços de organização, como grupos, associações e cooperativas ocorre inicialmente em razão da percepção desses espaços como forma de obter uma fonte complementar à renda familiar, através da realização de atividades consideradas produtivas, as quais proporcionam maior visibilidade da atuação feminina e (re)construção da sua participação na sociedade. E, além disso, o ingresso nesses espaços possibilita o conhecimento e acesso aos direitos sociais e políticos, visto que a falta de qualificação das mulheres rurais e as precárias

condições de vida no âmbito rural dificultam o ingresso delas no mercado de trabalho. (OLIVEIRA; DIAS, 2018).

Butto et al. (2011) corroboram tal assertiva ao ilustrar que o processo de participação feminina qualifica a sua ação política e possibilita a atribuição de novos significados ao seu papel enquanto sujeito nos espaços público e privado⁴. A participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direito.

O processo de formação desigual entre o feminino e o masculino está associado às condições históricas em que as mulheres foram expostas. Essas tiveram seus papéis sociais circunscritos pelo modelo hierárquico patriarcal⁵, no qual há uma superioridade masculina em relação às mulheres, a elas foram atribuídas as tarefas ditas femininas (o cuidado da casa, dos filhos e dos esposos), restringindo-as ao espaço privado (FRANCO, 2017).

O modelo hierárquico e patriarcal⁶ resultou nas desigualdades de gênero, o qual tem por reflexo o processo de invisibilização feminina especialmente no âmbito rural, pois as mulheres vivenciam discriminações devido à negação de seus direitos previdenciários, participação política e reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais (COSTA; BRUSCHINI, 1992).

O confinamento das mulheres aos espaços privados e a sua consequente restrição ao papel da reprodução e dos cuidados com os outros, promoveram a invisibilidade delas como sujeitos políticos. Assim, a participação nas lutas por direitos sociais foi ocultada, e aparece apenas quando se trata de pautas específicas à condição feminina. Sobre essa assertiva, Costa (2014) afirma que apesar do relato histórico excluir as mulheres do cenário público/político, elas jamais estiveram ausentes das primeiras formas de organizações sociais.

⁴ O conceito de público e privado aqui adotado está fundamentado nos estudos de Hannah Arendt (2008), a qual refere que o espaço público equivale ao mundo comum, diz respeito a tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. O termo privado, por sua vez, corresponde a estar privado da realidade, desprovido de elementos essenciais à vida, isso é, ser privado de ser visto ou ouvido por outros.

⁵ Essa temática será discutida na sessão 4.7 que versa sobre a divisão social e sexual do trabalho.

⁶ Na perspectiva de Saffiotti (2004) o patriarcado configura-se em um tipo hierárquico de relação, que adentra todos os espaços da sociedade, tem uma base material, corporifica-se e por fim, representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência. Para a autora o patriarcado não se delimita apenas à esfera privada, ao contrário, o poder patriarcal alcança todas as estruturas da sociedade, da esfera privada à pública, da sociedade civil ao Estado

As representações culturais do papel da mulher na sociedade dificultam seu acesso às instâncias de poder, visto que, no imaginário social, estas devem estar circunscritas à esfera doméstica desenvolvendo atividades ditas produtivas, assim, quando se inserem em espaços de deliberação têm sua capacidade questionada. Mesmo com os últimos avanços das mulheres e das mudanças estruturais ocorridas nas direções dos sindicatos, ainda é possível observar muitas discriminações em relação à sua capacidade de gestão e liderança, o que reverbera nas desigualdades vivenciadas pelas mulheres. A presidente do SINTRAF-Serrinha, Maria Zilda, por exemplo, teve sua capacidade de gestão posta em xeque quando se candidatou à presidência pela primeira vez. Segundo ela, a oposição argumentava que sindicato não era lugar para mulher e questionava a sua capacidade de presidir a entidade. Mas isso não foi um fator limitante para essa mulher que desde os 14 anos já estava envolvida nos movimentos sociais, como ela mesmo relata: “eu tenho uma história de vida dentro do movimento sindical, desde os meus 14 anos, a gente topou para luta do movimento sindical e estou hoje aos 60, é toda uma história, é toda uma vida”. A sua narrativa contextualiza o processo de disputa e de descrédito na sua capacidade de gestora.

Naquele momento eu tinha a certeza de que eu ia provar o contrário para ele. Eu tinha certeza disso. Quando ele falava que mulher não sabia administrar, ele fazia as falas dele e o povo vinha me falar. Eu dizia: "não tem problema, vamos esperar ver se ele de fato ele vai ganhar a eleição, se ele não ganhar, quem vai ganhar sou eu, e eu ganhando vocês vão poder, depois, avaliar o meu trabalho e me dar a nota que eu mereço". Era só isso, mas intimamente eu sabia que eu tinha condições. Eu conhecia que eu sabia conduzir o trabalho. (Maria Zilda, 60 anos, Presidente do SINTRAF).

A ocupação de cargos de chefia é historicamente um atributo masculino, assim, a presença de mulheres nesses postos representa um desafio. É nesse cenário de constante desigualdade de gênero e de tensão que as mulheres trabalhadoras rurais, do município de Serrinha, vêm conquistando seu espaço, por meio de mobilização e luta para filiar-se e garantir participação ativa nas decisões. Moreira (2017), em seu estudo sobre o protagonismo das mulheres no Território do Sisal, revela que o fortalecimento de lutas e conquistas de direitos das mulheres trabalhadoras rurais, neste Território, para além da organização feminina tem sido possibilitado também pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, por meio das Secretarias de Mulheres que são instaladas nos próprios sindicatos, o que permite a atuação mais eficaz das mulheres nas decisões.

Além de favorecer o engajamento político através da ocupação de cargos de chefia o sindicato contribui para a cooperação e maior diálogo entre as próprias mulheres

acerca dessas questões. A entrevistada que ocupa a pasta da Secretaria de Mulheres do SINTRAF-Serrinha, ao versar sobre sua atuação, enfatiza a importância da aproximação de outras mulheres aos movimentos sociais: “que é aquele papel de estar tentando engajar outras mulheres nos movimentos sociais aqui no sindicato, em outros movimentos e até fazer o mesmo que fizeram comigo lá atrás”. (Marivalda da Silva de Araújo, 42 anos, Secretaria de Mulheres). Oliveira e Dias (2018), por sua vez, ao estudarem sobre as representações sociais de mulheres trabalhadoras rurais em empreendimentos produtivos, também no município referido, observaram que a filiação/participação em uma central de comercialização possibilitou mudanças nas trajetórias de vida delas, visto que, tal inserção oportunizava geração de renda e formação técnica e política promovendo, assim, uma ruptura de padrões socialmente construídos. A ocorrência de tais mudanças em suas trajetórias de vida, ao longo do tempo, proporciona às mulheres alinhar outras representações acerca do seu lugar enquanto sujeito político e de direitos, assim como nos posicionamentos delas, pois representa meios para sua autonomia, uma vez que ao estar nesses espaços conquistam direitos e participam de atividades deliberativas com voz e voto.

Assim, pensando o município de Serrinha enquanto pertencente ao Território do Sisal, a partir dos trabalhos anteriormente citados, bem como das entrevistas realizadas com mulheres filiadas ao sindicato, pôde-se observar que o processo de sindicalização das trabalhadoras rurais, foi um processo de resistência às limitações impostas.

A escolha do tema dessa pesquisa se relaciona, inicialmente, à reflexão e estudos realizados sobre o protagonismo das mulheres do Território do Sisal, no qual o município de Serrinha está inserido. Em Serrinha é possível observar um grande engajamento das mulheres trabalhadoras rurais em movimentos sociais, na busca por direitos e no desenvolvimento de atividades nas esferas públicas. A partir da leitura da dissertação “Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser: o protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal - Bahia”, de Ozileide Moreira, foi possível ter um primeiro contato com as lutas enfrentadas pelas trabalhadoras rurais do município para se filiar ao sindicato, aspecto abordado em sua pesquisa. Perceber que existia muita resistência à participação feminina através da fala das próprias entrevistadas me motivou a querer entender mais sobre a questão, compreendendo o processo histórico e fenômenos sociais ali envolvidos.

Ao longo da trajetória acadêmica como estudante de Psicologia, da Universidade Estadual de Feira de Santana, minha identificação enquanto mulher negra e da zona rural

também foi se consolidando. Durante a graduação, a temática de gênero, na maioria das vezes, era tratada de forma homogênea. Conhecer as peculiaridades das mulheres rurais a partir de categorias como gênero e raça e me aprofundar em discussões nessas áreas, através da leitura de teorias como a do feminismo negro, constituíram também elementos incentivadores para a consolidação de um percurso acadêmico em torno desta temática. O trabalho realizado no programa de iniciação científica, sob orientação da professora Acácia Batista Dias, também minha orientadora no mestrado, com mulheres trabalhadoras rurais, proporcionou a realização de uma pesquisa no Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha, momento em que me aproximei do público-alvo daquela pesquisa, trabalho que consolidou ainda mais meu interesse pelo tema.

Este trabalho foi estruturado em mais quatro seções, além dessa introdução e das últimas considerações. Na segunda seção foi trabalhado os aspectos metodológicos, na terceira seção foi discutido, de forma breve, o processo de instauração do sindicalismo rural no Brasil, fazendo uma análise acerca da gênese do movimento sindical, o qual ocorre diante da expansão do capitalismo e expropriação da mão-de-obra da classe operária na Europa. Posteriormente, retrata-se as organizações de trabalhadores rurais que foram fundamentais para o processo de sindicalismo, em especial, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Dois períodos do sindicalismo no Brasil são abordados: o momento de instauração que antecede ao golpe militar e o “novo sindicalismo” que se apresenta com uma nova fase do sindicalismo no Brasil.

Na quarta seção foi abordado o conceito de gênero e sua relação com sindicato, retratou-se as desigualdades de gênero nos espaços públicos. A seção contempla também o processo de inserção das mulheres trabalhadoras rurais no SINTRAF; a discussão sobre movimento feminista, movimento de mulheres e mulheres rurais, bem como questões relativas a divisão social e sexual do trabalho.

Na quinta seção, a ênfase está nas motivações que levaram as trabalhadoras rurais a se filiarem no sindicato, qual a importância da entidade em suas vidas, e como a participação repercute na sua concepção, acerca do papel social das mulheres rurais. Foi discutido também sobre construção de novas identidades femininas, a partir da participação política e, abordada, de forma breve, a violência que as mulheres enfrentam ainda no meio rural. Pensando não ser possível trabalhar gênero, sem atentar às questões

de raça, foi feito um recorte sobre o feminismo negro, a fim de trabalhar a interseccionalidade.

Por fim, algumas considerações foram tecidas, acerca do destaque das mulheres no processo de filiação ao sindicato; as repercussões dessa participação nas suas relações e, também, as pautas que elas ainda precisam lutar.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa foi realizada a partir de dados qualitativos, os quais, nas ciências sociais, estão associados com questões que não podem ser quantificadas. Todavia, Minayo (1994) assevera que não há um “continuum” entre qualitativos e quantitativos, em que o primeiro termo representasse o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo”; e o segundo representasse o espaço científico, por ser traduzido em “dados matemáticos”, ou seja, não há oposição entre os termos, mas complementariedade, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente e exclui qualquer dicotomia.

Silveira e Cordova (2009), por sua vez, indicam a pesquisa qualitativa quando não se busca quantificar a realidade estudada, não há priorização da representatividade numérica, mas a compreensão do que está sendo investigado.

A questão norteadora da pesquisa versava sobre como ocorreu o processo de inserção de mulheres trabalhadoras rurais no Sintraf- Serrinha? E como objetivo geral, analisou o processo de inserção de mulheres rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha–SINTRAF e como esta participação contribui em novas perspectivas de poder nas esferas pública e privada, do município de Serrinha-BA, localizado no Território de Identidade do Sisal, no semiárido baiano. A fim de alcançar o objetivo geral, buscou-se descrever o processo de filiação, identificar as mulheres e funções exercidas, bem como buscou-se relacionar a inserção das mulheres no sindicato com a construção de identidades femininas. As participantes da pesquisa são as mulheres filiadas ao Sindicato de Trabalhadores e Agricultores Familiares de Serrinha –SINTRAF, que no período da entrevista faziam parte de cargos de deliberação da entidade (Apêndice 01). A identificação e o contato com elas ocorreram através de pessoas que possuíam alguma vinculação com a entidade ou com alguma participante. Importa salientar que durante a graduação a autora desenvolveu uma pesquisa com mulheres trabalhadoras rurais em empreendimentos produtivos, no mesmo município o que contribuiu, na construção de vínculos afetivos de confiança prévios que facilitaram a aproximação aos sujeitos no desenvolvimento desta pesquisa.

As etapas percorridas para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa tiveram início a partir de uma revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias e artigos congruentes ao processo de inserção de mulheres rurais em sindicatos. Conjuntamente ao processo de revisão bibliográfica, foram feitas as primeiras articulações com as mulheres filiadas ao sindicato, a fim de saber sua disponibilidade e

posteriormente agendadas as entrevistas. Mas nem todas as mulheres indicadas para a pesquisa puderam participar, por algumas razões, entre as quais se destaca: a pandemia Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou o Novo Coronavírus, pois não se sentiram seguras para serem entrevistados pessoalmente; como também as dificuldades para algumas delas em manusear as tecnologias digitais.

Devido a pandemia houve um atraso no início do trabalho de campo e, em razão do avanço da pandemia só foi possível ir a campo (*in loco*), apenas uma vez, o que ocasionou impactos e repercussões na proposta inicial do trabalho, tanto para a coleta de dados (entrevistas e análise documental), bem como no processo da escrita, visto que as incertezas proporcionadas pelo contexto pandêmico refletiram diretamente no processo de produção.

Nesse sentido, no primeiro momento a pesquisadora foi a campo em setembro de 2020, momento em que realizou entrevistas com três mulheres. Segue uma breve apresentação delas: Maria Zilda Oliveira Ferreira, 60 anos, casada, possui ensino fundamental completo, autodeclara-se negra, agricultora, presidente do sindicato; Marivalda da Silva de Araújo, 42 anos, reside com seu companheiro, possui ensino fundamental incompleto, autodeclara-se negra, agricultora, coordenadora da secretaria de mulheres; Jacy Barreto, 64 anos, solteira, ensino médio completo, autodeclara-se negra, agricultora, participou das lutas travadas pelas mulheres para que as mesmas conquistassem o direito à sindicalização. As entrevistas aconteceram na sede do sindicato diante da necessidade de manter os cuidados de biossegurança, devido a pandemia, foi mantido o distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel.

Considerando as limitações impostas pelo contexto pandêmico, foi necessário elaborar estratégias para as demais entrevistas, a fim de respeitar as restrições e o protocolo de segurança necessário para garantir a proteção das colaboradoras e da pesquisadora. Dessa forma, no segundo momento as entrevistas foram realizadas via plataforma virtual *Google Meet*. O contato foi feito, definiu-se dia e horário mais adequado para elas e, assim, agendadas. Foram realizadas entrevistas com mais quatro participantes, a saber: Beatriz Santos de Jesus, 37 anos, casada, possui ensino fundamental incompleto, autodeclara-se negra, agricultora e Coordenadora de base; Roseli Damasceno Silva, 36 anos, possui ensino médio completo, autodeclara-se branca, agricultora, coordenadora da pasta de educação no campo, diretora financeira da cooperativa e diretora suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado da Bahia (FETRAF-BA); Girlene Nere Luciano, 37 anos, ensino fundamental

completo, autodeclara-se preta, agricultora, atuante na secretaria geral e na pasta da previdência; e Maria Helena Lopes, 68 anos, possui ensino fundamental incompleto, autodeclara-se branca, agricultora, Coordenadora de base. Ao todo sete entrevistas foram realizadas.

As entrevistas foram semiestruturadas, as quais, segundo Duarte (2002), configuram-se como um procedimento realizado no campo que supõe uma conversação continuada entre informante/colaborador(a) e pesquisador(a) e que deve ser dirigida por este(a) de acordo com seus objetivos. Embora o roteiro tenha sido elaborado para as mulheres representantes do SINTRAF, uma das entrevistadas, a senhora Jacy Barreto, foi incluída na pesquisa pelo seu histórico de destaque na inserção feminina no sindicato, assegurando, assim, o registro sobre o processo de luta para a filiação feminina.

Dado que este trabalho tem como benefício contribuir na visibilização da trajetória sociopolítica e ações das mulheres rurais, que por muito tempo não houve registro da sua trajetória no meio rural, a identidade das mulheres não foi omitida, pois é preciso dar nome e sobrenome a quem por muito tempo foi invisibilizada nas lutas e na historiografia. Todavia, os princípios éticos foram definidos entre a pesquisadora e as participantes, por meio da exposição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nesse documento ficou registrado o compromisso com a fidedignidade das informações ao transcrever as entrevistas, bem como armazenamento dos dados e uso da imagem.

Os critérios de seleção contemplam mulheres com maior tempo de participação sindical e que no momento estavam ocupando cargos. Destarte, é importante destacar, como traz Duarte (2002), que em uma metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virá a compor a pesquisa não pode ser determinado a priori, pois a qualidade da informação das entrevistas definirá o número de entrevistadas.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS, sob número de parecer: 4.255.748 e depois de atendidas às solicitações do Comitê foi aprovado em 03 de setembro de 2020.

Foi assumido o compromisso com o retorno e a socialização dos resultados obtidos dessa pesquisa, bem como, da elaboração do produto final (confecção de um banner que destaque o processo histórico da filiação das mulheres trabalhadoras rurais ao sindicato).

3. SINDICALISMO RURAL

Nesta seção realizou-se uma breve abordagem sobre o processo de instauração do sindicalismo rural no Brasil, fazendo uma análise acerca da gênese do movimento sindical, que ocorre diante da expansão do capitalismo e expropriação da mão-de-obra da classe operária na Europa. Retratou-se as organizações de trabalhadores rurais que foram fundamentais para o processo de sindicalismo, em especial, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Dois períodos do sindicalismo no Brasil foram abordados: o momento de instauração que antecede ao golpe militar e o “novo sindicalismo” que se apresenta com uma outra fase do sindicalismo no Brasil.

3.1 A formação do sindicalismo

Ao pensar o conceito de sindicalismo reporta-se às questões de base reivindicatórias, questões oriundas de operários(as) que percebem a expropriação pelo capitalismo de sua mão-de-obra, trabalhadores(as) que buscam melhores condições de trabalho e de vida para si e seus familiares. Nessa linha de raciocínio, Antunes (1986) esclarece como a sociedade capitalista encontrou meios de expansão no século XVIII, a partir do desenvolvimento de maquinários e da substituição da produção artesanal e manufatureira, ressaltando como isso reverberou no excedente de mão-de-obra ocasionando uma maior exploração capitalista, por meio da baixa de salários. Este autor destaca que, em um primeiro momento o proletariado submeteu-se a este sistema, mas por meio da organização enquanto categoria, foi possível pensar estratégias para reagir a esta estrutura, o que é possível observar na afirmação do autor

Como decorrência dessa situação, os operários, que inicialmente não dispõem de outra coisa, senão sua força de trabalho, subordinam-se aos seus interesses e à força do capital, mantendo com esse sempre uma relação desigual. A grande força que possuem é, em contrapartida, sua quantidade, que cresce quanto mais se desenvolve o capitalismo [...] os operários encontrarão em suas organizações próprias condições para dispor de um meio de resistência eficaz contra essa pressão constante pela baixa de salários (ANTUNES, 1986, p.12).

A partir dessas insatisfações os operários (as) buscam por meio da organização entre si, uma forma de contrapor o sistema capitalista. Assim surgem os sindicatos, como forma de luta contra a arbitrariedade e a dominação do capital, com o objetivo de garantir direitos trabalhistas para os operários (as). No entendimento de Antunes (1986, p.12), “os sindicatos têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais se coloquem abaixo do mínimo necessário para manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua

família”. Ou seja, deve essa entidade ser compreendida como uma representante dos interesses dos trabalhadores, consequência das próprias contradições da luta de classes.

Ao explicar o conceito de sindicato, Antunes (1986, p.13) afirma: “os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários (as) para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante [...]”. Assim, por meio da definição que o autor apresenta, é possível ter conhecimento acerca da finalidade deste espaço e quais os possíveis benefícios podem ser alcançados a partir da organização da classe trabalhadora.

De Ré (2000, p.30), por sua vez, destaca que a função primeira do sindicato é “promover a defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora, isto é, lutar por melhores condições de trabalho, emprego e salário”. É importante destacar que o sindicalismo não se apresenta apenas como instrumento por si só de superação do capitalismo e sim um representante dos interesses dos trabalhadores, efeito da própria luta de classes.

Feita essa observação, ao se tratar da realidade brasileira, observamos que o sindicalismo tem sua gênese, segundo Pirin e Tsukamoto (2005), no final do século XIX, mais precisamente no processo de transição do regime escravagista para o trabalho assalariado, em especial de imigrantes europeus. De acordo com Antunes (1986), esses imigrantes trouxeram na bagagem os ideais sindicais, a partir de informações acerca das organizações operárias que lá aconteciam, e, assim, surgiram as “União Operárias”, que seriam uma reprodução das *Trade-Unions* inglesas, as quais tinham como finalidade regularizações dos salários das categorias.

3.2. As organizações de trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas

A formação dos sindicatos no Brasil se constituiu de forma distinta entre a organização dos trabalhadores do campo e da cidade, visto que, as questões referentes ao campo não recebiam atenção do Estado. Fiorini (2015) destaca que só a partir dos anos de 1930 que os estudos acerca das relações no campo ganham visibilidade, pois, nessa época, alguns conflitos existentes, em razão de uma política benéfica para a produção agrícola em detrimento do trabalhador rural, deram margem para a organização de movimentos rurais. Todavia, mesmo tendo essa visibilidade, levou aproximadamente 30 anos para a constituição de sindicatos rurais.

Mas Jesus (2009) alerta que, antes mesmo da formação dos sindicatos, que

posteriormente se tornaria a principal forma de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, houve uma outra organização, denominada Ligas Camponesas. As Ligas tiveram sua origem no nordeste brasileiro, na década de 1940 e contavam com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de outras organizações políticas, e atuavam na elaboração de uma proposta de reforma agrária, por meio da mobilização das famílias no meio rural.

As Ligas Camponesas, segundo Fernandes (2014), podem ser entendidas como uma organização política de camponeses que lutavam contra a expropriação e expulsão da terra, tendo sua formação ligada à recusa do assalariamento. As Ligas foram contidas fortemente pelos próprios fazendeiros e jagunços após o governo decretar o PCB como ilegal, em 1947.

Mas apesar dessa circunstância e diante da situação vivenciada pelos trabalhadores, com relações de trabalho insustentáveis e sem condições de sobrevivência, os trabalhadores começam a se organizar. Coletti (1996) afirma que:

O que ocorre é que, nos anos 1950 e início de 1960, esse processo de quebra nas relações de dominação e dependência pessoal assumiu proporções tão significativas que os antagonismos de classe no mundo rural, até então mascarados pela obrigação de lealdade dos trabalhadores para com os senhores de terra, explicitaram-se, resultando num intenso processo de luta de classes. (COLETTI, 1996, p.27).

Assim, perante as precárias condições de sobrevivência, uma vez que, os proprietários de terras rompiam contratos estabelecidos com os agricultores, estes perceberam que só a partir da resistência contra a expropriação do seu meio de trabalho, quanto das relações sociais consideradas naturais conseguiriam condições dignas. (COLETTI, 1996).

Dessa maneira, mesmo após a repressão sofrida, as Ligas ressurgiram no estado de Pernambuco em 1954, no Engenho da Galiléia no Município de Vitória de Santo Antão (PE), a partir da expulsão de posseiros. Nesse período, as Ligas contaram com forte apoio do advogado Francisco Julião que se destacou como líder do movimento, que se espalhou pela região Nordeste, assim como em outras regiões (RAMOS, 2010). Para melhor compreensão sobre as Ligas Camponesas, Coletti (1996, p.29) ilustra que, “em termos organizacionais, o que caracterizava as Ligas era o fato de se constituírem como uma sociedade civil de direito privado, com sede na capital do estado ou na maior cidade da região, com jurisdição para todo o estado ou para toda a região respectiva”.

Outro nome também importante no movimento e omitido em muitos estudos sobre as Ligas Camponesas foi o de Alexina Lins Crêspo de Paula, assim como de outras mulheres que fizeram parte do movimento camponês. Segundo Soares (2019), apesar das lideranças femininas terem existido e sido influentes nas Ligas Camponesas, são poucos os estudos que referenciam a presença destas mulheres. Sobre a importância de Alexina para o movimento, Jacques⁷ (2013) assevera que ela não foi uma militante da esquerda comum. Era ela quem praticamente respondia pelas relações internacionais da Liga. Para ela a guerrilha era a forma mais adequada para efetivar a reforma agrária em terras dominadas pelos latifundiários. Alexina lutou ao lado do companheiro Francisco Julião, mas a literatura aponta que ela apresentava uma postura mais combativa, e que apesar do mesmo ter sido influenciador não pode ser considerado seu principal mestre, muito menos sua inspiração, já que ela já tinha uma aproximação com a política por influência da sua família, sua avó era admiradora de Luís Carlos Prestes⁸.

A fim de fortalecer a luta dos camponeses, de acordo com Fernandes (2014), em 1954 o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que se organizou em quase todo o território nacional, sendo um instrumento importante dos trabalhadores do campo. A atuação das Ligas tinha como propósito a reforma agrária, com o intuito de acabar o monopólio sobre a terra, pela classe dominante, representada pelo Estado. Em suas intervenções, os camponeses resistiram e passaram a ocupar as terras⁹.

Isso posto, entende-se que as Ligas Camponesas representaram um momento fundamental das lutas pela terra e pelos direitos civis de trabalhadores rurais, enquanto organizações que reivindicava o direito à terra. Apesar de toda a sua articulação e resistência, segundo Jesus (2011), com o regime militar (1964-1985) as Ligas Camponesas deixaram de existir, e um novo movimento de luta pela terra só foi

⁷ Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/158>. Acesso em: 05/09/2021

⁸ Luís Carlos Prestes (1898-1990) foi um político e militar, considerado um dos líderes políticos mais influentes do Brasil no século XX.

⁹ O crescimento dos movimentos na luta pela terra destacava a reforma agrária e a colocava na pauta política. Todavia, esse avanço é acompanhado por setores que disputavam a sua representação, a ULTAB sob controle do Partido Comunista e da Igreja Católica a qual, neste momento apresentava-se segmentada por dois setores: o conservador e o progressista. O setor mais conservador criou em estados distintos, instrumentos com a finalidade de orientar os trabalhadores rurais. Destaca-se aqui o Serviço de Assistência Rural, que foi criado no Rio Grande do Norte; o Serviço de Orientação Rural, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha. Por sua vez, o setor progressista era liderado pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB) e teve forte atuação junto aos trabalhadores ao formar o Movimento de Educação de Base, que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses. (FERNANDES, 2014).

organizado quando a ditadura militar apresentou os primeiros sinais de decadência. Apesar desse desfecho, é importante destacar que em plena vigência da ditadura militar foi promulgado o Estatuto da Terra, sob a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, caracterizado enquanto conjunto de dispositivos legais que definiam, entre outros fatores, o que era propriedade da terra no Brasil, bem como, os instrumentos necessários para se realizar a Reforma Agrária (SALIS, 2014).

Vale destacar nesse processo a importância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1975, no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, instância que assumiu, a princípio, o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária e fazer cumprir o Estatuto da Terra. A CPT tinha por objetivo dar apoio às lutas dos trabalhadores, definindo-se como serviço de articulação e de assessoria. Buscava ofertar espaços de discussão e reflexão, acerca da situação em que viviam e suas causas. (MEDEIROS, 1989).

Apesar da sua gênese se estar ligada às urgências da realidade da Amazônia, devido às ocupações empreendidas pelos governos militares¹⁰, segundo Canuto (2012) a CPT começou a se articular não só na Amazônia, mas em praticamente todas as regiões do Brasil, possuindo características distintas, de acordo com as demandas que a realidade regional colocava

O autor citado anteriormente, assevera que a CPT existe como um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras e como um suporte para a sua organização. Ressalta que a CPT acompanhou com atenção a formação da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que se tornou no atual Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil).

Ainda sobre a relevância dos movimentos sociais para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, Canuto (2012) refere que com o processo de redemocratização política do Brasil, o qual teve início em fins dos anos 1970, movimentos sociais agrários retomaram e deram um caráter nacional às lutas por terra, assim surgem novos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que associado às organizações existentes, aqui destaco a Comissão Pastoral Rural, potencializaram as demandas por Reforma Agrária no Brasil. O MST, surgiu, de certa forma para assumir o lugar das Ligas Camponesas, o que pode ser observado na assertiva de Fernandes (2014):

¹⁰ O regime militar estabeleceu como uma das suas metas de desenvolvimento a ocupação da Amazônia, com a palavra de ordem “levar os homens sem terra para uma terra sem homens”. (CANUTO, 2012).

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares tentaram restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação resultantes do modelo econômico, nasceu o mais amplo movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. (FERNANDES, 2014, p. 6).

O MST foi fundado em 1984, no município de Cascavel (PR), pelos Sem-Terra, os quais tinham por objetivo construir um movimento de amplitude nacional. A realização do primeiro Congresso, na cidade de Curitiba, contribuiu para a organização do Movimento em outras regiões, no Nordeste e na Amazônia. Nessa fase de redemocratização no Brasil e início da Nova República, foi delineado pelo movimento a ocupação das terras como forma de resistência da luta camponesa (FERNANDES, 2014).

Bordalo (2011) retrata que por meio de uma nova compreensão de mobilização e organização, o MST passou a ser o representante maior da luta pela reforma agrária, em especial, pelo êxito na sua forma de protesto: a ocupação das terras, que se tornaram uma forma bem-sucedida na conquista de novos assentamentos.

3.3 A formação dos sindicatos rurais¹¹

As Ligas, como primeira organização de trabalhadores e a ULTAB, como já apresentadas, foram instrumentos que alinhavaram e deram base para a formação dos sindicatos rurais no Brasil. Tendo em vista que o foco da pesquisa é o sindicalismo rural, se faz relevante destacar o público dos sindicatos rurais. Assim, importa relatar como os trabalhadores¹² do campo eram caracterizados e quais mudanças ocorreram ao longo do tempo, até que sua identidade política, enquanto trabalhador rural fosse tecida. A princípio não havia uma denominação específica, estes recebiam nomenclaturas diversas de cada região: no Nordeste, tabaréu; em São Paulo, Min as Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, caipira; na região Sul, colono, entre outras designações, vale ressaltar que essas denominações, em sua maioria, eram pejorativas, o que retrata o preconceito acerca dessas pessoas que viviam no campo e do campo. (PICOLOTTO, 2009).

¹¹ Para melhor compreensão desse processo, foi elaborada uma linha do tempo com informações que consideramos marcos importantes na constituição do Sindicalismo Rural. (Apêndice 02).

¹² Aqui utilizo apenas o termo trabalhadores, porque nas leituras as mulheres não eram citadas.

Um dos primeiros registros relativos à organização do trabalhador rural foi o decreto de nº 979, de 6 de janeiro de 1903, que objetivava que a categoria “profissionais rurais da agricultura” abarcaria, desde os grandes proprietários de terras, até os meeiros, posseiros, entre outros. Em 1907, outro decreto surge, este regulamentava “a caderneta agrícola”, que seria uma forma de comprovar o contrato estabelecido entre patrão e empregado, bem como o pagamento. Entretanto, em razão da inexistência de uma fiscalização, esses não foram efetivados. Por fim, em 1944, o Ministério do Trabalho por meio do Decreto-Lei nº 7.038, instituiu a sindicalização rural no Brasil, mas isso não indicou mudanças, visto que, apesar de ter sido aprovado, o decreto não entrou em vigor, em razão da pressão dos patrões¹³.

Por volta da década de 1950, começam a ser traçadas, por meio de organizações como: as Ligas Camponesas e a ULTAB, com o apoio do PCB e da Igreja Católica; e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) as primeiras tentativas de formação da identidade política dos agricultores do campo, por meio de termos como “lavrador”, “trabalhador agrícola”, “camponês”. Mas, sua identidade política como trabalhador rural só foi consolidada a partir dos anos de 1960 com o processo de criação do sindicalismo rural. Assim, a identidade de trabalhador rural, ainda que de forma um tanto vaga, já que abarcava diversos segmentos do campo (pequenos proprietários, arrendatários, assalariados, etc.), surge conjuntamente com a formação dos sindicatos rurais, o qual passou por diversos entraves até se concretizar. (PICOLOTTO, 2009). Para a consolidação e reconhecimento das entidades sindicais rurais foram diversos empecilhos de caráter políticos enfrentados durante muitas décadas, o que pode ser observado na instauração de leis e estatutos que não foram executados.

Por meio da não efetivação dessas leis, é possível observar o poder que os grandes latifundiários exercem sobre o Estado. Ainda que houvesse a organização e pressão dos trabalhadores rurais, com apoio de segmentos como o PCB - em determinado momento, bem como da Igreja Católica, o conjunto de forças era insuficiente, até então, em vista da “cumplicidade” que havia entre o Estado e os patrões.

Contudo, mesmo diante destes obstáculos políticos, os trabalhadores rurais não deixaram de se organizar e formar associações e sindicatos e isso culminou numa mudança de postura do Estado. Jesus (2009) corrobora a assertiva de que a mobilização

¹³ Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>. Acesso em: 25/03 2020.

do campo se tornara inevitável e, de certo modo, irreversível. Assim, o Estado temeroso de perder o controle desses movimentos, iniciou o processo de reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, institucionalizando-o.

A formação do sindicalismo rural teve sua organização delineada na forma de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) ao nível dos municípios, nas Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) nos estados e na CONTAG - órgão sindical superior em nível nacional. A legislação foi estruturada no princípio da unicidade sindical, que posteriormente seria confrontado pela Central Única de Trabalhadores (CUT), e todos os segmentos de grupos sociais e de situação de trabalho rural (assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros) foram limitados à categoria trabalhador rural (MEDEIROS, 1995).

Fernandes (1997) exprime que apesar dos sindicatos rurais existirem no Brasil desde a década de 1950, foi só a partir da década de 1960 que houve um incentivo na criação de sindicatos rurais por parte do governo e de setores da Igreja Católica, não com a intenção de assegurar direitos, mas sim, para impedir o crescimento das Ligas Camponesas e desta maneira controlar as ações dos trabalhadores rurais, dado que, as Ligas eram consideradas como uma ameaça, haja vista seu crescimento de demanda por uma reforma agrária radical. Vale ressaltar que esses dois atores (governo e Igreja) não estavam aliados, pois tinham propostas distintas.

Importa atentar que esse processo de consolidação da sindicalização rural, no Brasil, ainda que tenha contado com as inquietações e movimentos dos trabalhadores rurais, ocorreu sob tutela do governo e isso, conseqüentemente reverberou num controle das ações sindicais. A assertiva pode ser corroborada a partir da ilustração de Ramos (2010), ao referir que a sindicalização, sob a tutela do Ministério do Trabalho, ocorreu nos anos 1960.

Nesse movimento foram criadas em janeiro de 1964 duas importantes organizações representativas, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), representantes oficiais, na respectiva ordem, dos proprietários e agricultores. Ambas foram arquitetadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural. O Estatuto, por sua vez, foi aprovado em março de 1963 sob a Lei nº 4.214¹⁴ durante o governo de João Goulart, por meio desta Lei foi

¹⁴O Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado pela Lei nº 5.889, de 1973, mas sua versão ainda encontra-se disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em 03/10/2020

viabilizada a regulação dos direitos trabalhistas no campo e a concretização do direito à sindicalização para o trabalhador rural. O Estatuto, por sua vez, foi responsável pela extensão da legislação social ao trabalhador rural e por alicerçar a organização sindical do campo brasileiro. Este conferia aposentadoria por invalidez ou por velhice. A construção do Estatuto está diretamente ligada às lutas lideradas pelas Ligas Camponesas no Nordeste e o surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, federações e CONTAG, porém esse fato não foi visto com bons olhos pelos latifundiários, que por sua vez ficaram descontentes com o governo. A Lei registrava também a previsão de medidas de proteção especial à mulher e ao menor. Assim, é a primeira lei da história brasileira a intervir efetivamente nas relações de trabalho no campo¹⁵.

Embora a CONTAG tenha sido um marco importante para avançar nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, as reivindicações mais independentes do governo só foram possíveis a partir da instalação da CUT, o que será visto no item 2.4 sobre o debate do novo sindicalismo. Esta estrutura sindical implantada era de caráter corporativista e defendia a unicidade sindical, a qual “determinava que só poderia existir uma estrutura sindical representante dos trabalhadores rurais (como categoria geral), representada oficialmente pelo sistema STRFETAG-CONTAG”. (PICOLOTTO, 2014a, p. 220). Entretanto, o caráter de unicidade sindical não dava autonomia aos trabalhadores, bem como não possibilitava a percepção das particularidades de cada segmento, visto que, os colocava como uma categoria geral. Outro ponto importante da estrutura sindical corporativista é a instituição do imposto sindical compulsório, e como já mencionada anteriormente, era tutelado pelo Estado, que de certa maneira, limitava as ações dos trabalhadores.

As inferências de Fernandes (1997) são corroboradas por Picolotto (2009) ao relatar que os sindicatos rurais, no Brasil, foram regularizados, de fato, no início da década de 1960, mais precisamente durante o governo de João Goulart (1961-1964), o que demonstra que a formação de sindicatos no país é constituída de forma distinta entre a organização dos trabalhadores do campo e da cidade, visto que a regularização dos sindicatos rurais, ocorre tardiamente, cerca de 30 anos depois de terem sido instaurados no meio urbano. Os direitos trabalhistas chegam ainda mais tardiamente.

Medeiros (1989) assegura que até 1963 as tradicionais oligarquias, com forte presença no Congresso Nacional, conseguiram manter os trabalhadores rurais à margem

¹⁵Informações do Memorial da Democracia, disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/campones-ganha-protacao-de-estatuto#> : Acesso em 27/09/2020

de direitos sociais e políticos, adquiridos pelos operários (as) urbanos na década de 1930. Picolotto (2009) afirma que alguns direitos trabalhistas só foram assegurados no Brasil pelo Governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, mas estabeleceram-se com a constituição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, todavia esses direitos não se estenderam para os trabalhadores rurais. Os direitos trabalhistas valiam apenas para os trabalhadores urbanos, ainda que, 60% dos brasileiros residissem no campo¹⁶.

Mais precisamente em 1962, após anos de luta, regulamentou-se a sindicalização rural por meio da Portaria 355-A, de 20 de novembro do Ministério do Trabalho. Após essa regulamentação tornava-se exequível a construção de sindicatos para assalariados (trabalhadores na lavoura); pequenos produtores autônomos (arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros) e pequenos proprietários e posseiros. Instituída de forma cabal, em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), conforme destaca Medeiros (1989).

Outro fato importante que se deve considerar, nesse processo de viabilização da sindicalização rural, são os interesses do governo. Aqui destaca-se a figura de João Goulart (1961-1964), então presidente, que ao investir no processo de sindicalização rural buscava ampliar suas bases de apoio, bem como, manter estes sujeitos sob controle. Medeiros (1989) afirma que ao mesmo tempo que a sindicalização promovia direitos aos homens do campo, esta também limitava o seu avanço, uma vez que, sindicalizá-lo seria uma forma de submetê-lo ao controle do governo. O sindicalismo proposto neste momento tinha um caráter verticalizado.

Em 30 de novembro de 1964, sob a Lei de nº 4.504, foi promulgado o Estatuto da Terra (que estabeleceu providências para políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural), a promulgação, que ocorreu na vigência do golpe militar, estava ligada ao temor do governo, no que tange à insatisfação da população rural e uma possível revolução aliada às afinidades entre as ligas e os líderes da Revolução Cubana (JESUS, 2009).

A análise de Medeiros (1989) sobre a conjuntura política desta época coaduna com a assertiva de Jesus (2009) ao referir que, “a revolução cubana passava a se constituir em tema de debate, ampliando o receio das classes dominantes com relação às

¹⁶Informações na Revista da CONTAG em comemoração aos 40 anos. Disponíveis em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf> Acesso em: 05/09/2020

mobilizações populares que cresciam no campo e na cidade” (MEDEIROS, 1989, p.62). Esse foi um período de grande fervor social, todavia foi suspenso nos anos de 1964 com a instauração do golpe militar.

Ainda que considerado um momento de grande tensão, devido a ditadura militar, também foi um período em que os trabalhadores rurais ganharam visibilidade e suas demandas entraram nas pautas do governo. Estes trabalhadores foram apoiados por segmentos como a Igreja Católica e a CONTAG, entidade de maior prestígio naquela época, no que se refere à representação dos trabalhadores rurais.

Dessa maneira, apesar do contexto não ser o mais propício, foi neste período que a CONTAG atuou e resistiu ao regime imposto pelos militares. Gestada a partir da união de trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, a CONTAG foi criada em 1963, mas reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517. Esta torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional legalmente reconhecida¹⁷, em um momento “amplamente desfavorável a uma ação sindical de contestação e crítica”. (FAVARETO, 2006, p. 30).

No processo de luta dos trabalhadores rurais, antes mesmo do golpe de 1964, havia divergências, acerca do que deveria ser priorizado como causa e projetos sociais, bem como discordância entre a própria esquerda, o que é possível observar na afirmação de Martins (1999):

Grupos mais do que antagônicos, inimigos, preconizavam a reforma agrária. Uns em nome do conservadorismo. Outros em nome da revolução. Sem contar que as esquerdas estavam, a respeito, radicalmente divididas. De um lado, havia uma proposta de reforma agrária claramente conservadora, sobretudo a mal definida reforma católica. De outro, havia uma proposta de reforma agrária radical, a das Ligas Camponesas, também ela não muito clara. (MARTINS, 1999, p.103).

Essa cisão entre as esquerdas refletiu diretamente no grupo que deveria, para sua sobrevivência, manter-se unidos: os trabalhadores do campo. Não acaso, as divergências refletiram no enfraquecimento de suas lutas (MARTINS, 1999).

Esses conflitos tiveram especial atuação entre os anos de 1961 e 1964, e contaram como determinantes à divergência nas bandeiras de luta, que levou ao rompimento entre as Ligas e o PCB, principal partido apoiador do movimento. As Ligas tinham como pauta principal a reforma agrária radical, ao mesmo tempo que o PCB subordinava essa a luta

¹⁷ Informações disponíveis em <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/43/Trajectoria-politica-da-contag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-contag.pdf> Acesso em 06/07/2020.

anti-imperialista, visto que, na sua perspectiva a burguesia nacional seria uma aliada das lutas do campo. No congresso da ULTAB, em 1961, essa era a principal divergência. Havia uma priorização pelas pautas relacionadas a direitos salariais e melhores condições de trabalho no meio rural, pelos grupos sob orientação da ULTAB, com base nas ideias do PCB (BASTOS, 1984). Esse novo arranjo foi a premissa para o nascimento do que se definiu como o novo sindicalismo.

3.4 Novo sindicalismo no Brasil

Os estudos sobre sindicalismo no Brasil demonstram, em especial, o momento de gestação de sua nova fase, denominada de novo sindicalismo, a qual tem como marco a greve dos trabalhadores da fábrica de caminhões da Scania, ocorrida em 12 de maio de 1978, após a instauração da ditadura militar, que apesar de ter sido um momento de grande repressão, não significou para os trabalhadores um momento de inércia. Os trabalhadores passam a reivindicar os seus direitos, por meio de greves, especialmente em São Paulo, no ABC Paulista¹⁸.

Medeiros (1989) apresenta que já no final dos anos 1970, com o declínio do “milagre econômico” - política econômica instituída sob a tutela militar que ficou marcada pela concessão de subsídios e incentivos fiscais e obteve um rápido crescimento econômico, entre as décadas de 1960 e 1970, quando apareceram os primeiros sinais de esgotamento do regime militar e, assim, as contradições existentes entre os diversos setores ficaram mais perceptíveis, dado que, neste período, havia uma obscuridade de informações e ações. Desse modo, reapareceram as greves, os sindicatos passaram a adotar posturas distintas e a traçar uma crítica à estrutura sindical, em especial àquela corporativista desenvolvida pela CONTAG.

Nesta perspectiva, Medeiros (1989) alerta que as lutas do campo se diversificaram, e deram espaço para questões além da luta pela terra, mas também greves de assalariados. Os sindicatos, enquanto entidades representativas da classe trabalhadora, ganharam nova forma e apresentaram-se de modo mais combativo. Os trabalhadores

¹⁸ “Em 12 de maio de 1978, diante da insatisfação salarial, os trabalhadores da fábrica de caminhões da Scania, em São Bernardo do Campo, decretam greve e requereram um aumento salarial de 20%, acima do que foi estabelecido pelo governo. Esta greve se alastrou por um grande número de fábricas do ABC Paulista e deu início a uma nova fase em que a classe trabalhadora assume um papel de destaque. Este movimento expressa um novo sindicalismo, com postura mais combativa, autônoma e organizado a partir da base”. Informações disponíveis em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo>. Acesso em: 18/08/2020.

rurais já não aceitavam, por exemplo, o princípio de unicidade sindical, defendido pela CONTAG, inclinam-se para um sindicalismo em que a base tem vez e voz.

E é nesse movimento que, mesmo em meio a esses conflitos, surgiram distintas proposições para o campo, sejam das oposições sindicais, que eram contrárias à postura da CONTAG, seja da formação do MST. Importa salientar que durante todo o tempo a Igreja Católica esteve presente apoiando variadas lutas e reivindicações de diversos segmentos de trabalhadores e buscou atender às demandas da população rural, ao expor as mazelas e as opressões sofridas.

Diante dessa emergência de organização dos trabalhadores rurais, a Igreja Católica se apresenta também nesse processo de articulação e possuiu papel preponderante nessa construção do novo sindicalismo, pois percebia a urgência de mudanças no campo e um delineamento mais democrático, divergindo assim, do sindicalismo corporativista, que a CONTAG desenvolvia. (AGUIAR, 2016).

Apesar das limitações provocadas pela ditadura, os movimentos sindicais continuaram lutando pelas suas pautas. Neste período, há também um crescimento desses movimentos, ainda que o contexto não fosse tão oportuno. Segundo Favareto (2006), em 1983 foi realizado o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernardo do Campo (SP), onde surge a Central Única de Trabalhadores. Neste congresso de formação da central, o setor rural representou parte significativa, superando os trabalhadores da indústria. É importante destacar que até esse momento havia uma cooperação entre a CONTAG e a CUT, mas ocorreu uma cisão entre ambas, posteriormente ao congresso, porque a CUT permitia a participação de oposições sindicais, o que destoava do princípio da unicidade sindical defendido pela CONTAG. Assim, apesar de ter participado de todo o processo que resultou na formação da central a CONTAG optou por não referendar a sua criação.

Medeiros (1989) ressalta que a CONTAG não estava satisfeita também com as propostas defendidas por esta Central, visto que, na sua perspectiva, o sindicato deveria ser o eixo de participação na entidade, e que o peso da decisão final deveria recair sobre as federações e confederações.

Em contrapartida, a bandeira de luta pelos direitos dos trabalhadores e redução da desigualdade adotada pela CUT coadunava com a nova fase do sindicalismo mais combativo, não corporativista e despreendido das amarras do Estado o que fez com que muitos sindicatos se identificassem com a nova central. Jesus (2009) salienta que nesta fase, as greves ocorriam de forma significativa, e eram características dos sindicatos

instalados no universo “cutista”.

O surgimento do novo sindicalismo repercutiu incisivamente tanto no meio rural quanto no urbano. Mas no que tange aos interesses específicos dos trabalhadores rurais, que foram abordados no congresso ocorrido em 1983, em São Bernardo do Campo (SP), a demanda resultante do encontro era, de acordo com Medeiros (1989):

Uma reforma agrária ampla (realizada em todo o território nacional), massiva (deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas) e com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização (MEDEIROS, 1989, p. 116).

O que foi apresentado neste congresso para o universo rural destoava em muitos aspectos daquilo que foi proposto pelo sindicalismo defendido pela CONTAG, no qual o trabalhador não possuía esse destaque quando se pensava em reforma agrária e sindicalismo rural, o que pode ser observado no detalhamento das propostas referentes à reforma agrária:

i) lutar por reforma agrária e pelo atendimento das reivindicações imediatas dos camponeses, tais como preço mínimo, armazenamento e distribuição, assistência técnica; ii) direitos trabalhistas, previdenciários, salários; iii) vincular “Diretas já e luta pela reforma agrária”; iv) incentivo às ocupações e à exploração coletiva de terras; v) criação da Secretaria Rural para articular a diversidade das lutas no campo; vi) questão indígena; vii) extrativismo sob controle dos trabalhadores; viii) cumprimento do decreto que garante dois hectares de terras para trabalhadores dos canaviais; ix) boias-frias, organização nos locais de moradia e integração na luta pela terra. (FAVARETO, 2006, p. 34).

Essa nova fase foi importante não só para dar visibilidade às demandas do universo rural, mas também para buscar atendê-las, visto que, em razão do crescimento do capitalismo no campo e o aumento consequente dos latifúndios, tornava ainda mais crítica a situação dos trabalhadores (posseiros, meeiros, pequenos proprietários, arrendatários), expulsos em muitos momentos da terra. Assim, a reforma agrária apresentava-se como algo urgente. É nesse momento também que, dentre os temas discutidos, entra a questão feminina, ao requerer o reconhecimento da mulher rural, não apenas como doméstica, mas enquanto trabalhadora rural, para que esta possa usufruir

dos mesmos direitos dos homens¹⁹. A década de 1980 ficou marcada pela inserção das mulheres trabalhadoras rurais na agenda das políticas voltadas para o âmbito rural, a qual será trabalhada mais detalhadamente em outro tópico dessa pesquisa.

Ainda sobre esse período de grande fervor social, Medeiros (1989) relata que reivindicações como a campanha pelas diretas²⁰, entre outras que se seguiram, demonstraram a efervescência que o país vivenciava e que geravam expectativas de mudanças para diversos segmentos. No caso dos trabalhadores rurais, por exemplo, esse poderia ser o momento de efetivar a tão almejada reforma agrária, que como já mencionado, estava na pauta do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em 1983. A temática da reforma agrária ainda é presente na luta das/dos trabalhadoras e trabalhadores rurais, a presidente do SINTRAF-Serrinha, salienta a importância desta reforma, mas alega não ser do interesse do poder público: “As que a gente precisa de reforma eles não fazem, que é a reforma agrária, outra que a gente queria era a reforma política para mudar um bocado de coisa que tem na condução de nosso país, mas também não fazem, porque não corta na carne deles” (Maria Zilda, 60 anos, presidente do sindicato).

Diante desse movimento de busca de um sindicalismo mais autêntico em que os trabalhadores possuíssem maior poder de decisão, é perceptível que no início de 1990 a situação não estava oportuna para o projeto sindical da CONTAG, nem para o setor rural da CUT, ambos se encontravam em crise, ainda que por causas distintas, e precisavam readequar suas proposições. No que diz respeito à CONTAG havia um abalo na sua hegemonia entre os movimentos rurais no Brasil, em razão de sua:

[...] aproximação com o Estado, seu distanciamento da CUT, não apenas pela filiação, mas também pela rejeição dos princípios de liberdade e autonomia sindical, que foram referidos na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, durante o IV Congresso, de 1985. (FAVARETO, 2006, p. 39).

A CONTAG, em 1990, contava com uma estrutura de ampla capilaridade (3.280 sindicatos), prestígio social como organização sindical e capacidade de interlocução com o Estado. Mas, a forma de lidar com o Estado e a dificuldade em propiciar mudanças mais

¹⁹Informações disponíveis em:

<https://www.cut.org.br/system/uploads/document/4ccd53d49d9fef9f43ec9d5baae8212d/file/1-congresso-nacional-da-cut-1-concut-24-a-26-08-1984.pdf>. Acesso em: 19/08/2020.

²⁰Para Delgado (2007) “a “campanha pelas diretas já” foi, de fato, o maior movimento cívico/popular da história brasileira. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva por liberdade”.

profundas, resultantes da característica da ação sindical marcada pelo legalismo, colocava a CONTAG em uma situação desgastante (FAVARETO, 2006). Seria muito difícil, por exemplo, alcançar a reforma agrária, mantendo o legalismo, e essa era uma das principais demandas dos trabalhadores rurais. Esse fato pode ser entendido como um dos motivos da identificação de trabalhadores vinculados a CONTAG, direcionar-se e filiar-se a CUT. No que tange ao conceito de legalismo, Galvão (1999) refere que está ligado a obediência à lei, em que busca na Justiça o respeito aos direitos trabalhistas e que acata veementemente à lei de greve.

Em contrapartida, o novo sindicalismo também vivia um bom momento, no que diz respeito ao prestígio social, seja nas suas bandeiras de luta, seja nas suas formas organizativas, entretanto a CUT possuía dificuldade em firmar-se como interlocutor privilegiado diante do Estado, assim como, estender sua inserção entre sindicatos da base contaguiana, o que a deixava também em uma situação desgastante (FAVARETO, 2006).

Diante da crise do sindicalismo rural, apesar da dissidência ocorrida, em meados da década de 1990, a CONTAG filia-se à CUT, como é possível observar a partir da assertiva de Picolotto (2009):

Nesse quadro de crise do sindicalismo rural, ocorre, em 1995, a filiação da CONTAG à CUT e o início de um novo ciclo no sindicalismo rural brasileiro, com a adoção da nova identidade política de "agricultor familiar" e do "projeto alternativo de desenvolvimento rural" elaborado, inicialmente, pela CUT e, logo em seguida, também adotado pela CONTAG. (PICOLOTTO, 2009, p. 17).

Com esse novo arranjo foi preciso uma nova configuração para que fosse possível unificar, em sua maioria, o movimento sindical. Nessa perspectiva, buscando superar a crise da categoria “trabalhador rural”, e manter o objetivo de unificação do movimento, surge um novo termo: “agricultores familiares”, que vem se tornando objeto de políticas públicas. (PICOLOTTO, 2009).

A emergência do processo de construção da categoria agricultura familiar²¹ e dos agricultores familiares como identidade política teve início em meados da década de 1980, mas ganhou maior destaque nos anos de 1990. Picolotto (2014b) afirma que neste processo de construção, três atores, conforme sua forma e seus interesses, foram importantes para efetivação dessa identidade política: o debate acadêmico que conferiu

²¹ Há debates teóricos, acerca do conceito de “agricultura familiar” e “campeinato”, mas nesse trabalho esta discussão não será o foco. A autora Maria de Nazareth Baudel Wanderley discute essa temática no trabalho intitulado: Agricultura familiar e campeinato: rupturas e continuidade. (WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campeinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, n. 10, 2003, p. 42-61)

visibilidade às condições da agricultura familiar, ao confrontar as condições desta nos países de desenvolvimento do capitalismo avançado, enquanto no Brasil historicamente encontrou condições precárias para seu desenvolvimento; o segundo foi o Estado, por meio de ações que colaboraram para dar sentido à categoria agricultura familiar, bem como as políticas públicas que a fortaleceram. O terceiro foi o sindicalismo dos trabalhadores rurais (que passa a ser identificado com a agricultura familiar) e pelos movimentos do campo, ainda que sua composição estivesse marcada por forças políticas distintas, conseguiram se organizar para projetos voltados à agricultura familiar do país.

Sobre o processo de reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, Picolotto (2014b) assegura que ocorreu em três fases distintas, mas complementares entre si. A primeira refere-se ao aumento da sua relevância política, que está diretamente ligada à constituição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), e também com a reorientação da CONTAG, que a partir da década de 1990 passou a adotar o termo agricultura familiar. A segunda está relacionada ao reconhecimento institucional proporcionado pelo Estado, a criação de políticas específicas para o agricultor familiar e a Lei da Agricultura Familiar, Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Por fim, a terceira diz respeito à desmistificação de velhos estereótipos acerca da agricultura familiar que era vista como, atrasada, ineficiente e inadequada.

A definição de agricultor familiar presente na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. No Art. 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e que atende aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro (4) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família²².

²² LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Informações disponíveis em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>. Acesso em: 03/10/2020

Esse processo de construção da identidade do trabalhador rural possibilitou a demarcação de ações com um maior direcionamento, visto, que a generalização impossibilitava a realização de ações mais diretivas e assertivas na busca por seus direitos.

4. GÊNERO E SINDICATO

Para relatar sobre as questões de gênero no sindicalismo rural e as consequências que essas discussões trazem para o âmbito do sindicato rural, nesta seção foi apresentado o conceito de gênero. Retratou-se também as desigualdades de gênero nos espaços públicos, a fim de compreender como tais assimetrias reverberam na vida das trabalhadoras rurais nos espaços públicos e privados, e atuam como fatores limitantes à ocupação de cargos de maior prestígio social. Em seguida foi realizada uma discussão sobre o processo de inserção das mulheres rurais no SINTRAF, a partir das entrevistas realizadas. Abordou-se sobre o processo de inserção da mulher rural ao sindicato, a fim de compreender como foi esse processo de luta para ocupar um espaço que teve sua estruturação voltada para o masculino. Posteriormente foi trabalhada a organização de mulheres no movimento de trabalhadoras rurais, a fim de perceber a influência do movimento feminista nos movimentos de mulheres, atentando às diferenças que há entre os movimentos, bem como a influência de um sobre o outro. Abordou-se também aspectos da divisão social e sexual do trabalho, com intuito de compreender como as assimetrias de gênero construídas socialmente colocam as mulheres em um lugar de subalternidade ao destiná-la as atividades ditas reprodutivas e hierarquicamente consideradas com menor valor social.

4.1. Discussão sobre o conceito de gênero

A presença de mulheres trabalhadoras rurais em espaços de decisão é um indício de que por meio de suas lutas estão conquistando visibilidade, reconhecimento, acesso aos direitos, bem como demonstra gradativamente uma redução das desigualdades entre homens e mulheres, contudo é perceptível que há um longo caminho a percorrer até que se alcance a tão almejada equidade de gênero.

Ao estudar sobre as desigualdades vivenciadas por mulheres rurais em espaço de decisão é importante discorrer sobre o conceito de gênero para uma melhor compreensão. Segundo Santos (2018), o conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo pela produção acadêmica nos anos 1970.

Heilborn (1993) ressalta que o termo gênero está relacionado à construção social, isso quer dizer que sexo diz respeito à caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual. Entretanto, gênero refere-se à caracterização masculina e feminina, de acordo a cultura em que o sujeito está inserido, os recursos que foram

moldados ao longo do tempo, ou seja, há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura e que vai refletir nas assimetrias de gênero. No entanto, esses aspectos culturais são transmitidos e internalizados de forma naturalizada e conseqüentemente reverberam no pensamento que estas mulheres têm acerca de si e de suas capacidades.

Brumer e Paulilo (2004) corroboram a afirmação de Heilborn (1993) ao assegurar que enquanto a categoria ‘sexo’ refere-se a características biológicas relacionadas ao homem e à mulher, a compreensão de gênero expressa que a sociedade, por razões culturais, sociais, econômicas e políticas, confere papéis distintos a ambos os sexos. Desta maneira, características biológicas são herdadas, mas as diferenças de gênero são construídas socialmente ao longo do tempo, ou seja, não são estáticas, podem variar no tempo e no espaço.

Desse modo, é possível compreender o comportamento de homens e mulheres na sociedade, bem como as dificuldades vivenciadas por elas. A discussão de gênero permite nos movimentos de mulheres, por exemplo, que essas tenham um olhar mais crítico das desigualdades em que estão imersas. Assim, ao ser questionada pela pesquisadora como ocorre as discussões acerca desta temática, uma das entrevistadas que está aposentada e foi uma das primeiras mulheres filiadas ao SINTRAF, descreve sobre a necessidade de discutir sobre tais questões e destaca a importância da participação masculina também nesse debate:

A gente sempre tem essa discussão, assim, de várias atividades, porque assim, essa questão de gênero para algumas pessoas ainda hoje é difícil, para gente, a gente precisa tá discutindo isso, porque nós somos mulheres, a gente precisa, eles precisam, os abençoados dos maridos, quem tem, porque hoje eu não tenho, mas quem tem precisa tá entendendo o que é isso, porque eles acham assim, a partir do momento que tá essa discussão, a gente quer ser homem, mas não é querer ser homem, a gente tá ocupando os espaços que é nosso, que a gente ocupava e alguém aparecia, então a gente começou a descobrir isso, nessa questão de gênero e que são direitos iguais, e se são direitos iguais o que o homem ocupa a gente também pode ocupar. (Jacy Barreto de Souza, 64 anos, Diretora do Movimento de Mulheres).

Outras entrevistadas fizeram referências ao processo de despertar para as assimetrias de gênero, a partir da participação no sindicato, Marivalda Araújo (42 anos), por exemplo, atribui o fortalecimento feminino ao conhecimento de seus direitos, ela expõe que: “muitas mulheres mesmo, quando elas passam a conhecer os direitos delas, elas passam a se fortalecer mais e passam a também não aceitar que ela fique de fora de algumas políticas”. Roseli Damasceno (36 anos), por sua vez destaca que “as mulheres

são mais desenvolvidas no sentido de procurar seus direitos” e o sindicato é uma porta de entrada no reconhecimento delas.

Para Beatriz de Jesus (37 anos), ações promovidas pelo sindicato que abordam discussões relativas às questões de gênero possibilitam ciência sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, “na medida em que eles [sindicatos] promovem algumas palestras e convida pessoas especializadas para falar sobre assunto aí já é uma forma”. Moreira e Dias (2020) apresentam a importância das mulheres que atuaram em movimentos em prol de causas femininas e que tinham a discussão de gênero como pauta. Para as autoras, esse movimento possibilitou muitos avanços, dentre eles, a compreensão do conceito de gênero, seus determinantes e condicionantes; repercutindo, assim, na percepção delas acerca de discriminações relacionadas ao feminino, que foram naturalizadas socialmente.

Farah (2004) relata que o conceito de gênero, ao evidenciar as relações de poder entre os gêneros, permite a identificação das desigualdades que atravessam a construção de homens e de mulheres e que tem como um de seus elementos principais as disparidades de domínio. Na realização do trabalho foi possível observar essa dissemelhança no processo de organização das trabalhadoras rurais de Serrinha, as quais eram impedidas de se reunirem, em razão da sua condição feminina, o que se pode perceber na narrativa a seguir:

Depois que teve a eleição do sindicato a gente conseguiu tomar a direção do sindicato. Zilda já estava aí, já foi umas dessas e já começou a fazer parte da diretoria, e aí, a partir daí a gente começou, já começamos as reuniões com mulheres nas comunidades, mas só que tinha que fazer as reuniões escondidas, porque a gente não podia naquele tempo, mulher não podia estar se reunindo, isso era coisa de homem, mesmo assim, nas comunidades, embaixo das árvores, nem todo lugar a gente podia ficar. (Jacy Barreto de Souza, 64 anos, Diretora do Movimento de Mulheres).

Por meio dos relatos, foi possível inferir que se filiar ao sindicato não foi uma tarefa fácil; entretanto, essas mulheres tinham um propósito e, ainda que a travessia fosse regada por entraves, a organização e a determinação foram fatores que contribuíram para que a filiação ocorresse. Engana-se quem pensa que elas recuaram diante do sexismo que insistia em silenciá-las e tentava coibir sua participação política.

Esses desafios enfrentados estão relacionados à sua condição feminina que determina quais lugares podem ocupar ou não. As diferenças sociais de gênero são apresentadas pelos movimentos feministas e de mulheres, e se empregam em contextos diversos, entre os quais o meio rural. No entanto, esses movimentos têm contribuído para

dar maior visibilidade política a essas discrepâncias sociais e de gênero e consequentemente há uma busca por reparação.

O não reconhecimento do trabalho feminino na produção agrícola familiar reflete as desigualdades de gênero vivenciadas por elas. A negação da condição da mulher enquanto trabalhadora rural é internalizada tanto por elas, como por suas famílias, sendo reproduzida em outros espaços, como sindicatos e associações. (MELO, 2003). No discurso das participantes observa-se que as atividades desempenhadas conjuntamente à família eram percebidas como ajuda, ainda que, posteriormente tenham sido ressignificadas.

[...] porque enquanto eu ficava ajudando no plantio de feijão, ia para roça passava o dia todo plantando, eu não entendia, eu não me achava uma agricultora, eu tinha vergonha de dizer que trabalhava na roça. É tanto que quando eu fui fazer meu título eu já trabalhava, eu já era [agricultora] e eu tinha 16 anos, só que eu não me identificava como agricultora (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

Apesar desse pensamento ainda vigente entre as sindicalizadas do SINTRAF, a atual presidente considera necessário que estas mulheres assumam o lugar de trabalhadora e reestruture este discurso:

A gente avança, melhorou muito a questão da geração de renda, do reconhecimento do trabalho da mulher como não sendo um complemento da renda, mas como sendo parte do orçamento da família, né, sendo reconhecida como mão de obra mesmo, não apenas como complemento, não apenas, eu ajudo meu marido como as próprias mulheres falam disso. "Você faz o quê, minha filha? Eu ajudo meu marido. Eu ajudo não, trabalho numa atividade rural, eu crio minhas galinhas, eu crio meus porquinhos, eu trabalho, certo? ". (Maria Zilda, 60 anos, Presidente do SINTRAF).

Do ponto de vista do reconhecimento, a realização das atividades quer ao lado dos maridos no plantio e colheita, quer na produção e criação de animais ao redor da casa, são definidas como apoio/ajuda e/ou complementar às suas "obrigações familiares". De acordo com Sabbato (2006), é possível observar que no processo de expansão da agricultura familiar a figura masculina esteve sempre na assunção de papéis de maior notoriedade, enquanto a figura feminina, mesmo realizando atividades relevantes nesse espaço, era vista como "dona de casa" e sua participação na lavoura, era considerada, apenas como suplementar a da figura masculina.

Entretanto, ainda que a percepção de seu trabalho como uma ajuda familiar se faça presente na compreensão das mulheres, a ação em prol da ocupação dos espaços públicos e a meta de alcançarem sua autonomia, bem como a inserção no sindicato e a sua

identificação como trabalhadora rural se configuram como estratégias de enfretamento às dificuldades encontradas por elas. O processo de sindicalização das mulheres rurais promove um reconhecimento dessas diferenças e de suas lutas o que permite alterar o curso de sua trajetória, tornar as relações de gênero menos desiguais.

A literatura consultada juntamente com os discursos advindos das entrevistas revela que a inserção das mulheres no sindicato, a qual acontece a partir da década de 1980, fomentou a luta dessa entidade, dada a importância da atuação desses novos sujeitos políticos no cenário de reivindicação.

Assim, a organização da atividade feminina na agricultura representa tanto a formação de grupos de produção, como seu engajamento em associações, cooperativas e programas sociais que possibilitam a geração de renda e a possibilidade de conquista da autonomia. Mas apesar desse processo de valorização das atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais, nos diversos espaços, as mulheres ainda se encontram na condição de coadjuvante do processo e quando conseguem inserção nos espaços públicos são questionadas sobre sua capacidade e são desacreditadas pelo fato de ser mulher.

4.2. As desigualdades de gênero nos espaços públicos

Ao longo das últimas décadas, as mulheres, têm se auto-organizado para ter acesso a espaços de decisão, a fim de garantir que as tomadas de decisão sejam representativas e respeitem as particularidades dos sujeitos sociais, mas, apesar dos avanços, ainda são necessárias mudanças na estrutura machista com valores patriarcais que teima em mantê-las à margem das decisões. Assim, ao observar as características das mulheres na política, por exemplo, Pitanguy (2012) salienta que até 1932 as mulheres não tinham direito ao voto, e que sua presença na política e em cargos eleitorais era inexpressiva. A participação feminina era mais acentuada em movimento e associações, e é justamente a partir dessa organização que elas passam a pleitear sua presença nos espaços de deliberação.

De acordo com Pitanguy (2012), a primeira eleição de uma deputada ocorreu em 1933, e que nos 58 anos posteriores, apenas 82 mulheres se elegeram para o Congresso Federal, em comparação com 5.062 homens, sendo que 52 destas mulheres se elegeram no final dos anos de 1980 quando a discussão sobre o acesso feminino às esferas de poder havia ganhado notoriedade na sociedade.

Mesmo com os sistemas de cotas instituído, esse panorama não apresenta mudanças expressivas, visto que, ainda é pequeno o número de mulheres na política. De

acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), publicado em 2015, a análise sobre a presença feminina em espaços de poder e decisão, revelou as vicissitudes ocorridas na seara política, uma vez que, o país apresentava novas/os representantes políticas/os, em 2014. Para que essas mudanças fossem possíveis, ressalta avanços como a Lei nº 12.034/2010, que:

Obrigou os partidos políticos a preencherem efetivamente um mínimo de 30% das vagas com candidaturas de mulheres (e não apenas reservar as vagas para as candidatas mulheres), definiu que o Fundo Partidário destine um mínimo de 5% de suas receitas para programas relacionados à participação política das mulheres e instituiu um tempo mínimo de difusão em rádio e televisão para incentivar a igualdade de gênero e a participação das mulheres na política. (RASEAM, 2015, p.44).

Essas ações foram importantes para promover uma maior representação feminina, contudo, mesmo com o sistema de cotas é incipiente a presença de mulheres no legislativo federal. Nas eleições de 2002, por exemplo, oito (8) mulheres ocuparam as 54 cadeiras do senado federal (14,8%) e 42 deputadas federais representaram 8,19% dos 513 assentos da câmara dos deputados (PITANGUY, 2012). Mas a presença feminina na composição das legendas partidárias, não significa apoio e investimento dos partidos na mesma proporção do que é designado para candidaturas dos homens.

A entrada da mulher ao mercado de trabalho, por sua vez, conforme Gonzalez (2011), é elemento importante na busca da independência econômica, política e social delas, entretanto o emprego assalariado nem sempre elimina as desigualdades socioeconômicas entre os gêneros, bem como as responsabilidades consideradas femininas. O mercado de trabalho, não raramente, apresenta-se como mais um espaço de repetição das relações hierárquicas de soberania entre gêneros, dado que, por vezes, a inserção da mulher é marcada por discriminações, disparidades salariais e pela desqualificação das ocupações que adentram.

Ao se trabalhar o processo de inserção de mulheres ao mercado de trabalho, vale destacar o marcador raça, visto que, as mulheres negras sempre estiveram presentes em atividades laborais. bell hooks (2019, p.81) ao analisar as pautas do movimento feminista nos Estados Unidos, por exemplo, expõe que, “quando o movimento feminista contemporâneo teve início, a mão de obra já era mais de um terço composta por mulheres (...) vinda da classe trabalhadora, de origem afro-americana”. Ou seja, é incoerente pensar que a liberdade feminina estivesse ligada apenas a execução de uma atividade laboral, isso jamais se adequaria às mulheres pobres e mais ainda às mulheres negras.

Saffioti (1976, p.7), por sua vez, alerta que “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca estiveram alheias ao trabalho”. A autora destaca também a participação das mulheres no campo, nas manufaturas, nos mercados e nas oficinas, enquanto a família operava como uma unidade de produção, no cenário que precede a revolução agrícola e industrial.

No que diz respeito à condição da trabalhadora rural, Sales (2007, p.438) alega que “As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres” e que a partir da segunda metade da década de 1980, a luta das mulheres rurais ganhou novos âmbitos políticos em que sua voz começou a ser ouvida. Nesse momento, as principais demandas foram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política.

Essa participação pode ser compreendida com um rito de passagem do espaço privado para a esfera pública, da ausência de direitos à conquista da cidadania. A partir dessa inserção, as mulheres são colocadas frente a novas relações de poder, as quais podem resultar em situações de embate no interior da família, no local de trabalho, nas relações conjugais e vizinhança. Ao versar sobre a participação das mulheres no SINTRAF, uma filiada destaca as dificuldades enfrentadas no âmbito doméstico, pois, por meio da participação, as mulheres passam a ter uma nova percepção sobre seus direitos o que promove, muitas vezes, resistência dos seus cônjuges, os quais querem manter essas mulheres sobre o seu domínio:

Então a resistência era só do meu ex-companheiro que na época a gente estava se separando. Ainda existe aquele preconceito com os movimentos sociais. (...) Ele ficava dizendo: ah, que fica deixando os filhos à toa e não sei o quê, porque por mais que você deixe com sua mãe, com a tia, aí para ele é um motivo de que você estar saindo e deixando os filhos, então ele usa essa desculpa, mas na verdade é uma resistência para você não estar conhecendo os seus direitos, eu vejo isso dessa forma. (Marivalda Araújo, 42 anos, Secretária de Mulheres).

Em consonância com o relato de Marivalda, Roseli Damasceno também discorre sobre a oposição masculina à participação das mulheres no sindicato, como em eventos proporcionados pela instituição, ela relata: “meu ex-marido criticava muito por eu estar em outros tempos, final de semana se precisasse a gente estava sempre [no sindicato]”. Em algumas situações, esses cônjuges atribuem o término do seu relacionamento ao envolvimento de suas companheiras em atividades no espaço público, o que retrata o

machismo²³ que perpassa as suas relações e que dificulta suas ações no movimento social. “Hoje ele culpa a cooperativa e o sindicato pela separação, isso depois que eu passei a participar dos movimentos sociais eu comecei a ver muito isso, questão dos homens culpar os movimentos sociais pela questões das brigas, mas não era”. (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

A partir do relato da entrevistada, bem como, das leituras realizadas, foi possível perceber que a participação em movimentos sociais expande a perspectiva feminina, o fato delas estarem ainda mais próximas geográfica, afetiva e solidariamente se torna um componente novo e mobilizador. Elas percebem que situações que vivenciam no âmbito doméstico também é vivenciada por outras, como a objeção de seus cônjuges à sua participação. Para Paulilo (2003), é inconcebível pensar que uma maior autonomia feminina não entrará em choque com uma organização familiar onde tradicionalmente o papel da mulher foi o da parte subordinada, pelo menos na esfera pública.

Sobre as dificuldades enfrentadas no seu processo de inserção no sindicato, Beatriz revela não ter sido do seu companheiro e nem de familiares, mas de pessoas da sua comunidade, inclusive, mulheres. Para ela, algumas pessoas ainda têm dificuldade em lidar com a presença feminina nos espaços públicos:

Na visão de que mulher não pode sair de casa, nessa visão aí a gente enfrenta muita resistência, até mesmo das colegas, né, de mulher também, de algumas. Nesse sentido aí é isso, eu via muita coisa sobre isso, tipo aquela frase assim, né: “como que, como que o marido deixa ela sair de casa?”. (Beatriz de Jesus, 37 anos, Coordenadora de base²⁴).

É preciso evidenciar a ruptura dessa estrutura dominante que alimenta a invisibilidade feminina, seja no âmbito público ou no privado, a qual pode trazer consequências e relações de tensão na família e na comunidade, pois, as atribuições femininas, em especial de mulheres rurais, presentes no imaginário social estão restritas ao cuidado com a casa e familiares, no âmbito privado, e inserção em profissões/ocupações que conciliem com as responsabilidades domésticas. Assim, quando arriscam adentrar em espaços mais “ousados” que rompem com essa representação, encontram impedimentos, especialmente em razão do vínculo com a esfera reprodutiva, a qual é percebida como obstáculo para determinados fins de inserção e

²³ O machismo, na perspectiva de Arrazola e Rocha (1996), é definido como uma ideologia que estabelece que os homens dominem o mercado, o governo e a atividade pública e que as mulheres sejam subordinadas a eles, dividindo-os nos espaços público e privado.

²⁴ Função que tem por finalidade representar o sindicato nas comunidades, por meio das Bases Sindicais (antigas delegacias).

ascensão profissionais. Dessa maneira, ao classificar um indivíduo a determinada categoria, coloca-se a um conjunto de limites linguísticos, espaciais, comportamentais e certos hábitos (MOSCOVICI, 2003).

Nobre, Faria e Silveira (2005) destacam que a divisão sexual do trabalho se encontra intimamente imbricada com as interpretações sociais associadas às mulheres e aos homens. Dessa forma, pode-se dizer, grosso modo, que o juízo que essas mulheres têm acerca de seu papel na sociedade são conceitos de que a mulher não pode adentrar determinados espaços, que estas nasceram para serem mães e esposas, e que tais funções seriam inconciliáveis com a participação sociopolítica. Essas concepções são internalizadas pelo grupo e transferidas para as demais gerações, o que contribui para a permanência das desigualdades de gênero, visto que neste entendimento, o papel da mulher é secundário ao do homem.

No entanto, por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria de Mulheres do SINTRAF, bem como por ações individuais das mulheres, busca-se trabalhar na perspectiva de desconstruir esse pensamento enraizado sobre lugares que as mulheres podem ou não estar inseridas, devido à sua condição de gênero. A entrevistada a seguir relata sua preocupação em discutir com as suas companheiras sobre essa divisão, para que pudessem ressignificar sua postura.

Se fosse uma colega mulher eu fazia, tentava explicar a ela que não tem problema a pessoa ser casada e participar do movimento do sindicato ou qualquer outro como eu participo de outros movimentos, então não tem esse empecilho, um casamento e uma vida social. E os homens eu simplesmente ignorava deixava com meu marido conversasse com eles [risos] (Beatriz Jesus, 37 anos, Coordenadora de base).

É possível perceber o cuidado que a entrevistada possui com as suas companheiras, no intuito de direcioná-las a outra perspectiva, acerca da condição da mulher nos diversos âmbitos, de que não há um lugar específico para a mulher, devido à sua condição civil ou de gênero, que ela pode e deve transitar nos diversos espaços. Essa postura de Beatriz permite inferir a dificuldade de promoção de uma mudança plena enquanto as mulheres não estiverem conscientes de seus direitos. Diante dessas questões, percebe-se a importância da inserção das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços públicos, visto que, a participação nessa esfera se caracteriza como uma ação política e dá um novo significado ao seu papel enquanto sujeito nos espaços público e privado.

Em contrapartida, outras filiadas ao serem inqueridas sobre a sua percepção de desigualdades entre homens e mulheres, assim como, as dificuldades encontradas no processo de filiação, revelam não ter sofrido impedimentos e nem percebem que aconteceu com outras mulheres. Maria Helena (68 anos, Coordenadora de base), por exemplo, declara que na sua compreensão não há diferenças entre homens e mulheres no sindicato: “não, há igualdade, todo mundo é igual, não tem diferença não”.

Sales (2007) expressa que além do processo organizativo, a participação nesses espaços permite que elas exerçam o direito de falar, discordar, concordar, propor e exigir direitos, especialmente através de um processo de formação que ocorre como um aprendizado coletivo.

A participação feminina nos sindicatos e conseqüentemente a busca de direitos estão relacionados às mudanças que ocorreram na década de 1980, posto que foi um momento importante no contexto de organização sindical das mulheres trabalhadoras rurais. Bordalo (2011) expressa que esta década representou:

A expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos rurais e urbanos, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública. Parte de um processo diretamente influenciado pelo movimento feminista da década de 1970, os anos que se seguiram foram marcados pela ampliação de perspectivas e do surgimento de novos percursos para as mulheres tanto urbanas quanto rurais. (BORDALO, 2011, p.43).

O movimento sindical tem um papel preponderante na luta por direito de agricultores e agricultoras, mas os espaços sindicais ainda são desiguais, visto que, mesmo inseridas, geralmente as mulheres ocupam cargos menos valorizados ou que trazem aspectos considerados femininos na sociedade. Bordalo (2011, p.92) destaca que “os cargos onde existe maior presença das mulheres são os de organização e formação e finanças” A ocupação de cargos de liderança, é historicamente atribuído ao masculino, a presença feminina nesses postos representa um desafio.

Nesse seguimento, a fim de garantir participação e direitos, de acordo com Gírlene Nere, para que as pautas das mulheres estejam inclusas nas decisões sobre políticas de crédito, é importante que estas estejam também inseridas nos espaços de discussão.

As mulheres precisam lutar por mais direitos como esses créditos mesmo para a mulher, que a gente luta e nunca, só fica lá no papel, não coloca em prática, quando você acha que vai andar volta tudo novamente, essas questões de projetos é, inclua a mulher no meio. (Gírlene Nere, 37 anos, Secretária geral).

As mulheres têm conquistado avanços em termos de participação nos espaços públicos. Algumas ações vêm ocorrendo para melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais, o que é resposta das suas lutas, mas ainda há muito o que ser feito, como a entrevistada deixa explícita na sua narrativa.

4.3 Mulheres trabalhadoras rurais e o processo de inserção no SINTRAF-Serrinha

As narrativas das mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas revelaram o processo de instauração do sindicato no município, bem como, o itinerário delas para conseguir filiar-se na entidade e ocupar cargos de direção.

O SINTRAF – Serrinha foi fundado em 07 janeiro de 1968, nesse período, sua função social era celebrar convênio, visto que, o Estado não o fazia diretamente com as prefeituras, mas, sim, com os sindicatos. A partir de 1985, com a iminência do fim do Golpe Militar, o sindicato passa a ser uma instituição independente e ter uma função social e de representação efetiva das/dos agricultoras/es. Nesse processo de transição houve mudanças de gestão, o que refletiu na perda de alguns registros do sindicato, pois, estavam sob guarda da prefeitura.

No que tange a estrutura do SINTRAF-Serrinha, esta é dividida em: Executiva, Secretarias Setoriais e Bases Sindicais (antigas delegacias). A estrutura Executiva é composta por: presidência, secretaria de finanças e secretaria geral. As Secretarias Setoriais têm sua composição formada por secretarias de: juventude, mulheres, departamento de educação do campo e formação; políticas agrícolas e agrárias; previdência e conselho fiscal. As Bases Sindicais (antigas delegacias), são as instâncias onde tem diretores que não são eleitos dentro do corpo diretivo, mas que tem representatividade com poder de deliberação na base (comunidades). São dez bases no município de Serrinha.

Apesar do sindicato ter sido fundado em 1968, a participação das mulheres como filiadas só ocorreu de modo efetivo em 1987 – quase 20 anos após a sua fundação, e a ocupação de cargos de direção só a partir de 1994. Segundo relatos de algumas entrevistadas, as mulheres não tinham direito à filiação, porque eram dependentes dos seus pais ou cônjuges, apenas as mulheres viúvas podiam se filiar. No entanto, essa configuração as impossibilitava de ter acesso aos benefícios como aposentadoria, licença-maternidade, dentre outros, assim como participar de forma efetiva neste espaço de deliberação.

A fala de uma das entrevistadas revela esse impedimento para a participação feminina: “E aí a gente começou a luta para filiar as mulheres e eles diziam que não filiavam, porque as mulheres eram dependentes dos maridos”. (Maria Zilda, 60 anos, presidente do SINTRAF).

A organização feminina contou com o apoio da Igreja Católica, assim como de órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA), que posteriormente passou a ser a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)²⁵. Esse apoio contribuiu nas estratégias para a filiação das mulheres. Esse processo é relatado a seguir através da fala de uma participante.

Aí a gente ficou em busca do Estatuto para ver, porque o presidente dizia que a gente não tinha direito de se filiar, mas a gente não tinha cópia do Estatuto, a gente precisa conhecer o Estatuto para ver se ele estava falando isso, para impedir que a gente se filiasse ou se estava assim, porque o Estatuto não dava oportunidade. Só que eles ficaram sem querer passar uma cópia, com o tempo a gente conseguiu uma cópia viu que era coisa deles, porque ele viu que as mulheres estavam desenvolvendo, estavam crescendo, conhecendo os seus direitos, porque até então a sociedade sempre passou que a gente tinha dever, mas o direito era dos homens. Aí quando a gente despertou isso, a gente começou correndo atrás para que a gente se filiasse. (Jacy Souza, 64 anos, Diretora do Movimento de Mulheres).

Ao discorrer sobre o processo de organização e inserção sindical, a atual presidente do sindicato destaca o papel da Igreja Católica como uma das instituições que também as incentivou a lutar para ter acesso ao sindicato.

A gente tinha um trabalho na época, da Igreja, e a gente fazia parte de uma organização da igreja chamada Pastoral Rural, e essa pastoral que nos incentiva como trabalhar a tomada do sindicato, porque o sindicato estava na mão de uma equipe que não representava os trabalhadores, eram um povo como chamavam antigamente de pelegos. (Maria Zilda, 60 anos, Presidente do SINTRAF).

A igreja católica teve um papel significativo no processo do despertar das mulheres trabalhadoras de Serrinha para as desigualdades que perpassavam às relações de gênero e classe, e conseqüentemente na busca de seus direitos. Segundo a entrevistada, as lideranças (masculinas) que estavam à frente do sindicato não direcionavam suas ações em benefício das/dos trabalhadoras/es, mas sim, para interesses próprios. Moreira e Dias (2020) destacam a importância da influência religiosa na formação sociopolítica das

²⁵ Entretanto, apesar da atuação relevante da EBDA na prestação de assistência técnica e extensão rural, em 2016 o Governo da Bahia assinou a extinção.

mulheres do Território do Sisal, a qual é reconhecida como processo de mobilização das comunidades em função do coletivo.

O trabalho realizado pela Pastoral na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras em prol da tomada do sindicato, revela que esse movimento foi para além da sindicalização das mulheres, uma vez que a partir das intervenções das trabalhadoras a prática sindical seria voltada para a trabalhadora/trabalhador, já que não mais estaria em mão de “pelegos”. Boni (2004) retrata que a igreja católica, juntamente com membros ligados a Teologia da Libertação, dinamizou a formação de lideranças para atuar nos sindicatos.

As entrevistadas Beatriz e Girlene, apesar da participação ativa na instituição, ao relatarem sobre o histórico do sindicato, alegam não possuir repertório para discorrer sobre o tema, todavia, elas têm consciência do lugar de destaque das mulheres trabalhadoras rurais e da luta para a filiação: “não, porque assim, pelo pouco que eu conheço, assim é uma história de conquista no sindicato que eu ainda não estou preparada para contar. Têm pessoas lá preparadas”. (Beatriz, 37 anos). Girlene (37 anos), por sua vez, afirma ser uma conquista a participação feminina na entidade, mas considera que a presidente do sindicato, por ter vivenciado o período de enfrentamento, tem mais conhecimento: “É uma conquista, porque Zilda que sabe mais um monte de história, porque ela viveu mais lá”. Diante das narrativas é importante salientar que o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre o lugar. (RIBEIRO, 2017).

Pensar em mulheres sindicalizadas é pensar em busca de direitos e reconhecimento. E nesse seguimento é importante observar o que o sindicato representa para elas, visto que, é um local que apesar de sua organização ser pensada a partir de relações de poder, dominação e controle, pode ser percebido também como local que proporciona segurança, assim como, uma ferramenta que possibilita mudança e garantia de direitos. A diretora da pasta da secretaria de mulheres revela a importância do sindicato no seu itinerário:

A mulher que eu sou hoje, foi o sindicato que me transformou, porque eu vivia em uma caverna, né, fechada ali, só eu, meus filhos, vivia para família e eu não era uma pessoa nem muito comunicativa na comunicação, então o sindicato hoje na minha vida tem uma importância imensa, porque por mais que eu não tenha um estudo e tal, mas eu me desenvolvi bastante em várias áreas da minha vida, isso eu agradeço ao sindicato (Marivalda da Silva de Araújo, 42 anos, Secretaria de Mulheres).

Estar no sindicato é sair dessa vivência exclusiva para a família e tecer novas relações e conquistar, inclusive, novas habilidades. O fato das mulheres se sentirem mais confortáveis para expressar suas demandas por meio da fala está associado às estratégias de poder, adquiridas a partir da sua inserção nos espaços de deliberação. Ao pensar o contexto de socialização do feminino é possível inferir que estas mudanças ocorrem gradativamente, por meio das redes sociais que são construídas.

A ausência de escolarização, ponto apresentado por Marivalda, bem como, observado pela autora, visto que, a maioria das entrevistadas não possui ensino médio completo, apesar de ser um fator que limita oportunidades às mulheres rurais, não as impede, por meio de sua criatividade e determinação, de conquistarem sua autonomia e participarem das esferas públicas. Mas Galetti (2013), ao discorrer sobre o impacto da educação na vida e nas relações das mulheres ressalta a escolarização como ferramenta de independência, pois desprende outros fatores que permitem as mulheres mais autonomia e sair do lugar de opressão imposto pelo patriarcado.

Ao discorrer sobre fatores que limitam as mulheres alcançarem sua autonomia, Butto et al (2014) apresentam que, em geral o acesso a uma atividade produtiva remunerada é experienciado com muitas dificuldades, seja, pelos costumes, que determinam a autorização de algum homem (pai, esposo, tio ou irmão), seja porque são menos escolarizadas, ou mesmo, porque são elas as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado da casa e dos filhos ou de qualquer outro familiar que necessite. Para alcançar a tão almejada autonomia e participação política, as mulheres têm que gerenciar tempo e disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado. As entrevistadas não dispõem de altos níveis de escolarização, mas buscam proporcionar aos seus filhos maior tempo de aprendizado. Contudo, nota-se que ao passo que a nova geração tem mais acesso à escolarização, não se mantem no sindicato, pois, ao questionar a participação dos filhos, a maioria revelou que estes não são filiados, mesmo elas sendo participantes ativas, o que chama atenção e levanta a discussão sobre a manutenção da luta. Aqueles que estão filiados, muitas vezes, o fazem para ter acesso a determinado benefício (auxílio-maternidade, auxílio-doença), mas não estão em dia com o sindicato. Sobre a migração dos jovens da zona rural para a zona urbana, Ferrari et. al (2004) verbalizam que mesmo quando alguns jovens decidem permanecer na zona rural e seguir a profissão dos pais encontram dificuldades que limitam suas escolhas levando-os a buscar alternativa profissional fora do âmbito rural.

Todavia, é importante relatar as ações desenvolvidas pelo sindicato, por meio do Departamento de Educação no Campo e da Secretaria de Política Agrícola e Agrária, em parceria com o Instituto Federal da Bahia-IFBA, a Universidade do Estado da Bahia-UNEB e Centro Profissional de Formação Profissional – CETEP, a estudantes, em especial, filhas e filhos de agricultoras/es, para desenvolver o estágio obrigatório no sindicato. No CETEP, por exemplo, há um convênio em que o sindicato disponibiliza 04 (quatro) horas por dia do sindicato para estágios, seja na sede ou em nas zonas rurais.

A relevância do sindicato para as participantes está relacionada a possibilidade de alcançar autonomia e assegurar seus direitos, acesso à documentação, meio de fortalecimento, estabelecimento de vínculo e reconstrução da identidade. Nas narrativas o sindicato é representado como: “Instrumento de defesa e de organização para as mulheres, no geral, ele é de fato essa árvore, essa árvore de proteção que dá conforto”. (Maria Zilda, 60 anos, Presidente do SINTRAF); “Ele representa muita coisa, porque o SINTRAF é muito importante, ajuda a gente, né, os trabalhadores que precisam e, está sempre fazendo reuniões com a gente” (Maria Helena, 68 anos, Coordenadora de base). Há um sentimento de construção identitária, como afirma Marivalda de Araújo (42 anos, Secretária de Mulheres): “É o que me fez tornar o que sou hoje né?! Cresci por conta do sindicato, que foi uma maneira de me beneficiar em várias coisas, hoje estou onde estou em questão de sindicato”. E na perspectiva de Beatriz (37 anos, Coordenadora de base), a entidade é “um ponto de apoio para as pessoas que precisam, pessoas que não tem a quem buscar qualquer documentação, algo desse tipo. Ponto de partida para ajudar essas pessoas”.

Estes relatos registram o quanto a instituição é significativa para as participantes e que é na elaboração dessas experiências que ocorre o processo de construção de sujeitos inseridos no espaço coletivo. As ações das mulheres em movimentos de representação coletiva ofertam instrumentos de poder capaz de expressar demandas, reivindicar direitos e ampliar sua cidadania. Destarte a partir da participação coletiva as trabalhadoras rurais instituem alternativas de ganharem visibilidade política construindo espaços de autonomia, incorporando-se às relações sociais, reorientando a divisão sexual e social do trabalho tanto no espaço privado quanto no público, conquistando liberdade para fazer suas escolhas, expor opiniões, delinear objetivos e reconstruir sua identidade.

Nessa perspectiva, Amorim e Fiúza (2011) dissertam que a transformação da mulher em sujeito coletivo atuante por meio da mobilização é salutar para a construção

de uma nova identidade da mulher rural, possibilitando a ela, visibilidade e participação nos processos produtivos.

4.4 Movimento feminista e movimento de mulheres

O movimento feminista emerge no mundo ocidental nas décadas de 1960 e 1970, em um momento de grande efervescência da mobilização de diversos setores sociais caracterizados como oprimidos e marginalizados (MOREIRA, 2017). Havia uma diferença entre os movimentos feministas e os movimentos de mulheres, porque os primeiros tinham como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar as desigualdades presentes nas relações entre os sexos, enquanto o segundo, de acordo com Souza (2016) eram organizados por pautas inerentes à condição de vida e trabalho das mulheres, sem necessariamente relacionar à discussão e as lutas para questões estruturais, como a conformação das classes sociais, as relações patriarcais de gênero ou a divisão sexual e social do trabalho. Exemplos dessa atuação organizada das mulheres pode ser visto na mobilização por creches, moradia, transporte e acesso aos serviços de saúde.

Alves e Pitanguy (2017), por sua vez, discorrem que o feminismo se caracteriza pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes de luta, na vivência própria de cada mulher, de como ela se expressa e onde a solidariedade se fortalece. Ainda segundo as autoras, o feminismo busca repensar e recriar a identidade de gênero sob uma perspectiva em que também apresentam a discussão de que o sexo é político por conter as relações de poder, e com isso, o feminismo rompe com modelos políticos tradicionais que evidenciam a neutralidade ao espaço privado e a esfera pública como a única definida para a política.

Os papéis de gênero historicamente imputados às mulheres são questionados pelo feminismo, o qual se constitui um movimento distinto dos demais ao defender os interesses de gênero das mulheres, caracterizado pela sua autonomia em relação a outros movimentos e organizações.

Ao analisar características que distinguem o movimento feminista de outros movimentos de mulheres, Sardenberg e Costa (1994) ressaltam que o questionamento das hierarquias nas relações de gênero, isto é, nas relações sociais que se constituem entre homens e mulheres e seus segmentos mais amplos (sociais, políticos, econômicos, jurídicos), difere o “feminismo” como doutrina e, assim, o movimento feminista de outros

movimentos de mulheres. Dessa forma, compreende-se que os movimentos feministas sejam sempre essencialmente de mulheres, todavia nem todos os movimentos de mulheres se estruturam na perspectiva feminista.

As autoras referem que como doutrina, o feminismo busca priorizar a igualdade de gênero e a redefinição do papel da mulher na sociedade, o feminismo pressupõe o surgimento de uma consciência de gênero feminina/feminista. (SARDENBERG; COSTA, 1994). O caráter feminista pode ser percebido quando a organização e a luta das mulheres concebem as desigualdades e opressões vivenciadas por elas como resultada da sua condição e a integram como necessária a emancipação feminina para superá-la.

Sardenberg e Costa (1994) destacam que a subordinação da mulher foi a primeira forma de opressão da história da humanidade, todavia, o surgimento de um pensamento crítico feminista, acerca dessa opressão e os movimentos de emancipação e libertação da mulher, são fenômenos bastante recente. A autora norte-americana, bell hooks (2019, p. 13) relata que: “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”, afirma que o feminismo não é um movimento anti-homem, mas que o problema se encontra no sexismo. E que para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), se faz necessária uma mudança de pensamentos sexistas, substituindo-os por pensamento feministas.

hooks (2019) destaca a importância de mudança de pensamento, visto que as mulheres são socializadas para acreditar em pensamentos sexistas tanto quanto os homens, a diferença reside nos privilégios, uma vez que, os homens gozam dos benefícios do patriarcado, ainda que tenham que também pagar um preço. Assim, por meio da conscientização feminista, as mulheres passam a compreender como funciona o sistema de dominação masculina e a ter força para enfrentar o poder patriarcal no trabalho e na casa.

Costa (2005) afirma que o slogan “o pessoal é político”, se constitui em uma estratégia feminista que conduz para o âmbito de discussão política as questões consideradas específicas do privado, rompendo com a dicotomia público-privado, base do pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. A autora assevera que na perspectiva liberal, o conceito de público refere-se ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado é relativo à vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. (COSTA, 2005).

É nesse seguimento que o feminismo chama atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão. Importa salientar que os movimentos não surgem por acaso, eles surgem das lutas sociais, as quais ocorrem quando grupos de pessoas se defrontam com situações de injustiça, dominação ou exploração e atuam coletivamente com a finalidade de mudar essa situação num determinado contexto. Ao discorrer sobre o feminismo no Brasil, Sardenberg e Costa (1994) versam que suas raízes estão no longo processo de conscientização da mulher e de suas lutas através da história. As autoras alertam que falar sobre feminismo, seja no Brasil ou em outros lugares e tempos, requer sempre qualificativos e plurais, pois há o feminismo enquanto doutrina (ou ideologia) e o feminismo enquanto movimento social, e é necessário atentar-se às suas diferentes correntes.

Sobre o momento em que o feminismo se encontrava em efervescência no Brasil, Duarte (2003) relata que:

É nos anos de 1970 que o feminismo tem seu momento mais exuberante, aquele que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e transformar as reivindicações mais ousadas em direitos conquistados. O ano de 1975 tornou-se o Ano Internacional da Mulher, logo estendido por todo decênio (1975 a 1985), tal o estado de penúria da condição feminina, e tantas as metas para eliminar a discriminação. Encontros e congressos de mulheres se sucedem, cada qual com sua especificidade de reflexão, assim com as dezenas de organizações, muitas nem tão feministas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhorias nas condições de trabalho (DUARTE, 2003, p.165).

Ao tratar sobre o movimento feminista no Brasil não se pode dissociar da conjuntura política em que o país se encontrava, visto que, de acordo com Duarte (2003) enquanto em outros países as mulheres estavam na luta contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas específicas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. No entanto, mesmo com essas questões, o debate sobre sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto, planejamento familiar e controle da natalidade, também são discutidos e passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas.

Nesse contexto, Duarte (2003) destaca que surgiram alguns instrumentos de comunicação dirigidos por mulheres como: o jornal *Brasil Mulher*, em 1975 - porta-voz do recém-criado Movimento Feminista pela Anistia; e em 1976 surgiu *Nós Mulheres*, que

circulou por quase três anos. Alguns anos depois surge o *Mulherio*, criado em 1981, em São Paulo, por iniciativa de feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas. Em suas variadas seções havia desde denúncias de violência, da discriminação contra a mulher negra, aos temas da política do corpo, amamentação, trabalho feminino e da vida das operárias das grandes cidades. A edição zero trazia desde o porquê de o nome do jornal ser *Mulherio* e sua finalidade às temáticas diversas como: as condições de trabalho das empregadas domésticas, material sobre gravidez, saúde em debate.

Souza-Lobo (2021), ao discorrer sobre os movimentos de mulheres, relata que estes emergem nos espaços e franjas do tecido brasileiro, com a heterogeneidade de um *patchwork* que combina desenhos e cores variados. Para a autora, a emergência dos movimentos de mulheres está relacionada à superação de carências sociais, por melhores condições de vida e na luta por pautas específicas.

Todavia, Souza-Lobo (2021) relata que apesar das demandas serem específicas, isso não significa que após a conquista as mulheres se dissipem, pois, laços de solidariedade são construídos e o processo de constituição do movimento por si só dá margem para que seja tecida uma consciência crítica, e a partir disso as necessidades sejam transformadas em reivindicações, voltando para fora e estendendo-se como reivindicações coletivas.

Souza (2016) salienta que, além da luta por pautas específicas, o movimento feminista atua também na elaboração teórica das questões que estão por trás da opressão, violência e exploração da mulher, o que reverbera na ampliação da leitura da realidade e consequentemente proporciona a composição de ações capazes de modificar a realidade.

Cisne (2013) chama atenção para o entrelaçamento entre organizações feministas e movimentos de mulheres, a ponto de serem percebidos como iguais e que essa percepção contribui para que ainda nos dias atuais, algumas pautas ditas feministas, como a violência contra mulher, direitos reprodutivos, sejam inclusas nos movimentos de mulheres. Da mesma maneira, algumas bandeiras do movimento de mulheres são absorvidas pela organização feminista, por exemplo, direito à moradia.

Durante muitos anos, foram as comemorações do dia 8 de Março, como Dia Internacional da Mulher, que serviram de ponte para que se estreitassem os laços entre organizações tão diferentes como associações de bairros, sindicatos, pastorais, grupos de reflexão, entidades da sociedade civil, organizações não-governamentais de prestação de serviços, e tantas outras que de alguma forma se identificavam com o feminismo.

4.5 A Organização das Mulheres no Movimento de Trabalhadoras Rurais²⁶

Apesar da participação das trabalhadoras rurais nos espaços políticos ter como marco no Brasil a década de 1980, no contexto de abertura democrática, isso não significa que a mulher estivesse ausente das lutas travadas pelos diversos movimentos anteriores, mas sim, que neste momento sua atuação ganha mais força no processo de luta pelo seu reconhecimento como agricultoras e como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural.

Carneiro (1994) observa que nessa época há uma mudança na qualidade da participação, uma vez que, a inserção feminina nos movimentos sociais no campo acontecia de forma indireta, por meio da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares, como nos exemplos das militantes Margarida Alves, Elizabeth Teixeira e tantas outras. Essas mulheres se destacaram e assumiram a liderança dos movimentos após o falecimento dos seus esposos, encarregaram-se, então do compromisso de dar seguimento às lutas, em uma forma de demonstração de capacidade e coragem, atributos divergentes do que lhes foram designados socialmente.

O surgimento dos movimentos de mulheres rurais se apresenta, de acordo com Bordalo (2011), como fruto da inabilidade de outros movimentos em articular as pautas ditas “gerais” com aquelas percebidas como “específicas”. Dessa maneira, a existência de uma demanda feminina para ser reconhecida na condição de trabalhadora rural e assim poder acessar os seus direitos, seria substancial e, em contrapartida, demonstraria que os setores atuantes no movimento social, ao tratar as pautas de forma homogênea, não contemplava as demandas das mulheres, em especial, o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, o que conseqüentemente deixava em destaque que sua participação nas atividades no âmbito privado eram secundarizadas diante da organização social capitalista.

Ao analisar os movimentos de mulheres, Bordalo (2011) chama atenção para um aspecto que deve ser percebido, a saber, a vinculação de todos estes movimentos formados por mulheres membros de sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) ou à Central Única dos Trabalhadores, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, ou ainda

²⁶ Para melhor compreensão do processo de organização das mulheres no movimento de mulheres trabalhadoras rurais, foi elaborada uma síntese com alguns acontecimentos importantes na trajetória das mulheres no sindicalismo rural (Apêndice 03).

de outros movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Todavia, a literatura traz também o papel estratégico da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais no processo de inserção das mulheres rurais na esfera pública, que antecede até mesmo sua inserção nos sindicatos. As CEBs, de acordo com Pinheiro (2007), tiveram um grande crescimento na década de 1970 e contou com um número expressivo de mulheres rurais. A autora citada salienta que alguns estudos justificam essa expressividade feminina por ser um lugar regulado por elementos ligados à religião, no qual as atividades desse gênero ao longo do tempo foram designadas à esfera privada. Assim como os cuidados com os familiares, o cuidado espiritual também foi atribuído à mulher.

Entretanto, as CEBs enquanto organizações comprometidas com as questões políticas suscitaram nas mulheres rurais o desejo de participar das lutas sociais, bem como, a reivindicação dos seus direitos. Dessa forma, as CEBs proveram uma aproximação entre as mulheres trabalhadoras rurais e a esfera pública, ao inseri-las num espaço de discussão política e de problemas sociais (AGUIAR, 2016). Essa participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito, bem como na inserção das suas demandas na agenda política (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Feita esta observação, importa destacar que durante a década de 1980 as organizações políticas de mulheres ganharam amplitude e em diferentes pontos do país grupos de mulheres trabalhadoras rurais se formaram, não foi um processo homogêneo, mas havia uma similaridade entre esses grupos: a demanda por reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, tal reconhecimento promoveria acesso aos direitos previdenciários.

Sales (2007) afirma que o ingresso em movimentos sociais possibilitava também às mulheres rurais entender a si mesmas como portadoras de um saber-poder no campo da política, cuja participação proporciona também a reflexão sobre suas atividades cotidianas e os lugares socialmente impostos a elas.

Dentre os grupos que surgiram nessa época, destacam-se: na Paraíba o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (1980), em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em Santa Catarina surgiu em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). No Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça”, ambas formadas em 1986, deram origem ao Movimento de

Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTRS) - movimento estadual criado em 1989, que tinha por finalidade alcançar a cidadania das trabalhadoras rurais, por meio da conquista de direitos e reconhecimento profissional. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1986 do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste e em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul (MMTR-NE). (AGUIAR, 2016).

Importa salientar que havia no surgimento destes movimentos sociais um caráter formativo que buscava inserir e qualificar a participação das mulheres rurais nos espaços sindicais. Bordalo (2011) destaca que os movimentos de mulheres não tinham como causa primeira de sua existência o sindicato, em um primeiro momento, as mulheres lutaram por questões sociais que abarcariam tanto o público feminino como o masculino, as especificidades de gênero foram aparecendo ao longo do processo.

Carneiro (1994) corrobora a afirmação de Bordalo, ao destacar momentos distintos da luta; relata que diferente do primeiro momento no qual as reivindicações eram relacionadas às questões sociais enfrentadas pelos trabalhadores rurais, no segundo momento as reivindicações femininas estavam direcionadas para sua realidade enquanto mulher, estas buscavam um reconhecimento na produção familiar e na qualidade de trabalhadoras assalariadas, e para alcançar essas demandas necessitavam de terra para plantar e/ou salários de qualidade, essas reivindicações foram importantes para dar visibilidade ao seu papel de agente na unidade familiar.

Na década de 1980, as principais estruturas organizacionais nas áreas rurais eram os sindicatos, mas, como já mencionado, esta entidade se configura como um espaço construído majoritariamente para o masculino e que impôs, por meio da sua forma de organização baseada nos valores patriarcais, limitações para o acesso das mulheres. Todavia, gradativamente, a partir do despertar das desigualdades vivenciadas, bem como da impossibilidade de acessar direitos previdenciários, as mulheres começaram a reivindicar sua filiação.

Segundo Boni (2004), apesar do aumento da participação das mulheres nos sindicatos, até o início dos anos 1980 o número de mulheres trabalhadoras rurais associadas a sindicatos da categoria ainda era pequeno. Dessas associadas, muitas eram viúvas, visto que, as casadas, em sua maioria, eram consideradas como dependentes de seus esposos, e as solteiras dependentes do pai. Era pequeno o número de mulheres que insistia em associar-se, e não havia um incentivo dos sindicatos para que isso acontecesse.

Nesse seguimento, as mulheres rurais não eram vistas enquanto agricultoras, mas sim como esposas dos agricultores.

Os movimentos de mulheres possuíam como pautas específicas: o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica, a fim de romper com a invisibilidade do trabalho na agricultura); a luta pela extensão dos benefícios da seguridade social, como a licença-maternidade paga e aposentadoria e, o direito à sindicalização. Também surge como pauta o tema do acesso à terra, com as mulheres adotando a bandeira da Reforma Agrária e a ela inserindo exigências específicas de gênero, como a titulação da terra, não apenas em nome do chefe da família, mas sim, do casal, ou em nome da mulher chefe de família. Essas reivindicações demonstraram o crescimento da participação das mulheres na força agrícola, mas também, denunciaram, a discriminação que as mesmas enfrentaram, nos diversos espaços, inclusive, dentro dos sindicatos rurais. (DEERE, 2004; HEREDIA; CITRÃO, 2006).

Esses direitos foram alcançados, a partir da significativa participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição Federal de 1988 (CF). Foi por meio da participação e engajamento que elas garantiram, na Constituição, direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas, em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social (AGUIAR, 2016). Para além da importância monetária, os benefícios, como aposentadoria e licença-maternidade conferiram a essas mulheres a condição e reconhecimento como cidadãs e trabalhadoras.

No que tange ao salário maternidade, vale ressaltar que apesar de estar assegurado desde a CF de 1988, a legislação que garantiu o acesso efetivo das mulheres rurais a esse benefício só foi regulamentada em 1994, por meio de forte pressão do movimento sindical e de trabalhadores (as) rurais. Vale ressaltar que os movimentos de mulheres e os sindicatos de trabalhadores rurais tem um papel preponderante na efetivação legal e operacional da política, tanto no acesso ao benefício, quanto na divulgação da existência do mesmo (HEREDIA; CITRÃO, 2006).

Então, ao serem reconhecidas enquanto trabalhadoras, estas passariam a ter acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários (licença-maternidade remunerada e aposentadoria) que lhes eram negados (DEERE, 2004). Por meio desse reconhecimento e acesso aos direitos as mulheres alcançariam a cidadania e teriam a sua condição de sujeito legitimada.

Sales (2007) destaca que na década de 1990 teve início o período de adesão das instituições às desigualdades de gênero, com o enfoque na mulher. A autora traz como

exemplo a Igreja Católica, com a Campanha da Fraternidade de 1990, que teve como tema “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele”, e que por meio dessa campanha houve um incentivo ao debate sobre a condição feminina, tanto na cidade como no campo.

Na busca de traçar relações políticas igualitárias, foi instituído na IV Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1993, uma cota de 30% para a participação feminina, inicialmente, na diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e posteriormente em sindicatos e afins, todavia há muitas discussões sobre a efetividade dessa política de cotas, visto que, de acordo com Boni (2004) ao analisar a instauração da cota mínima de 30% de participação feminina nos sindicatos estabelecida pela CUT, sob várias perspectivas e argumentos, observa-se que a política de cotas pode representar uma formalidade para conquistar espaços, mas não significa poder. Apesar disso, considera as cotas o primeiro movimento significativo que motivou a organização das mulheres rurais no mundo sindical e ascensão a cargos de liderança, ainda que seja uma tarefa árdua.

Ao direcionar o olhar para o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), tem-se que é uma associação de mulheres do espaço rural, sem fins lucrativos cuja finalidade é resguardar os direitos das trabalhadoras rurais do nordeste brasileiro. Foi gestado na década de 1980 por meio do debate das mulheres trabalhadoras dos Estados de Pernambuco e da Paraíba com intuito de superar as dificuldades na relação de gênero, bem como fazer uma articulação ampla de diversos movimentos de mulheres no Nordeste. (PIRES, 2016).

Pires (2016) chama atenção para a importância do MMTR-NE no surgimento de outros movimentos de mulheres no nordeste brasileiro, visto que este movimento determinou como metas o reforço à participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais em espaços que se estabelecem as relações cotidianamente entre mulheres e homens; a construção de instrumentos que viabilizassem a ampliação da participação das trabalhadoras rurais nos âmbitos públicos no âmbito estadual, regional, nacional e latino americano; discussão, planejamento e trabalho com a organização produtiva, articulando-se com as questões que envolvem gênero e as políticas de governo para o campo.

Ao observar as metas estipuladas pelo MMTR-NE é possível compreender a abrangência alcançada pelo movimento. Pires (2016) destaca que esse movimento se encontra estruturado de forma que compreende coordenações municipais e estaduais,

estabelecendo assim uma unidade regional. As trabalhadoras rurais, segundo Araújo e Santana (2017), estavam insatisfeitas com a desvalorização de suas presenças, falas e demandas junto aos homens. Desempenhavam as mesmas atividades que eles, todavia para ocupar os lugares de poder e de tomada de decisões tinham que estar em constante embate. Nas entidades, elas nunca assumiam posto como a presidência, sempre eram escolhidas para serem secretárias, dado que “mulher tem a letra mais bonita”.

Castro (1995), ao fazer uma análise sobre mulheres em sindicatos, reflete que a ocupação de um espaço não garante o exercício do poder, mas salienta também que há uma estreita relação entre aumento das taxas de sindicalização e a revitalização do sindicalismo no Brasil. A participação feminina possibilita novos delineamentos, porque elas estão alí cobrando que suas demandas sejam atendidas, que o espaço seja percebido de forma heterogênea, porque há necessidades que são peculiares.

Dessa forma, a auto-organização feminina era basilar para dar um retorno às suas demandas. Para que isso fosse alcançado Araújo e Santana (2017) trazem que:

Elas [mulheres rurais] precisavam avançar no reconhecimento de sua categoria como sujeito político; precisavam fazer com que suas próprias vozes fossem ouvidas; conhecer melhor a si mesmas e umas às outras; refletir criticamente suas condições de vida; organizar coletivamente suas demandas e criar táticas de reivindicação. Acreditando que um movimento com dimensão regional teria maior impacto e incidência política – e compreendendo a importância da unidade entre as mulheres nordestinas – as trabalhadoras rurais pernambucanas e paraibanas ousaram se articular com as mulheres dos outros sete estados do Nordeste brasileiro: Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Piauí e Maranhão. (ARAÚJO; SANTANA, 2017, p.2).

O processo de auto-organização era preciso para que elas pudessem debater e compreender as questões que particularizam as mulheres na composição da classe trabalhadora e nas lutas sociais. Desse modo, o processo de auto-organização se refere aos espaços que possibilitaram debater e compreender as questões específicas das mulheres na composição da classe trabalhadora e nas lutas sociais. Estar em organizações possibilitava a compreensão coletiva das mulheres diante das opressões que vivenciavam no âmbito público e privado, por meio da troca de experiências. Souza (2016) aponta a importância das reflexões das feministas radicais no processo de auto-organização das mulheres, seja em movimentos autônomos ou em movimentos mistos, como sindicatos ou movimentos sociais. Para esta autora foi por meio dessas reflexões que a base desses

movimentos foi fortalecida.

Araújo e Santana (2017) afirmam que a articulação em 1986 para criar o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste estava alicerçada em um movimento de resistência, no qual as mulheres eram movidas pela necessidade de desvelar as desigualdades de gênero e aprofundar a discussão, assumir a autoridade do processo organizativo e terem suas identidades reconhecidas.

Vale ressaltar que, no imaginário social, há uma representação estereotipada das mulheres rurais, as quais são vistas a partir de um lugar de submissão, ignorância e passividade (ARAÚJO; SANTANA, 2017). Todavia, é preciso evidenciar o lugar de destaque delas no movimento: com muita coragem, as trabalhadoras rurais nordestinas driblaram as adversidades impostas pela sua condição de gênero e classe, para poder gestar o MMTR-NE e, por meio de seus esforços, promover um espaço próprio, a fim de aprofundar e enraizar uma construção social democrática e avançar na participação política das mulheres rurais.

Araújo e Santana (2017) consideram a participação das mulheres rurais nos movimentos, uma forma de buscar legitimação política das suas ações, o que não acontecia nos sindicatos. Assim, elas articularam de forma engenhosa a conciliação entre sindicato e o MMTR, porque sabiam que só o sindicato não daria conta das suas demandas. Deere (2004) destaca que o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres em Barueri, realizado em 1986, no Estado de São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST, com o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais foi essencial para o surgimento do MMTR-NE, nesse mesmo ano.

A missão da organização foi definida como “construir relações justas e igualitárias entre mulheres e homens no Nordeste”, para isso, buscou-se inserir essas mulheres que, em muitos casos, estavam restritas a casa e ao roçado à militância, bem como enfrentar os vários tipos de violência; lutar por políticas públicas e o desafio do acesso; organizar a base e toda a sua luta visando a convivência com as diversas regiões e à organização da classe trabalhadora por um projeto político das(os) trabalhadoras(es) com equidade de gênero.²⁷ A fala de uma das entrevistadas expõe a importância da organização das mulheres, ainda que no início elas não tivessem compreensão sobre os seus direitos: “A gente não tinha um movimento registrado, mas a gente tinha os grupos de mulheres, se reunia e discutia algumas questões básicas, que até então, a gente nem

²⁷ Informações disponíveis em: <http://www.mmtrne.org.br/>. Acesso em: 25/03/2021

conhecia diretamente qual era os nossos direitos”. (Jacy Barreto de Souza, 64 anos, Diretora do Movimento de Mulheres).

A ação do MMTR-NE, por meio de seus princípios, se faz tanto frente ao Estado e governos, bem como, frente à sociedade, visto que, os movimentos sociais não possuem apenas demandas políticas, mas há uma busca de transformação no modo de pensar e também da forma como a sociedade está organizada. Ora, é preciso políticas públicas destinadas para o público feminino, mas se faz necessário o rompimento com pensamentos que oprimem determinados grupos.

Desta maneira, o MMTR-NE foi tecendo dinâmicas internas e também relacionadas à conjuntura, com intuito de manter-se leal à sua identidade feminista reivindicatória, como é possível observar em um trecho da Carta Política dos 30 anos do MMTR-NE:

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste ao longo dos últimos 30 anos combate mentalidades de submissão, organizando e mobilizando as mulheres rurais nordestinas. Nossa trajetória é de luta pelo reconhecimento das trabalhadoras rurais e da nossa participação política na sociedade e nos movimentos sociais. Construímos de forma articulada uma agenda feminista rural, avançando no direito à documentação e o direito à terra, entre outros. Atuamos a partir dos nossos territórios e em convivência com o semiárido e as diversas regiões do Nordeste. Participamos da construção de políticas públicas para a agricultura familiar e para as mulheres, como parte de um projeto de transformação do país e da afirmação da democracia. Incidimos no plano internacional com a construção de alianças para o reconhecimento da agricultura familiar na América Latina e em defesa da soberania alimentar, da agroecologia e da autonomia dos povos (MMTR-NE, 2016).²⁸

O movimento foi alinhavando dinâmicas internas e aquelas relacionadas à conjuntura nesse itinerário que já dura mais de quatro décadas. Quanto à estrutura do MMTR-NE, cada estado possui duas dirigentes, ou seja, um total de 18 diretoras regionais que são as responsáveis pela gestão, direcionamento político, planejamento e execução das ações de incidência da organização.

Nesse sentido, as mulheres rurais, tanto do MMTR-NE, quanto de outros movimentos rurais, requeriam o reconhecimento enquanto trabalhadora rural pelo Estado e pelos sindicatos de trabalhadores rurais, a fim de superar a condição reconhecida como doméstica nas atividades rurais e a invisibilidade do seu trabalho, para não mais ser

²⁸ Informações disponíveis em: http://www.mmtrne.org.br/imagens/pagina/Carta_politica_.pdf . Acesso em 25/03/2021

considerado como ajuda ou como extensão das tarefas domésticas.

Mota (2009) assevera que só no ano de 1995 há o reconhecimento da inclusão feminina no sindicato rural. E a partir desta data, as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) promoveram diferentes formas de contemplar a presença e a integração feminina.

O período de 1980 a 1990 foi marcado pela constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, ao pressionar o surgimento, dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Ou seja, foi uma década que se caracterizou pela luta das mulheres para ocupar os espaços de participação ao enfrentar uma disputa constante, para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais.

Entretanto, até a instituição desse reconhecimento, as mulheres participavam nos sindicatos na condição de dependentes de seus esposos ou pais, e não como sócias do sindicato, essa filiação só aconteceu a partir de 1980, apesar de suas lutas, em razão de normalmente apenas um membro da família poder se filiar, e geralmente, quem o fazia era o chefe da família.

Deere (2004) salienta que os sindicatos eram o principal meio de assistência à saúde em áreas rurais, assim, a exclusão das mulheres desses espaços significava que elas estavam em desvantagem, inclusive em termos de benefícios de aposentadoria, já que somente uma pessoa da família era indicada para receber o benefício, o chefe de família. Só em 1985, no 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (MSTTR), promovido pela CONTAG, as questões específicas das mulheres foram levantadas em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores rurais, onde a proposição de paridade participativa foi aprovada e a urgência do debate sobre relações no cotidiano sindical foi discutida.

Até 1985, ano em que se realizou o 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, o qual foi promovido pela CONTAG, FETAGs e STTRs, a participação das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) era muito restrita e se dava, em geral, pela filiação ao sindicato na condição de esposa ou filha do associado titular. Durante o Congresso, realizado em maio de 1985, as mulheres, que representavam uma minoria, não chegavam a 3% dos delegados/as, conseguiram aprovar uma moção pelo reconhecimento da trabalhadora rural e pelo direito à

sindicalização independente do marido, pai ou irmão. Assim, o Congresso não apenas aprovou a moção como decidiu sobre o estímulo e apoio da sindicalização da mulher (FETZNER *et al.*, 2013). O 4º Congresso da Contag apresentava um tópico em que versava sobre o papel do sindicato na ampliação da participação sindical das mulheres e considerava que:

- ✓ A participação das mulheres ainda não era suficiente para as necessidades as lutas do Movimento Sindical;
- ✓ Que a mulher vive problemas específicos de discriminação geral como mulher, como também discriminações como trabalhadora participante direta ou indiretamente, da produção;
- ✓ Que uma programação sindical ativará o grande potencial de participação das mulheres no fortalecimento do movimento Sindical e nas transformações sociais do país.

Dentre as recomendações para que fossem alcançadas essas demandas têm-se que os sindicatos encaminhem e coordenem programações específicas dirigidas às mulheres: a) com encontros de mulheres trabalhadoras rurais; b) com treinamento e lideranças femininas para que estas auxiliem o sindicato no desenvolvimento da participação sindical das mulheres; c) com levantamento e encaminhamento das reivindicações específicas das mulheres; d) que seja estimulada a sindicalização da mulher; e) que, com relação à mensalidade social, seja respeitada a decisão da mulher: contribuir autonomamente ou pagá-la de forma vinculada à do marido ou pai²⁹.

É importante salientar que pouco menos de um ano antes da realização do 4º Congresso, em agosto de 1983, foi assassinada a líder sindical, Margarida Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, que deixou um legado de força, luta e resistência que está representado na realização da Marcha das Margaridas³⁰.

As demandas das trabalhadoras rurais pelo direito à terra foram obtidas na Constituição Federal de 1988, a qual estabelecia que nas terras a serem concedidas, por meio da reforma agrária “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao

²⁹ Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais/ CONTAG, 25 a 30 de maio de 1985

³⁰ A Marcha das Margaridas é considerada um movimento de mulheres do campo e da floresta, que se expressa numa manifestação pública, uma expressão política que assume a forma de uma marcha, caminhada. Tem por objetivo dar visibilidade às reivindicações dessas mulheres e articular negociações com o Estado. A mobilização foi realizada pela primeira vez no ano 2000. Recebe o nome “Marcha das Margaridas”, em homenagem a líder sindical rural Margarida Maria Alves que foi brutalmente assassinada, aos 50 anos, em agosto de 1983. (AGUIAR, 2016).

homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (Artigo 189). Mas, mesmo com o direito assegurado na CF, após 1988 houve relativamente pouca persistência em relação à implementação dos direitos da mulher à terra. (DEERE, 2004).

Só em 1995, após a realização do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais passou a ter uma coordenadora liberada, com direito a voto nas instâncias deliberativas. Mas é no 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores(as) Rurais, realizado de 30 de março a 3 de abril de 1998, que o papel de destaque político das trabalhadoras rurais é realmente validado ao ser introduzido mais um “T” de trabalhadoras em sua sigla – CNTTR – essa nova letra à sigla promoveu também visibilidade, democracia e igualdades para as mulheres. Nesse Congresso foi discutido a implantação da cota de 30% destinadas às mulheres em todas as instâncias do sindicato, a fim de alterar o quadro de desigualdade.

Deere (2004) informa que levou 12 anos para alguns movimentos rurais defenderem em âmbito nacional os direitos da mulher à terra e que só em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais sob reforma agrária apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais, a Marcha das Margaridas, que aconteceu em Brasília. A Marcha foi coordenada pela Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos.

Nos anais do 11º Congresso da CONTAG, o qual ocorreu em março de 2013, consta que as mulheres trabalhadoras rurais enfrentaram muitas dificuldades, poucas mulheres ocupavam cargos de direção, como no caso da CONTAG, cuja diretoria era toda composta apenas por homens, sendo que as mulheres apenas participavam da suplência e do conselho fiscal. Mas mesmo diante das dificuldades, as mulheres levavam para o movimento sindical novas temáticas, algumas específicas, como o tema do reconhecimento como trabalhadora e aquisição de documentação, dos direitos previdenciários, da saúde e direitos reprodutivos, da educação do campo, da participação da juventude, enfim, um conjunto de novos temas que vieram mudar a “cara” do movimento sindical.

Mota (2009) traz a divisão do trabalho e a conseqüente exclusão como mecanismos políticos que afetam a inclusão das mulheres em cargos de direção que envolvem poder de decisão e de representação. Aliada a essas questões, segundo Carvalho (2003), há outras que refletem na forma de ser mulher trabalhadora, isto é, ao

adentrarem no mercado de trabalho, elas enfrentam a dupla/tripla jornada, além de ter baixos salários e precárias formas de realização das atividades, as quais elas se submetem para manterem-se no mercado e ter remuneração. Essa subordinação pode se dá em razão da não conformação das mulheres à restrição ao espaço privado, a necessidade de obter uma renda, visto que a realização de atividades na esfera pública possibilita autonomia, independência financeira e aumento de poder de decisão.

Diversas, mas não dispersas, resistentes e audaciosas, as mulheres trabalhadoras rurais têm um longo histórico de enfrentamento e engenhosidade, cujo amadurecimento político ocorreu através da participação nos espaços de discussão e resultou na transformação coletiva das suas vidas. Elas estiveram atentas para as assimetrias sociais e organizadas vêm (re)movendo as estruturas sociais.

Para lutar contra a desigualdade de gênero, contra a exploração e opressão feminina, o movimento de mulheres a partir da década de 1980 colhe os princípios organizativos, a teoria explicativa da sociedade e o projeto político formulados a partir do feminismo. Mas é importante destacar que participação feminina nos movimentos de mulheres não as torna necessariamente feministas, todavia é notório que esta participação modifica sua inserção nas redes de poderes. Como explanam as autoras:

Nem todas as organizações do movimento de mulheres definem-se como parte do movimento feminista. Sabemos que há mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos os movimentos sociais enfrentam os problemas da situação das mulheres. Também nem todas as mulheres refletem sobre a situação de dominação e exploração que nós vivemos. (SILVA; CAMURÇA, 2013).

4.6. Movimento de mulheres rurais e suas especificidades

O movimento feminista como já trabalhado anteriormente, gradativamente ganhou amplitude e por volta da década de 1980 suas ideias passaram a ser disseminadas e apropriadas por diversos segmentos sociais, com maior intensidade em determinados âmbitos, em especial no espaço urbano, todavia, lentamente reverberou nas mulheres trabalhadoras rurais, não necessariamente a ponto destas se intitulem, em um primeiro momento como feministas, mas ao perceberem que algumas questões tratadas pelo feminismo poderiam ser agregadas à sua luta.

Aguiar (2015) ressalta que a realização de Encontros Feministas Nacionais, a partir de 1979, e de Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe a partir de 1981, foi basilar na disseminação das reflexões do feminismo e dos movimentos de

mulheres, para que chegassem as instâncias políticas como sindicatos, partidos políticos e movimentos comunitários.

A IV Conferência Mundial da Mulher³¹, realizada em Beijing, em 1995, na perspectiva de Aguiar (2015), foi um espaço que marcou o diálogo entre o movimento feminista e a organização das mulheres rurais. Isso se justifica porque no período em que antecedeu a Conferência houve diversos encontros preparatórios em todo país e fóruns de mulheres foram criados na maioria das unidades da federação, o que resultou na criação da Articulação de Mulheres Brasileiras, criada em 1994.

Siliprandi (2009) contribui com a discussão, ao relatar que a aproximação aos ideários feministas refletiu em mudanças nos movimentos de mulheres camponesas, cujas pautas direcionavam-se para o acesso das mulheres a terra, do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, do acesso a documentos, da garantia de direitos sociais, sindicais e previdenciários e questões ligadas à saúde.

Outro fator importante apresentado por Cappellin (1994) é que nos anos 1980 emerge como tema das trabalhadoras rurais e urbanas os elos e impasses entre mercado de trabalho e família, a autora chama atenção para a nomenclatura de muitos grupos, “movimentos de mulheres trabalhadoras” o que revela o desejo de manter ligados, na diferença, visto que, são dois papéis sociais que por muito tempo foram considerados opostos – gênero e classe.

Cappellin (1994) afirma que os encontros nacionais feministas, os encontros regionais comemorando o 8 de Março³², bem como outras oportunidades de trocas entre as mulheres dos diferentes segmentos sociais impulsionavam a proliferação de visões feministas e proporcionava às mulheres trabalhadoras rurais ocuparem espaços que outrora não imaginavam ser possível acessarem. A assertiva da autora apresenta similaridade com a narrativa de uma das entrevistadas, a qual relata:

A primeira vez que eu fui para Brasília, em um congresso, nossa, eu nunca imaginei em minha vida eu em Brasília, em um congresso, então você traz experiência muito boa e daí você conhecer presidente da

³¹A I Conferência Mundial da Mulher, aconteceu em 1975, no México, sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. A II Conferência Mundial da Mulher, ocorreu em 1980, em Copenhague, sob o lema “Educação, Emprego e Saúde” e a III Conferência Mundial da Mulher, ocorreu em 1985, em Nairóbi, sob lema “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”.

³² O dia Internacional da Mulher foi proposto por Clara Zetkin, (alemã, membro do Partido Comunista Alemão, deputada em 1920, que se dedicava à conscientização feminina) em 1910 no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas. Nos anos posteriores a 1970 este Dia passou a ser associado a um incêndio que ocorreu em Nova Iorque em 1911 e que vitimou 122 mulheres. Neste incêndio morreram 146 pessoas, 125 mulheres e 21 homens, na maioria judeus. É uma data que representa a busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres. (BLAY, 2004).

república, pessoas que você vê na televisão ali e você vê ao vivo pessoas que você admira ali e tal, você chega num lugar desse você conhece, você tem um contato direto, então é muita coisa junta, e muita emoção. (Marivalda da Silva de Araújo, 42 anos, Secretária de Mulheres).

Com muita alegria, Marivalda versa sobre mudanças acontecidas em sua vida desde sua inserção ao sindicato, ao destacar sua ida à capital do país; experiência que outrora nem conseguia imaginar, mas que foi possível devido a sua inserção nos movimentos sociais. Nesse sentido, a partir do momento em que as mulheres conseguem transpassar a barreira invisível entre o espaço público e privado, um universo de possibilidades é conquistado por elas, pois conhecem o que é prazeroso e entendem que podem alcançá-lo.

Assim, por meio dessas trocas e a partir de análises da distribuição desigual entre poderes nos espaços públicos privados, as trabalhadoras rurais passam a perceber as desigualdades de gênero e, dessa maneira outros símbolos são inseridos, até então desconhecidos na linguagem sindical, como por exemplo, o termo machismo. E assim, os papéis atribuídos às mulheres são reconsiderados.

Em seus estudos, Aguiar (2016) faz uma reflexão sobre a contribuição das agentes pastorais das Comunidades Eclesiais de Base no processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais e os novos sentidos que elas atribuem aos papéis que desempenham. A autora versa que enquanto na década de 1970 parecia pouco provável o diálogo entre feminismo e religião, na década de 1980 a experiência nas CEBs impulsionou um conjunto de reflexões, inclusive por parte de teólogas que delas participavam como agentes de pastoral. Ao perceberem a discrepância da participação das mulheres rurais nesses espaços, as teólogas fizeram um movimento de busca por valorização dessas mulheres.

Assim, as ideias feministas penetraram nos espaços conformados pela CEBs e alimentaram as reflexões feitas pelas mulheres rurais sobre a sua condição social. Ademais, a proximidade do feminismo – que, no Brasil, apresenta uma marca urbana muito forte –, com as “oposições sindicais” favoreceu também uma aproximação das mulheres rurais envolvidas nesses movimentos com os ideais feministas, principalmente, por conta das publicações que circulavam e dos cursos de formação dos quais participavam (AGUIAR, 2016, p. 270).

Apesar das trocas e influências do movimento feminista nas organizações das trabalhadoras rurais, importa destacar que o movimento tem uma marca urbana muito forte e que os estudos feministas, numa perspectiva mundial, nem sempre levou em conta os movimentos de mulheres rurais, o que Paulilo (2003) considera ser uma grave lacuna.

Segundo a autora, as pautas das mulheres trabalhadoras rurais têm sua gênese nas práticas que estão inseridas no seu cotidiano e que nem sempre são tratadas pelos conceitos dos estudos feministas do meio urbano. Assim, ainda que esse movimento tenha influenciado na ampliação do olhar dessas mulheres para as assimetrias de gênero, é preciso ter cautela ao usar os movimentos feminista para compreender as práticas e reivindicações de mulheres do meio rural.

Schaaf (2003) traz que no Rio Grande do Sul, nas organizações de trabalhadoras rurais a formação de um caráter próprio do movimento e o distanciamento da Igreja foram reforçados com uma assessoria feminista nos primeiros anos, que trouxe preocupação com os direitos individuais da mulher como pessoa, além de seu valor como produtora. Todavia para que houvesse essa aproximação, foi necessário que essa assessoria se despidesse de algumas questões vistas como urgentes no meio urbano e se adequasse às pautas rurais, o que é possível perceber na fala da assessora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), narrativa contida no trabalho Schaaf (2003):

Essa mulherada vem muito na Igreja, então questionar a Virgem Maria era uma coisa difícil. Depois levava esse trabalho de um jeito diferente. Sem puxar o tapete deles. Eu não podia chegar com a minha realidade. Quando fiz isso, dei com os burros na água, me equivoquei. A minha necessidade de discutir aborto e brigar por aborto na sociedade, tive que colocar em outro espaço. O meu trabalho é aqui e vamos ver o que cabe para discutir. Para que vamos brigar? Em vez de brigar por aborto, vamos discutir para a mulherada sair sábado de tarde para o lazer delas, o que não era fácil. (...). Eu revolucionei a vida delas nessa coisa do cotidiano, e a minha também junto, oportunizando para elas uma discussão que não estava feita ainda. E para mim foi obscuro por causa disso. Se fosse militar num movimento urbano de classe média, sem problemas, agora, lá foi de certa forma experimentar mesmo, ver até onde dava para ir. (Assessora do MMTR-RS entre 1989-1992).

Assim, ao buscar trabalhar com mulheres rurais, é preciso atentar às peculiaridades relacionadas ao meio que estas estão inseridas, bem como as suas demandas. Carneiro (1998) discorre que é fundamental pensar o rural e suas formas de sociabilidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, assim como considerar que eles se expressam de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos e distintos.

4.7. Divisão social e sexual do trabalho e implicações na participação sindical

Ao direcionar as reflexões para a divisão social e sexual do trabalho, tem-se que essa é estruturada com base no modelo hierárquico com valores patriarcais, onde há uma distribuição desigual das tarefas de produção e reprodução. Pode-se dizer que o conceito de divisão sexual do trabalho, diz respeito a uma definição ampliada de trabalho, que abarca o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado. Há também que considerar a indissociabilidade entre divisão sexual do trabalho, divisão sexual do saber e divisão sexual do poder. (HIRATA, 2010).

A divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009), pode ser entendida como um dos pilares para opressão e desigualdades, e é configurada como a divisão das responsabilidades, funções e lugares sociais para mulheres e homens, resultantes das relações sociais de gênero, seus efeitos perversos e excludentes atingem de forma particular as mulheres. Ao definir o conceito de divisão sexual do trabalho Hirata e Kergoat (2007) referem que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A definição de divisão sexual do trabalho evidencia as relações de poder que são socialmente construídas, entre homens e mulheres, e, onde há uma divisão desigual desse poder, que reverbera na subordinação feminina e sua invisibilização no processo histórico. Essa invisibilização, segundo as autoras citadas anteriormente é tecida pela desvalorização social das atividades atribuídas/desenvolvidas pelas mulheres. Para distinguir os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades, Hirata e Kergoat (2007) afirmam que:

A divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A afirmação das autoras coaduna com o pensamento de Paulilo (1982), o qual discorre sobre a invisibilização do trabalho da mulher rural, por este não ser expresso em valores monetários (reprodutivo). Ainda que as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens e, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo.

O trabalho que as mulheres realizam no espaço produtivo é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas “ajudantes” dos maridos ou “esposas” de agricultores (PAULILO, 2003). Por isso, se diz que o seu trabalho é invisibilizado.

Apesar destes princípios estarem presentes em todas as sociedades, isso não configura uma manutenção da divisão sexual do trabalho, pois esta varia de acordo com o tempo e espaço, mas embora haja possibilidade de transformação, esta divisão ainda se impõe como um fator limitante ao desenvolvimento das mulheres. O que torna relevante o estudo para compreensão das assimetrias de gênero.

Isso posto, entende-se que as relações de gênero resultam de um processo pedagógico que tem início no nascimento e continua ao longo de toda a vida, corroborando para as desigualdades existentes entre homens e mulheres, em torno da sexualidade, da reprodução, da divisão sexual do trabalho e no âmbito público/cidadania (CABRAL; DIAZ, 1998).

Destarte Saffioti (1987) afirma que a construção social da identidade de homens e mulheres está relacionada a atribuição de papéis que é destinada a cada um, ou seja, gênero é uma construção social, não se é homem ou mulher, torna-se de acordo com cada tempo e sociedade – a perspectiva de tornar-se mulher foi difundida nos estudos feministas a partir de Simone de Beauvoir. De forma minuciosa a sociedade delimita os lugares em que as mulheres podem ou não atuar, bem como escolhe os espaços que os homens podem operar. É nessa distribuição de papéis, que podemos observar a gênese das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, visto que a elas são atribuídas atividades que limitam a sua atuação no espaço público e na sua constituição como sujeitos políticos.

Há também uma construção social que lhe imputa uma docilidade feminina para justificar a sua ausência na esfera pública, todavia Souza-Lobo (2021) afirma não se tratar de docilidade como algo intrínseco à natureza feminina, mas aparentemente é natural uns se ocuparem da fábrica e outras da casa, ou seja, existe uma divisão sexual do trabalho desde sempre articulada às relações sociais e embutidas nas práticas sociais. As limitações nas ações femininas ocorrem, porque lhes é atribuída a responsabilidade da socialização

dos filhos, atividades domésticas, as quais inclui o marido e de qualquer outro membro da família que necessite de seus cuidados. Ainda que elas desenvolvam atividades nas esferas públicas não são isentas da responsabilidade das atividades mencionadas anteriormente. Ao mencionar sobre sua rotina, a fala de uma das entrevistadas confirma as questões expostas:

Praticamente todos os dias eu venho para cá, mas tenho uma vida também muito ativa com relação a família, acompanhamento, tenho os meus pais, ainda, os dois idosos de 80 anos. Eu que acompanho, eu que levo ao médico, que tudo com eles é comigo. Tenho filhos e netos que também me demandam, que me cobram presença e tal. (Maria Zilda, 60 anos, Presidente do SINTRAF).

Apesar de ocupar o cargo mais elevado do sindicato e estar diariamente neste espaço, a presidente, é responsável pelo gerenciamento da casa e da família. A forma como essa atribuição é inscrita na identidade feminina é registrada por Saffioti (1987):

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987, p.09. Grifos da autora).

Essa naturalização do ser mulher na sociedade atua como fator preponderante para a manutenção das desigualdades que elas vivenciam. Delimita as ações das mulheres e as impossibilita, em muitos momentos, de exercerem atividades no espaço público. É nessa perspectiva que a discussão sobre gênero propõe a desconstrução de atributos naturalizados em corpos sexuados. Essa naturalização também contribui para dar destaque ao masculino, ora, se eles podem sair para desenvolver as atividades nos espaços públicos é, porque tem alguém para realizar atividades.

As autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) ao discorrerem sobre a importância das atividades realizadas pelas mulheres, as quais não são validadas pelo capital, as denotam como aquelas cujo trabalho remunerado e não remunerado sustenta o mundo. Ou seja, elas são o alicerce da sociedade. São elas que, segundo as mesmas autoras, são as responsáveis pela produção de pessoas/reprodução social, e ressaltam o quanto esse trabalho é vital, pois, a reprodução social não apenas cria e mantém a vida, mas moldam sujeitos sociais com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações “certas”. Todavia mesmo a reprodução sendo importante, inclusive para o sistema capitalista, o que chama atenção das autoras é que:

Na sociedade capitalista, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por

si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação- não apenas para os proprietários do capital, mas também para trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre *outras pessoas*. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER; 2019, p. 52-53. Grifos das autoras).

Essas “outras pessoas” são, na sua maioria do sexo feminino, uma vez que, na sociedade capitalista a organização social se fundamenta no gênero, ou seja, fica sob responsabilidade da mulher. Mas é preciso se atentar para as nuances que a situação engloba, pois, essa organização social é atravessada, em todos os pontos, pelas diferenças de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER; 2019).

Apesar de ser apresentada como algo “natural”, pelo senso comum, essa divisão, é construída socialmente. Não há nada que comprove biologicamente que mulheres são preparadas para trabalhos distintos dos homens. Homens e mulheres estariam inseridos em uma relação social específica, a de sexo, e a base material desta relação social seria o trabalho. Este seria, portanto, o arcabouço estrutural e teórico em que se sustenta a divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009).

Assim, a divisão sexual e social do trabalho atuou/atua como fator limitador da participação feminina efetiva em espaços diversos, destaca-se aqui o meio rural. A divisão social e sexual do trabalho, traduz-se, enquanto relações de poder de homens sobre mulheres, em que, às mulheres foram atribuídos os trabalhos ditos reprodutivos e que na lógica capitalista é considerado como uma atividade que não gera renda diretamente, o trabalho é considerado improdutivo e, por consequência se torna invisível e desvalorizado socialmente.

5. MULHERES RURAIS SINDICALIZADAS

Nessa seção trata-se das motivações das trabalhadoras rurais à filiação no sindicato, a importância da entidade em suas vidas, e como a participação repercute na sua concepção, acerca do papel social das mulheres rurais, bem como proporciona a construção de novas identidades femininas. A violência enfrentada pelas mulheres ainda no meio rural foi abordada também. Pensando não ser possível trabalhar gênero, sem atentar às questões de raça, foi feito um recorte sobre o feminismo negro, a fim de trabalhar a interseccionalidade.

A visibilidade da mulher rural no espaço público retrata quebras com o passado patriarcal e a estrutura androcêntrica que vigora há tempos, e pode contribuir para a construção de novas identidades femininas no meio rural. O processo de socialização, a convivência com procedimentos democráticos no espaço do sindicato e os movimentos de mulheres despertam sua capacidade crítica o que reverbera numa nova concepção acerca do seu lugar enquanto mulher rural, contrapondo assim os valores herdados pelo patriarcado.

A secretária do departamento de mulheres do SINTRAF, por exemplo, ao ser inquirida sobre a importância do trabalho para sua vida destaca as ações desenvolvidas no sindicato como forma de buscar direitos e acesso às políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais, que não eram acessados por elas outrora e salienta que não são visíveis ao poder público:

O legal do trabalho aqui no sindicato, na parte de mulheres, principalmente, é que a gente acaba, o que a gente não teve lá atrás, a gente luta para que aquelas mulheres tenham aquilo que eu não tive lá atrás, então, a gente briga por políticas públicas para as mulheres, para que elas se desenvolvam mais (Marivalda de Araújo, 42 anos, Secretária de Mulheres).

A fala da entrevistada ilustra que há uma inquietação para ofertar às outras, direitos que não tiveram acesso. Para isso a aproximação dessas mulheres ao sindicato é fundamental, visto que, entende-se que sua filiação permite conquistas em diversos âmbitos. Esse pensamento pode estar relacionado ao fato do sindicato ser compreendido por elas como espaço que abre a tramitação de processos de reivindicação a direitos sociais e trabalhistas (AMORIM, 2012).

Outro ponto importante apresentado pela entrevistada é a sua compreensão sobre o ser mulher na zona rural, o que para ela é fator de potencialização das desigualdades sociais, pois são esquecidas pelo poder público.

Porque a gente sabe que a mulher da zona rural ela acaba sendo esquecida pelo poder público e a sociedade em si, é, acaba que essa mulher fica de lado, ela não tem acesso às políticas públicas, é, ela se isola no trabalho da agricultura e acaba que se torna invisível. E aí, a gente acaba que empoderando essas mulheres, acaba que tentando trazer ela para os movimentos sociais, engajar elas nesses movimentos para que elas desenvolvam mais e que elas mesmo busquem os seus direitos, então isso é bem gratificante. (Marivalda de Araújo, 42 anos, Secretaria de Mulheres).

Ser mulher no espaço do sindicato representa conquista e realização. Há uma tomada de consciência a partir da análise feita por elas de tempos remotos em que a participação feminina não era possível. Essa compreensão é importante para que possam identificar as assimetrias de gênero e lutar para ocupar esses espaços. Essa assertiva foi observada no posicionamento de uma das filiadas ao responder sobre o que é ser mulher nos espaços de poder:

É conquista! Olhar para trás e ver já estamos um meio caminho andado. Porque aonde um determinado tempo mesmo que esse tempo foi antes de mim, né, a mulher não podia nem ser sócia, então hoje ter por mais que não seja no caso totalmente perfeito, porque não existe perfeição (...) mas um sindicato onde a maior parte da diretoria é mulher já é uma conquista muito grande então ser mulher nesse espaço é conquista é realização. (Beatriz de Jesus, 37 anos, Coordenadora de base).

A construção da identidade de mulher trabalhadora rural perpassa pelo reconhecimento das desigualdades de gênero vivenciadas. A entrevistada em sua narrativa expressa que, apesar das conquistas ainda há muito o que fazer, principalmente, no que tange a disseminação de informações sobre o sindicato para que assim, alcance mais mulheres e que as violências vivenciadas por essas sejam descortinadas. Assim, na sua perspectiva as mulheres sindicalizadas precisam ainda lutar:

Para que alcance a grande maioria das outras que ainda não conhece né, porque, por mais que o trabalho seja, por mais que seja um trabalho divulgado, mesmo assim muitas pessoas ainda não ouviu falar, muitos não entenderam né, porque a maioria né, se tratando das mulheres, porque na maioria dos lugares têm muitas mulheres que não, que vive mais ali dentro de casa, não conhece, não sabe então não vê falar, então é nesse sentido aí que que precisa melhorar muito, alcançar aquelas mulheres que tá em suas casas sem saber que rumo tomar, muitas vezes sofrendo algum tipo de violência sem saber como denunciar, então é isso aí (Beatriz de Jesus, 37 anos, Coordenadora de base).

Beatriz é filiada ao sindicato há aproximadamente 18 anos e atua como Coordenadora de base. É uma mulher que expressa com entusiasmo a importância em ser filiada e as mudanças em sua vida decorrentes desse engajamento, relata possuir uma

melhor desenvoltura na comunicação, em especial por estar participando da pesquisa por meio da entrevista: “uma das é eu estar falando aqui com a senhora [risos] porque eu não, eu era uma pessoa muito tímida, que até na escola para ler, para fazer atividade, assim, apresentação eu não fazia, eu sabia, mas eu não conseguia falar em público nem na sala de aula”. Djamila Ribeiro (2017) retrata que o falar não se restringe apenas ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Dessa forma, quando essas mulheres conseguem expressar suas vontades e necessidades, elas passam também a existir.

Ao enveredar a discussão para acessar o porquê do interesse destas em fazer parte do sindicato, é possível perceber diversas motivações. Muitas atribuem, em um primeiro momento, sua participação à possibilidade de ter acesso a benefícios como, auxílio maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, mas posteriormente percebe que há outras razões para permanecerem na entidade. Outras alegam sempre ter se sentido impelida a participar e, assim, que surgiu a oportunidade não hesitou.

Roseli (36 anos, agricultora) versa entusiasmada sobre o que a levou a participar do sindicato. Com leveza na fala e riso nos lábios reflete sobre esse processo que a princípio, em 2001, foi para ter acesso ao salário maternidade, mas na época não conseguiu o que a desmotivou e a fez ficar afastada por alguns anos, retornando com uma nova perspectiva ao ouvir falar sobre a importância do sindicato:

Na verdade, quando eu me filiei ao sindicato em 2001 era outro sindicato, era uma outra linha, mas só que eles trabalhavam de certa forma no rumo da agricultura familiar, dando entrada em benefício, então eu entrei para dar entrada no meu salário maternidade, foi logo quando eu tive meu filho, só que aí eu não consegui. Quando foi em 2006 eu passei a ouvir que o sindicato era importante, aí eu pensei: “vou me filiar ao sindicato”. Porque o sindicato Serrinha eu considero diferenciado no sentido de retorno para os sócios. Tinha cisterna, benefícios como: convênio odontológico com uma clínica que ela faz extração, algumas coisas que faz, alguns procedimentos, que quem é sócio do sindicato e que está em dia não paga por esse procedimento, então eu percebi isso nas reuniões que enquanto presidente da associação, que a gente chamava o sindicato pra vim, falar alguma coisa, ter alguma pauta, então a gente começou a ouvir isso, então a partir daí eu disse: “pô, não é só por benefício, eu sei que não vou ter mais direito o salário maternidade, mas eu posso ter outras coisas”, então, aí foi quando eu decidi me filiar ao sindicato (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

Por meio do relato de Roseli, é possível perceber que as ações desenvolvidas pelo sindicato não estão restritas apenas às lutas de classe diante do poder público, mas, também, na busca por melhores condições de vida para as(os) trabalhadoras(es).

Em outros depoimentos, é possível notar que a motivação inicial das entrevistadas coaduna com o pensamento de Roseli. A princípio sua inserção foi para garantir acesso aos benefícios, mas posteriormente percebem a importância de estar em um movimento social e surgem novas motivações que fazem com que elas permaneçam.

Olha, eu comecei participando das reuniões do sindicato, aí me convenceram a me filiar, uma porque também estava perto de eu me aposentar, foi 04 de abril de 2003, eu me aposentei com 55 anos, aí eu teria também que pensar nisso (Maria Helena Lopes de Souza, 68 anos, Coordenadora de base).

No início foi para garantir os direitos para associar, para ter direito aos benefícios que o sindicato proporcionava, aí depois fui participando das reuniões, participando dos grupos, aí comecei a participar da comunidade da delegacia como diretora da delegacia na minha comunidade, aí depois comecei, depois vim para cá para o sindicato (Girleene Nere, 37 anos, Secretária Geral).

Em contrapartida a participação vai proporcionar uma mudança de perspectiva, acerca do seu papel na sociedade, estas passam a vislumbrar melhores condições para a sua vida, bem como a ocupação de espaços de decisão. Essas também iniciam o questionamento desse lugar que outrora lhes fora imposto e passam a ter uma nova percepção: “a pessoa está mais com a mente aberta, sabe que não é também só os benefícios, que são outras coisas para você entender o que é estar no meio social”. (Girleene Nere, 37 anos, Secretária Geral).

A diretora da pasta de mulheres, Marivalda, por sua vez, ao tratar sobre o que a motivou a se filiar ao sindicato ressalta a influência de outras mulheres que já eram filiadas. Val, como é mais conhecida, revela que vivia num ciclo de violência³³ e que por meio da sua participação no sindicato, gradativamente conseguiu quebrar esse ciclo e ressignificar sua vida:

Então, eu passei a participar dos movimentos sindicais, a partir de quando eu passei a sofrer violência doméstica, e aí, estava num nível de separação e aí uma colega me indicou para eu participar do sindicato. Eu me associei por necessidade mesmo. Só que participar foi uma colega que me chamou para participar, e eu acredito que foi para me tirar daquele ciclo de violência. E aí, eu rejeitava um pouco, mas as

³³ Filho (2008) relata que a violência doméstica acontece dentro de um ciclo que culmina em um tipo de vínculo especial entre vítima e agressor. São diversas nuances nesse processo e esse ciclo ocorre em possíveis etapas. Inicialmente uma relação de confiança é estabelecida entre ambos. O companheiro traz para ela aspectos positivos. No decorrer da relação há uma dificuldade de comunicação, pois a primeira agressão rompe com uma relação de confiança e em algumas situações a mulher se questiona o que fez de errado. Importa salientar que a primeira violência, geralmente, não ocorre no primeiro encontro. A violência inicial desorienta a mulher e ela tende a apresentar sintomas de depressão e ansiedade. Neste processo, quando não conta com ajuda, a mulher culpa-se pela situação, entra em um processo de resistência passiva e se habitua a conviver com aquele tipo de situação.

minhas colegas disseram assim: não, você não tem muito o que decidir não. Aí eu iniciei como delegada sindical, que hoje é denominado como coordenador de base. Então eu comecei por aí. (Marivalda de Araújo, 42 anos, Secretária de Mulheres).

A partir da narrativa da entrevistada é possível perceber a importância de outras mulheres para que esta se libertasse do ciclo de violência. Foi por meio dessa rede de apoio que a entrevistada despertou e começou a traçar novos caminhos. O suporte advindo de suas companheiras foi fundamental para ela perceber o seu potencial e resgatar sua autoestima. As intervenções desenvolvidas pelas companheiras de Marivalda, remete ao que Bell Hooks (2019) denomina, sororidade feminina, onde há uma solidariedade política entre as mulheres. A sororidade está fundamentada no comprometimento de lutar contra as desigualdades impostas pelo patriarcado. Quando entrevistada Marivalda ocupava a pasta da secretaria de mulheres, que tem por finalidade, segundo a mesma:

Engajar outras mulheres nos movimentos sociais aqui no sindicato, em outros movimentos e até fazer o mesmo que fizeram comigo lá atrás. Aquela mulher que sofre violência, a questão financeira, a gente dá aquele incentivo para que elas se afastem daquele ciclo de violência, então é um papel baseado nisso (Marivalda da Silva de Araújo, 42 anos, Secretária de Mulheres).

A violência doméstica é ainda um fato na sociedade e ocorre de forma mais acentuada na esfera rural. A construção histórica estabeleceu o âmbito privado essencialmente o doméstico, como lugar da mulher, em que a manutenção e reprodução da vida lhes é atribuído. De acordo com a pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, as mulheres rurais, mais que as urbanas, afirmam ter sofrido violência “em todas as categorias (tentativa de estupro/abuso sexual, tapas, empurrões, uso de armas, bate-bocas, insinuações, xingamentos, etc.), com exceção apenas para os casos de assédio sexual” (SILIPRANDI, 2004, p. 131).

A esfera doméstica, que é espaço essencialmente do feminino, é o local onde as mulheres estão expostas aos diversos tipos de violências cometidas por pessoas próximas, em sua maioria homens, com quem mantém ou já mantiveram algum tipo de relacionamento. A violência doméstica³⁴ traduz o poder e controle masculino sobre a vida e corpos femininos.

³⁴ A violência doméstica contra a mulher é compreendida como qualquer ação ou omissão praticada no ambiente doméstico, familiar ou das relações íntimas de afeto, e que acarrete danos de natureza física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial, além da morte. (ARBOIT et al., 2015).

No município de Serrinha-BA, a violência doméstica é algo que chama atenção e absorve as mulheres. “Uma coisa que eu tenho uma preocupação que já se desenvolveu muito mais a questão da violência contra mulher. A gente recebe falas de pessoas que diz assim: “ah, eu não vou não, porque meu marido”, sabe? São coisas que eu chegava a brigar” (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

Diante desses acontecimentos algumas ações foram tomadas, entre as quais, aproximar os homens das discussões de gênero, que ocorriam em um primeiro momento no sindicato, mas como a participação masculina era irrisória, passou a ser realizado na zona rural, como conta Roseli.

Quando a gente faz um seminário aqui no sindicato, por exemplo, a gente convida a família, mas só vem a mulher, sempre só vem a mulher, então é muito raro a presença de homens, e aí, por exemplo, violência doméstica mesmo, a gente fala para as mulheres, as mulheres se empoderam, mas elas chegam em casa e não pode fazer nada, porque não são elas que violentam, são elas que são violentadas. Então não adianta falar de violência só para a mulher, então a gente passou a fazer esse trabalho na zona rural, porque eles iam para a reunião do sindicato e lá a gente acabava que pegando eles de surpresa, então isso para a gente eu acho que foi muito gratificante, porque a maioria dos homens acabaram participando das reuniões que falavam sobre violência, né que é muito complicado tratar de violência com homem, né?! (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

Na narrativa de Roseli é possível perceber a importância da estratégia de aproximar os homens para as discussões, em especial, da violência doméstica, visto que o comportamento agressivo, em geral, parte deles. Portanto, é importante que o trabalho não seja realizado somente com as vítimas, mas, também, com os autores. Contudo, diante da pouca expressividade masculina nos espaços de discussão do sindicato, foi preciso que o trabalho de sensibilização acontecesse na sede e na zona rural. A participação masculina nos espaços de discussão sobre a violência doméstica é essencial para que haja uma sensibilização e conscientização a respeito da linguagem violenta por parte dos homens e, conseqüentemente, a mudança de comportamento. É necessário que haja o desejo dos homens autores de violência a mudar, considerando também a necessidade de ressignificação de fatores que podem levar ao ato, tais como construções sobre masculinidade e as suas formas de ser e estar no mundo. Nesse sentido, a presença dos homens nesse momento é fundamental para que se possa pensar em estratégias de prevenção e enfrentamento à violência. Saffioti (2004) destaca:

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo esta, algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi mantendo seus *habitus*, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta (SAFFIOTI, 2004, p. 68).

O enfrentamento da violência contra mulher é basilar no processo de superação das desigualdades de gênero. Conforme Engel (2020), a violência, seja ela ocorrida em âmbito familiar ou comunitário, praticada ou tolerada pelo Estado, é entendida como um dos principais impedimentos para a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de mulheres e meninas.

Promulgada em 2006, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um marco na legislação brasileira no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A luta histórica pelo direito à vida e à segurança encontrou em Maria da Penha Fernandes o ícone para elaboração da lei.

Pensando na incidência e na importância em ter um espaço que assegure a segurança das mulheres de Serrinha no tocante a situação de violência doméstica, a secretária de mulheres do SINTRAF pontua a importância em ter uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM. Para ela, alcançar seus objetivos nos movimentos sociais, inclui a implantação desse dispositivo:

Uma coisa que a gente vem brigando há muito tempo para conseguir aqui para Serrinha é uma delegacia de mulher, a gente não conseguiu até hoje, então isso faz com que ainda tenha aquele vazio de que você ainda não conseguiu ainda o objetivo, alcançar o objetivo. Para mim, no dia que disser assim: veio uma delegacia da mulher para Serrinha e disser assim: não dá para você participar mais do sindicato por algum motivo e tal, eu vou sair satisfeita, porque sei que aquele objetivo maior, digamos que, eu não, mas no coletivo a gente conseguiu. (Marivalda da Silva de Araújo, 42 anos, Secretaria de Mulheres).

Marivalda, que sentiu as dores da violência doméstica, traz consigo a necessidade da instalação de uma DEAM para que as vítimas possam ser acolhidas dignamente, visto que, muitas mulheres em situação de violência não têm suas denúncias validadas quando procuram delegacias não especializadas, pois, a estrutura é composta por homens, e por vezes, as agressões são consideradas como desentendimentos familiares.

Lima, Buchele e Climaco (2008) apresentam a progressividade da atenção a violência contra mulher e que atualmente é reconhecida como um tema de preocupação

internacional, mas, nem sempre foi assim. Essa recente percepção e consciência foi resultado de um trabalho articulado por diversos grupos, em destaque os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. Aqui cabe destacar também, a importância do Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que foi instaurado em agosto de 2008, por meio da Portaria nº 52 de 13 de agosto de 2008³⁵. A finalidade do Fórum é elaborar e debater propostas de políticas públicas referentes ao enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta, considerando a realidade destas mulheres e às especificidades de suas demandas. (BRASIL, 2011).

O Fórum realizou a Campanha “Mulheres Donas da Própria Vida”, divulgada amplamente no país a partir de 2008, principalmente nas áreas rurais, com objetivo de dar visibilidade da violência de gênero, assim como, à Lei Maria da Penha no campo e na floresta. Em 2010, realizou-se o II Seminário Nacional do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta: No Campo e na Floresta, Políticas Públicas para as Mulheres. (BRASIL, 2011).

Essas ações resultaram na assinatura da Portaria Nº85/2010 que instituiu as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que representa um avanço, no que tange a implementação de políticas públicas destinadas a essas mulheres. Destaca-se que essas diretrizes resultam das reivindicações do movimento de mulheres e da sociedade civil organizada. (BRASIL, 2011).

No transcorrer da sua narrativa, Beatriz assegura que participar do sindicato permite ter novas perspectivas, bem como conhecer os seus direitos:

E é isso dá uma nova forma da gente ver o mundo, ver as coisas, de conhecer os nossos direitos, os movimentos sociais ajuda muito as pessoas, porque muitos não conhecem né acham que por ser negro, por ser muita das vezes além de ser negro, ainda pobre se acha que não tem direito que não tem valor nenhum e os movimentos sociais ensinam a gente a lutar pelos nossos direitos dentro da lei, então aprendi muito nesse sentido. (Beatriz de Jesus, 37 anos, Coordenadora de base).

Ao trazer que ser negro e pobre são fatores que podem levar o indivíduo a não acreditar nas suas potencialidades, assim como nos seus direitos enquanto cidadão, a

³⁵O Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi implantado, mediante trabalho desenvolvido pelo Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (Portaria nº 42, de 23 de agosto de 2007). Esse fórum possuiu caráter temporário, tinha por finalidade formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade destas mulheres no período de 90 dias.

colaboradora fomenta em sua fala as discussões de raça, as quais a literatura alega estar intrinsecamente ligadas às discussões de gênero e classe. A tríade gênero-raça-classe é compreendida pela intelectual baiana, Carla Akotirene como interseccionalidade. De acordo com ela, ao pensar em mulheres negras, “é difícil separar opressões de raça, classe e sexo, porque nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente” (AKOTIRENE, 2020, p.28). A temática sobre raça desponta novamente no discurso de Beatriz quando inquirida sobre como é estar presente nos movimentos sociais:

Eu sinto uma continuidade da luta das outras mulheres que foram antes de mim e muitas coisas que as mulheres não tinham direito e hoje tem através da luta das nossas antecessoras e principalmente quem é negra, no meu caso sou negra e tenho duas filhas negras também, então eu luto por isso para dias melhores para minha, minhas filhas, porque se as outras, algumas até já morreram por lutar para hoje a gente tá ocupando lugar que tá, porque muitas, ainda é muito pouco, mas antes nem isso, nem esse pouco a mulher podia então é isso eu me sinto privilegiada. (Beatriz de Jesus, 37 anos, Coordenadora de base).

As mulheres lutam para ocupar espaços que lhes foram negados por muito tempo e também para deixar um legado para as que virão. Gradativamente, o cenário modifica, mas as desigualdades ainda prevalecem e, assim, as mulheres enfrentam diversos desafios para se manterem nas esferas de deliberação; situações adversas relacionadas às condições de gênero, raça/etnia, dentre outras despontam e só são superadas no processo de enfrentamento.

Beatriz fala enquanto mulher negra, trabalhadora rural e mãe. No seu discurso ela apresenta a importância das mulheres que vieram antes dela, e destaca o apoderamento dos espaços que lhes são de direito. Sua luta não é só por si, mas também por suas filhas, as quais a participante faz questão de salientar o marcador raça. A fala de Beatriz nos faz inferir que na sua concepção ser mulher negra a coloca em um lugar de maior embate social. Suas filhas não são “apenas” mulheres rurais, são antes disso, mulheres negras. A fala da entrevistada coaduna com o pensamento de Hooks ao trazer a sua vivência percebeu que: “as duas questões [sexo e raça] são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher” (hooks, 2014, p. 12).

Pensando as demandas das mulheres negras, o feminismo negro vem desenvolvendo discussões sobre como a interseccionalidade é importante para que as pautas de toda as mulheres sejam acolhidas. É sabido que feminismo tem desempenhado papel fundamental nas lutas das mulheres, especialmente ao lançar novos questionamentos que reverberaram na criação de diversos grupos e possibilitou que as

mulheres passassem a ter um olhar mais crítico para as assimetrias. Lélia González (2011), ícone do feminismo negro brasileiro, afirma que ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), o feminismo evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição crucial para o encaminhamento das lutas como movimento. Todavia, nem todos os grupos, aqui destaca-se mulheres indígenas, mulheres negras e mulheres rurais tiveram suas particularidades pautadas e conseqüentemente atendidas.

É nessa perspectiva que o movimento negro vem com a proposta de *enegrecer o feminismo*, mostrar que não há uma universalização feminina e de certa forma romper com esse olhar eurocêntrico do feminismo. De acordo com Sueli Carneiro (2003), a expressão vem sendo utilizada com o propósito de intitular o itinerário das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, assim afirma que:

Buscamos assinalar, com ela [expressão enegrecer o feminismo], a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.118).

Por meio da politização das desigualdades de gênero, o feminismo ressignifica o lugar em que as mulheres ocupam, transformando-as em novos sujeitos políticos. Assim, essa condição possibilita que esses sujeitos assumam, a partir do lugar que estão inseridos, olhares diversos que despertam para processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular, isso é, grupos de mulheres indígenas, de mulheres negras, de mulheres rurais, os quais possuem demandas próprias que precipuamente não podem ser enquadradas, na essência, sob a questão de gênero se esta não levar em consideração as peculiaridades de que dizem o que é ser mulher naquele espaço. (CARNEIRO, 2003).

Akotirene (2020) versa que o feminismo negro, desde sua gênese trabalha o marcador racial para superar os estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articulados em nível global. Assim, no campo social as diversas camadas de subordinação convergem e produzem efeitos articulatórios umas sobre as outras.

Articular o racismo às questões mais amplas das mulheres é uma questão *sine qua non*, e encontra amparo histórico, porque a “variável” raça produziu gêneros subalternizados, tanto no tocante a uma identidade estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (CARNEIRO, 2003). Desse modo, em face dupla dessa subvalorização, é plausível a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros.

A encruzilhada entre os conceitos é denominada interseccionalidade, o qual, de acordo com Akotirene (2020), é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras, as quais suas experiências e reivindicações intelectuais não eram contempladas pelo feminismo branco, assim como pelo movimento antirracista que tinha sua atenção para os homens negros.

Interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórica-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtos de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça, classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2020, p. 19).

As mulheres estão submetidas a diversas formas de opressão, a depender do grupo social que pertencem. Para as mulheres negras o racismo é percebido como um sistema de opressão que marca de forma significativa suas vidas. Assim, na perspectiva das feministas negras não existe a possibilidade de trabalhar a questão de gênero, sem antes pensar as opressões de raça. Nesse seguimento, de forma categórica, Lélia Gonzalez enfatiza que “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”. (GONZALEZ, 2020, 134). Assim, uma vez que a raça determina a forma como as mulheres negras vão experienciar o gênero, a perspectiva racial é precípua no feminismo.

Coadunando com o pensamento de Gonzalez (2020), Ribeiro (2017) discorre que é inconcebível priorizar a luta contra o racismo em detrimento da luta contra o machismo, pois essas opressões atuam de forma combinada. Dessa forma, ao ser mulher e negra, é preciso combatê-las de forma indissociável. Destarte, não se pode pensar gênero separadamente de classe e de raça, pois essa intersecção atua de forma combinada e vai afetar os sujeitos de acordo com o lugar que ocupa socialmente, assim não se deve hierarquizar opressões.

5.1 Sindicato, (re)construção de identidade

Estar no sindicato, bem como exercer atividades no espaço público pode ser fator de promoção de (re)construção de identidades de mulheres trabalhadoras rurais, pois há uma ressignificação das atividades desempenhadas. As mulheres passam a se identificar como trabalhadoras rurais e também, são identificadas como liderança do sindicato, ou “identidade sindical”.

Nessa linha de raciocínio, Roseli Damasceno ao narrar sobre o seu processo de reconhecimento refletiu, que apesar de ter trabalhado na roça com sua família, só passou a entender-se como agricultora, quando passou a desenvolver o plantio e comercialização de hortaliças, o qual foi mecanismo, não apenas para o seu reconhecimento, mas também, como estratégia de enfrentamento para lidar com o transtorno depressivo que enfrentava na época, em uma fase mais aguda:

Aí quando a gente [entrevistada e o ex-companheiro] começou a hortaliça, eu ia para hortaliça, e eu me dei muito bem com o processo, em está ali com a natureza, pegando com a terra eu fazendo aquele cultivo, eu me sentia muito bem. E isso me ajudou muito no controle da depressão não na cura, mas o controle, eu consegui me equilibrar, voltar a pô o pé no chão novamente. A partir daí a gente passou a fazer entregas. (...) todo mundo já dizia o que queria: eu quero isso, eu quero aquilo. Então a gente já saía com a entrega tudo certa já, fazia esse roteiro toda sexta-feira, no sábado de manhã a gente ia para feira, né, que a feira aqui é no sábado e aí no meio da semana a gente tesava sempre, tinha uma entrega aqui outra ali, então a gente estava, tinha essa produção e eu me identificava muito. Foi algo que mudou muito, porque de fato eu comecei a me entender como agricultora a partir daquele momento, porque enquanto eu ficava ajudando no plantio, feijão, ia para roça passava o dia todo plantando eu não entendia, eu não me achava uma agricultora, eu tinha vergonha de dizer que trabalhava na roça. (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

Por meio do relato da entrevistada é possível perceber uma ressignificação acerca do lugar ocupado, pois, em um determinado momento, esta, entende sua atuação conjuntamente aos familiares na roça, enquanto ajuda. Foi preciso uma mudança na organização das atividades desenvolvidas na roça (plantio e comercialização de hortaliças), para que esta passasse a se identificar como agricultora e nutrir um sentimento de orgulho frente à essa ocupação. Segundo Salvaro, Lago e Wolff (2013) no contexto de luta, a utilização da categoria agricultora remete a uma mudança conceitual e política que unifica movimentos na e pela criação de uma identidade política comum.

Esse movimento do autorreconhecimento e afirmação de identidade permite também que saiam do lugar de invisibilidade e, é também um passo importante para ocupar o seu lugar de trabalhadora rural e cidadã. Fischer (2006) alerta que no meio rural, ainda imperam hábitos mais tradicionais e, que a cidadania é motivo de preocupação quando se trata, em especial, do público feminino. Ela ressalta que muitos estudos trazem a atuação da mulher na agricultura familiar, os quais comprovam a sua contribuição na economia rural, todavia, nem sempre esses estudos destacam o valor do trabalho e sua participação na esfera pública.

Segundo Araújo e Ferreira (2000) embora a cidadania não esteja limitada à direitos do indivíduo como trabalhadora/trabalhador, em uma sociedade que é atravessada pelas desigualdades nas relações entre classes, bem como, nas relações de gênero a cidadania começa pelos direitos trabalhistas, aqui em especial, pelo reconhecimento enquanto trabalhadora para que assim, possa acessar os direitos trabalhistas. Vale ressaltar que a luta das mulheres rurais, em momento algum foi por inserção em atividade laboral, visto que elas sempre estiveram presentes em todas as etapas da produção, mas, sim, pelo reconhecimento do seu trabalho.

Gouveia (2003) ressalta a importância de levar em consideração as transformações que as mulheres passaram nas últimas décadas, tanto nos aspectos políticos dos movimentos de mulheres, quanto nos aspectos socioculturais. No cenário rural, especificamente mudanças vêm ocorrendo na dimensão de identidade das mulheres, essas mudanças, por sua vez, afetam na perspectiva que estas têm sobre si e a realidade em que estão inseridas, o que reverbera em uma nova forma de pensar e traçar novos caminhos, opostos à submissão à lógica patriarcal. Por meio dos depoimentos, percebe-se que há mudanças na forma de pensar, bem como uma nova postura adotada por elas à medida que se inserem no sindicato e passam a desenvolver atividades produtivas, pois essa inserção lhes proporciona oportunidades o que pode reverberar numa quebra de padrões pré-estabelecidos socialmente. Butto et al. (2014) versam que espaços de auto-organização possibilitam as mulheres construir, por meio no espaço público, expansão do pensamento, acerca do que é objeto da política, estendendo suas avaliações e formas de agir.

Ao ser inquirida sobre quais aprendizados oriundos da participação no sindicato, por exemplo, uma das entrevistadas ressalta algumas mudanças, a saber: “O que eu mais destaco é minha maneira hoje de pensar, de agir, essas coisas assim”. (Girlele Nere, 37 anos, Secretária Geral). A participação nos movimentos sociais proporciona uma

percepção mais crítica das relações desiguais de poder entre homens e mulheres e da cultura com valores patriarcais, esse novo olhar provoca, por vezes, mudanças na sua forma de agir, nas relações de gênero e no âmbito familiar. O capitalismo tem grande contribuição no processo de opressão do feminino ao estabelecer a divisão entre o local de trabalho e o lar, rompeu com unidade produtiva alicerçada na família, a partir da inovação tecnológica dos meios de produção o que possibilitou a reconfiguração das atividades desenvolvidas pelas mulheres, seja no espaço de produção, como no espaço da manutenção e reprodução familiar. (SOUZA, 2016).

Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) discorrem que sociedades capitalistas são, por definição, a gênese da opressão de gênero. Para essas autoras o capitalismo não inventou a subordinação das mulheres, visto que, sempre existiu sob distintas formas nas sociedades de classe anteriores. No entanto, o capitalismo instituiu outras formas de sexismo, sustentado pelas novas estruturas institucionais. Seu movimento fundamental foi separar produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-la ao segundo.

hooks (2019) faz uma crítica à concepção do trabalho, enquanto instrumento de libertação da dominação masculina, mas salienta que esse fato não muda a realidade de que a autossuficiência econômica é necessária para libertação. Assim como o trabalho traz esses benefícios citados, Schaaf (2003) versa que a participação feminina no movimento permitiu uma redefinição do papel das agricultoras, contrastando com seu papel tradicional na esfera doméstica e no interior das entidades rurais, com consequências importantes para seu bem-estar e de sua família. Essa afirmativa pode ser corroborada com o depoimento da entrevistada ao abordar sobre a ressignificação do seu lugar enquanto mulher:

Eu aprendi a não ser a dona de casa de certa forma. Eu não me vejo muito todos os dias dentro de casa, principalmente com meu problema de saúde [questão cardíaca] que não permite que eu trabalhe, que eu vá para lida mesmo de fato, então me deixar aqui dentro de casa, arrumar casa, lavar prato não é muito o meu forte não, eu faço, mas não é muito o meu forte. Se precisar sair para ir correr para batalha, reunião de base, ir para as comunidades para mim é bem melhor (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

Outra questão apresentada por Roseli e que coaduna com a afirmação de Schaaf (2003) é que as ações desenvolvidas pelas mulheres na esfera pública retornam para a família, o que pode ser compreendido como reflexo da construção social do feminino. Ao versar sobre a oposição de alguns cônjuges à participação da mulher no sindicato, a

entrevistada chama atenção para o machismo que perpassa as relações e que em muitas situações é responsável pela manutenção da mulher limitada à esfera privada. A entrevistada narra que:

A mulher vai, ela não vai buscar só para ela, ela vai para o sindicato e o que tiver de benefício, por exemplo, no sindicato, volta para a família, então querendo ou não o homem é beneficiado em relação a isso, porque se a mulher tem um direito adquirido ali dentro do sindicato ajuda a família não é só para ela (Roseli Damasceno, 36 anos, departamento de educação do campo).

As mulheres inseridas na ação coletiva tentam unir os seus desejos de autorrealização com o afeto e o cuidado para com a família. O cuidado com o outro, apresenta-se como elemento essencial no processo. O cuidado se estende também para as companheiras do movimento. É a troca da atenção e carinho que permite às mulheres o prazer de participação. É o carinho mútuo na forma de uma escuta, de um abraço de pessoas que se encontram em circunstâncias e necessidades parecidas. Isso sugere que a cidadania não é o referencial para a participação política das mulheres nos movimentos populares. (SCHAAF, 2003). Todavia, é importante destacar, que isso não as torna menos preparada politicamente e, se a cidadania não é o principal motivo para a sua inserção, no processo se torna essencial para a sua permanência.

Nas suas narrativas, sem excluir a importância em estarem envolvidas nos movimentos sociais, Marivalda de Araújo, Beatriz de Jesus, Maria Zilda e Girlene Nere, apresentam o cuidado com a família como algo de maior relevância na sua vida, o que é uma característica socialmente percebida na vida das mulheres. Beatriz, por exemplo, ao ser questionada sobre a coisa mais importante que fez na vida, revela: “Eu acho que cuidar da minha família. No geral, tanto do sentido do meu esposo, das minhas filhas, tanto minha família de irmãos, mãe e pai. Eu cuido bastante deles”. (Beatriz de Jesus, 37 anos, Coordenadora de base).

Oliveira e Dias (2018) ao pesquisarem sobre as representações sociais de mulheres rurais em empreendimento produtivo discorrem que a inserção feminina em associações ou cooperativas se traduz na possibilidade de melhores condições de vida para ela e sua família, o que permite pensar que mesmo quando estão nos espaços de produção as mulheres reproduzem comportamentos que lhes foram passados como intrínsecos à sua condição social – reprodutivos, de cuidado, de pouca expressividade. Assim, o “eu feminino” é deixado em segundo plano e dá lugar ao “eu familiar”.

Ainda sobre a percepção das atividades laborais exercidas fora do âmbito doméstico hooks (2019) afirma que contribui no aumento da autoestima e da participação na comunidade, salienta que independente da classe social a mulher que trabalhava como dona de casa ficava frequentemente isolada, sozinha e deprimida. Apesar de trazer as contribuições de hooks, é importante sempre atentar às condições específicas das trabalhadoras rurais, visto que, além das atividades domésticas, geralmente elas exercem atividades no roçado e nos quintais. Feita essa observação, é importante destacar quer seja no roçado, ou no sindicato, as atividades exercidas fora de casa, para além da renda, possibilitam um espaço de sociabilidade.

Nessa linha de pensamento, a colaboradora expõe sobre seu itinerário no movimento social e a importância dessa vivência em aspectos de aprendizado do que é ser mulher, bem como, ganhos relacionados à independência e autonomia:

Quando entrei para diretoria do sindicato, eu fui pra FETRAF-Bahia, eu passei a ser diretora da FETRAF-Bahia representando o sindicato. Isso tem quatro anos, cinco anos mais ou menos, porque vai ter eleição agora, né, ainda estou né, nessa pandemia foi prorrogado o mandato ainda vai ter abril, em março/abril as eleições. Não sei se vou permanecer, mas o que eu passei dentro dessa conjuntura foi um aprendizado muito grande, conhecimento e querendo ou não, como mulher para mim foi muito...a independência, a autonomia a liberdade, sabe? (Roseli Damasceno, 36 anos, Departamento de Educação do Campo).

Sair de suas casas e ter experiências fora do seu habitar, em diálogo e troca de experiências com outras mulheres, possibilita conhecimento, independência e crescimento individual. Participar do movimento foi destacado por algumas colaboradoras como um grande prazer, tanto pelo conhecimento obtido, mas também pelo carinho e amizade com as outras mulheres e pela valorização como pessoa. Schaaf (2003) traz que por meio do movimento, as mulheres rurais e suas demandas tornaram visíveis e representadas na esfera pública; passam a fazer parte dos espaços de decisão em muitos lugares no interior e se formam politicamente. Elas tentam mudar a sua situação numa sociedade em que os direitos parecem ser privilégios e negociáveis.

Todavia essa mudança não é percebida de forma positiva por todos que estão ao seu entorno, em especial, os homens, os quais sentem-se ameaçados com a saída da mulher do âmbito privado. A ameaça sentida pelo homem está diretamente relacionada à possibilidade de perda de seus privilégios. Fraser (2006) destaca que as conquistas de direitos pelas mulheres recebem conotação diferentes entre os gêneros, para o homem essa conquista é vista como um problema de “redistribuição” visto que, o indivíduo do

sexo masculino já exercia diversos privilégios beneficiados pelo patriarcado. Em contraponto, representa para a mulher, “reconhecimento”, pois o acesso a direitos pelo feminino por muito tempo foi negado.

Assim, essa ameaça percebida pelos cônjuges tem uma relação com o que Fraser apresenta como redistribuição. A fim de compreender melhor a colocação de Fraser acerca de redistribuição e reconhecimento, faz-se necessário explicar que a autora faz uso desses dois termos com intuito de compreender duas formas genéricas de injustiça, as quais perpassam à luta das mulheres. Uma se trata da injustiça econômica, a qual se instala na estrutura econômica-política, e a outra a injustiça cultural ou simbólica, que se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Para Fraser (2006), o recurso para dirimir as injustiças econômicas seria a reestruturação política-econômica, que poderia envolver uma redistribuição da renda e reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas. A fim de manter todos esses fatores em uma categoria, Fraser denominou esses recursos de redistribuição.

Em contrapartida, o recurso para sanar a injustiça cultural seria uma revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Fraser (2006) denominou esses recursos de reconhecimento.

É oportuno considerar que no processo de construção da identidade, mulher trabalhadora rural, as exigências e conquistas destas pelo reconhecimento profissional, assim como, por direitos trabalhista-previdenciários se justapõem em campos de disputas por reconhecimento cultural (no campo da diferença, envolvendo demandas de gênero) e redistribuição socioeconômica (no campo da igualdade). (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013).

Assim, pensando as questões de gênero, seria necessário tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento cultural. Gênero é um modo ambivalente de coletividade, visto que, contém uma face política-econômica de redistribuição e uma face cultural-valorativa referente ao reconhecimento, essas duas faces, de acordo com Fraser (2006):

Se entrelaçam para se reforçarem entre si dialeticamente porque as normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a “voz” das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. (FRASER, 2006, p.234).

Aqui não se pretende esgotar a discussão levantada por Fraser sobre redistribuição e reconhecimento, mas perceber que gênero, bem como outras categorias (raça, classe e sexualidade) demandam uma reparação para as injustiças distributivas e de reconhecimento. Isso posto, é possível perceber a indissociabilidade das lutas femininas da redistribuição e reconhecimento. Não é possível perceber o acesso das mulheres aos espaços de decisão sem que haja a reparação dessas injustiças.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enveredar na investigação sobre a realidade das mulheres rurais é descortinar uma realidade envolta de simbolismos e especificidades dos processos de construção de reconhecimento. No Território do Sisal, a presença feminina é reconhecida na luta pelo social, expressa a força da coletividade. Ainda que haja um longo caminho a ser percorrido em prol da equidade de gênero, as mulheres têm conquistado avanços em termos de participação nos espaços públicos, com voz e voto. Algumas ações despontam, a fim de melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais, as quais são resultados das inúmeras reivindicações empreendidas, por meio de movimentos de mulheres em suas distintas formas de manifestação e organização.

Os dados obtidos na pesquisa reafirmam o papel de destaque das mulheres trabalhadoras rurais de Serrinha na busca por autonomia e participação política cidadã. O resultado histórico dessa prática demonstra a grande capacidade de resiliência delas, diante de uma realidade que não lhes favorecia, mas, ainda assim, elas subverteram as limitações e ocuparam significativamente o sindicato.

Desse modo, através desta pesquisa foi possível ter acesso ao itinerário dessas mulheres para participar de forma efetiva do sindicato, e assim, se filiarem e existirem como trabalhadoras/agricultoras e não “apenas” como apoio; compreender que não foi uma tarefa simples, pois, foi necessário lutar contra toda uma estrutura que insiste em deixá-las à margem e silenciar suas vozes. Foi possível perceber também as diferentes nuances de cada uma dessas mulheres, no que diz respeito a implicação no processo, perceber a importância do sindicato na vida delas, como um lugar não apenas que favorece o acesso aos benefícios, mas local de formação e crescimento pessoal e político, um campo de elaboração de estratégias para enfrentamento das disputas. Verifica-se que na agenda de reivindicações, a pauta da violência doméstica está presente, visto que é um fato que ocorre de maneira acentuada no município de Serrinha e cuja preocupação aponta para a necessidade de instalação de uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, na tentativa de garantir a segurança das mulheres.

Por meio das leituras e dos relatos, pôde-se constatar que o engajamento em movimentos sociais abre espaço para o processo de ressignificação da posição feminina nas relações familiares, matrimoniais, comunitárias, no público - o que ocasiona uma ruptura com padrões socialmente construídos. Estar em movimento promove deslocamentos, voos, aguça a percepção e redimensiona o comportamento sobre as

posições que lhes são impostas, bem como, a reconstrução de sua identidade, o que favorece o enfrentamento de conflitos, elaboração de novas perspectivas, valores e relações sociais e, o questionamento da condição de subalternidade nas relações de gênero.

Assim, as mulheres trabalhadoras rurais se estabelecem como sujeitos de mudanças das estruturas objetivas e subjetivas da realidade, e assumem o controle de suas próprias vidas, ao incorporar novos valores, visão de mundo e entendimento de gênero intervém no processo histórico e podem trilhar novos caminhos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **SOMOS TODAS MARGARIDAS: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. 2015. 491 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 261-295, 2016.

ANTUNES, Ricardo Coltro. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1986.

AMORIM, Érika Oliveira. **A Filiação Sindical Rural da Mulher: fator de empoderamento?** 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

AMORIM, Érika Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulher, Sindicalismo Rural e Relações de Poder. **Veredas da História**, v. 2, n. 4, p. 81-89, 2011.

ARAÚJO, Gabriela Monteiro; SANTANA, Maria Verônica de. A escola feminista: uma experiência de pedagogia feminista rural no Nordeste do Brasil. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, v. 11, p. 1-11, 2017.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Izabel Baltarda. *Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios*. Campinas: APEP, NEPO/INICAMP e CEDEPLAR, 2000.

ARBOIT, Jaqueline *et al.* Violência Doméstica Contra Mulheres Rurais: Interfaces de Gênero na Concepção de Agentes Comunitários de Saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 1067-1074, abr. 2015.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 289-302, 2004.

BORDALO, Caroline Araújo. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco*. 2011. 127 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

BLAY, Eva Alterman. Memória-8 de Março 8 de Março: conquistas e controvérsias, 2004.

BRASIL. Mulheres do campo e da floresta: diretrizes e ações nacionais. 2011

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. Revista **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 171-174, 2004.

BUTTO, Andrea et al. **Autonomia e cidadania**: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, 2011.

BUTTO, Andrea et al. **Mulheres Rurais e Autonomia**: Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios de Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, p. 142-150, 1998.

CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 789.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Estudos Feministas**, p. 271-290, 1994.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, María José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente-SP**. 2003. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. **Estudos feministas**, p. 29-51, 1995.

Cisne, Mirla. Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. Tese de conclusão de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

COSTA, Ana Alice. As mulheres no sindicato. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 2, 2014.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. 1996. 278 f. Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas, 1996.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 24, 2007.

DE RÉ, César. Formas de Atuação de Entidades Sindicais do Rio Grande do Sul: Estudo Comparativo entre Sindicatos Vinculados à CUT e Força Sindical. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

ESPIRITO SANTO, Jailton do et al. Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, 2006, p. 195-204.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos feministas**, v. 12, n. 1, 2004. p. 47-71

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 9, n. 18, p. 1-37, 1 fev. 2006.

FERNANDES, Otávia. *A questão Agrária no Brasil*, ensaio sobre as lutas sociais no meio rural, Minas Gerais, Sinpro, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes**, p. 1-12, 2014.

FERRARI, Dilvan Luiz et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FETZNER, Adriana Borba *et al.* Fortalecendo o Movimento Sindical para Melhorar a Qualidade de Vida no Campo. In: O 11º CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 11., 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2013. p. 9-317.

FILHO, José Barroso. O perverso ciclo da violência doméstica contra a mulher... afronta a dignidade de todos nós, Migalhas, 2008. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/depeso/56674/o-perverso-ciclo-da-violencia-domestica-contra-a-mulher---afronta-a-dignidade-de-todos-nos>> Acesso em: 17/05/2022.

FIORINI, Angélica de Andrade. Sindicalismo Rural no Brasil. 2015. 26 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Departamento de Ciências Sociais Sociologia Política, Curitiba, 2015.

FISCHER, Izaura Rufino. O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

FRANCO, Maria Asenate C. Histórias de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Violência Simbólica: assimetria de gênero? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENTRELACANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. **Anais**. Salvador, 2017.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

GALVÃO, Andréia. As disputas políticas pelo controle do sindicalismo rural paulista. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 157-160, 1999.

GALETTI, Carolina H. Empoderamento feminino e trajetória de vida: os modelos rígidos do “ser mulher”. **Revista Vernáculo**, n. 31, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Débora de Fina. Políticas laborais de igualdade de gênero: o Programa PróEquidade de Gênero no Brasil. In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2011, Londrina. Anais...Londrina, 2011. p. 1 - 12.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e Hierarquia. A Costela de Adão Revisitada. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 50, jan. 1993.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 176 p.

JESUS, Alex Dias de. Das Ligas ao MST: luta pela terra e a territorialidade camponesa. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, 1-14, 2011.

JESUS, Tatiana Farias de. **Trabalhadoras rurais de Feira de Santana: gênero, poder**

e luta no sindicato (1989/2002). 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.2009

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e sociedade*, v. 17, p. 69-81, 2008.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. *Tempo social*, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295f. Tese (doutorado) –

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo / Rio de Janeiro FASE*, 1989.

MELO, Ligia Albuquerque de. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar**: o caso do pronaf em afogados da ingazeira-pe. 2003. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1994. p. 80.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Mulheres no sindicalismo rural – reconfigurando a política. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza, 2009. p. 1-12.

MOREIRA, Ozileide Matos. “**Lugar de mulher é onde ela quiser**”: **O protagonismo de lideranças femininas no Território do Sisal – Bahia**. 2017. Dissertação de Mestrado – UEFS, 2017.

MOREIRA, Ozileide Matos. DIAS, Acácia B. Memórias da Construção de uma Trajetória de Participação Social por Mulheres no Território do Sisal – BA. In: SANTOS, J.D.F. et all (orgs). **Entrecruzando Saberes: Gênero, Sexualidade, Memória e Violência**. Uberlândia: Ed. Navegando, 2020. p. 47-66.

MOREIRA, Ozileide Matos; DIAS, Acácia Batista. Memórias da construção de uma trajetória de participação social por mulheres no Território do Sisal – BA. In: SANTOS, João Diógenes Ferreira dos; CUNHA, Tânia Rocha Andrade; DIAS, Acácia Batista. **Entrecruzando saberes: Gênero, Sexualidade, Memória e Violência**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 141.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigação em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p.7-28.

NOBRE, Míriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates. SOF: São Paulo, 2005

OLIVEIRA, Vanderleia Alves de; DIAS, Acácia Batista. MULHERES RURAIS EM EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS: TECENDO NOVAS REPRESENTAÇÕES. Feira de Santana, p. 2-30, jul. 2018.

PAULILO, Maria Ignez S. et al. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC**, p. 15-38, 2003.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A mulher e a terra no Brejo Paraibano**. In: BRUSCHINE, Maria. Cistina.; ROSEMBERG, Fulvia. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 163-190.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 9, n. 18, p. 1-37, 1 fev. 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 204-236, 2014a.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014b.

PIRES, Silvana Maciel. **A atuação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Contexto das Políticas de Segurança Alimentar e a Constituição de Novas Territorialidades em Santaluz-Bahia**. 2016. Dissertação de Mestrado- UEFS, Feira de Santana 2016.

PIRIN, Lizandra.; TSUKAMOTO, Ruth Youko . Sindicalismo Rural - Um novo momento: o caso do STR de Francisco Beltrão - PR. In: I SIMPÓSIO ESTADUAL DE LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2005, Londrina. Uma outra América é possível? O significado das lutas populares hoje. Londrina: UEL, 2005.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. 2012.

POMPONET, André Silva. Perfil Rural do Território de Identidade Sisal. Feira de Santana, p. 1-11, 2019.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O Que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017. 114 p

SABBATO, Hildete Pereira de Melo e Alberto di. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: AGRÁRIO, Ministério do Desenvolvimento. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Nead, 2006. p. 260.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petropolis: Vozes, 1976. 284 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. Editora Moderna, 1987. p.120.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. In: **Gênero, patriarcado, violência**. 2004. p. 151-151.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.

SALIS, Carmem Lúcia Gomes. Estatuto da Terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar. **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 493-516, 2014.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál. Florianópolis**, p.11-19, 2010.

SANTOS, Cristiane Nascimento dos. **Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina: elaboração de guia orientador com foco nas políticas públicas e no trabalho feminino**. 2018. 113 f. Relatório de intervenção e elaboração de produto apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana no curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial, 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Ana Alice Alcantara. **Feminismos, Feministas, e Movimentos Sociais**. 1994.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres. Recife: SOS Corpo–Instituto Feminista para a Democracia**, 2013.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. pp. 31-42.

SILIPRANDI, Emma. **Urbanas e Rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009. 291 f

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosangela. **Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, p. 571-592, 2015.

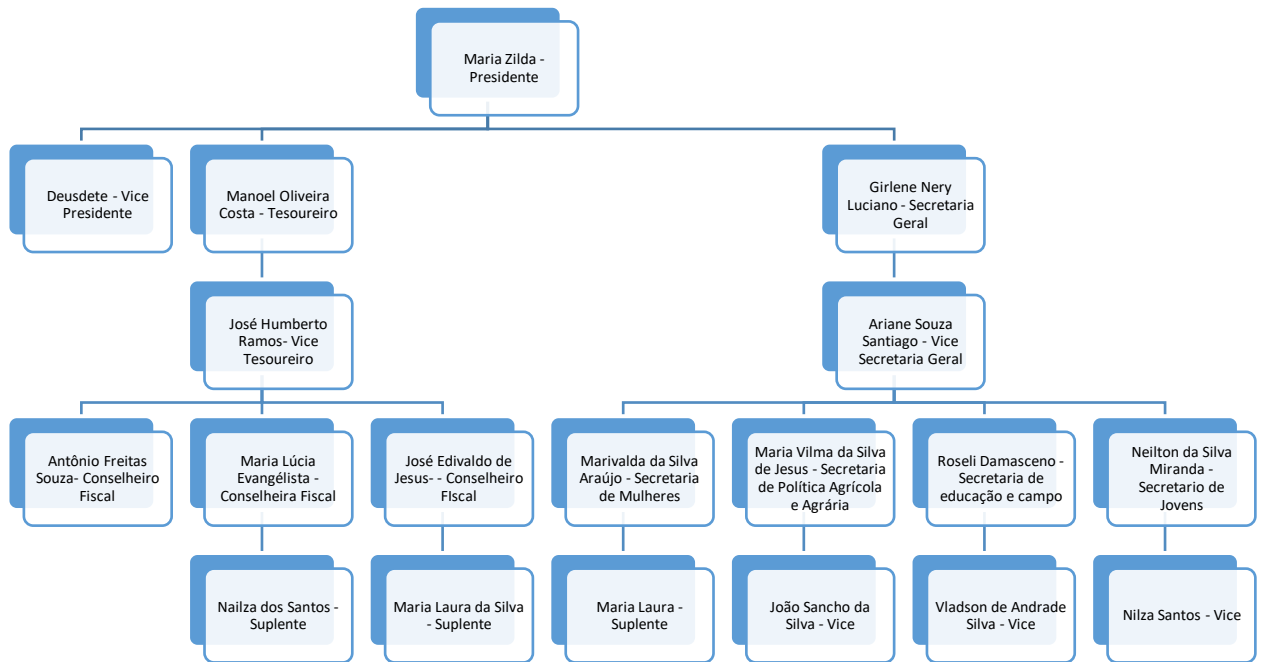
SOARES, Thalita Maciel. Mandacaru: uma reflexão sobre a trajetória de Alexina Crêspo utilizando o cinema como fonte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. Anpuh-Brasil, 2019. p. 1-21.

SOUZA, Ana Paula de. As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das experiências do andes-sn. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

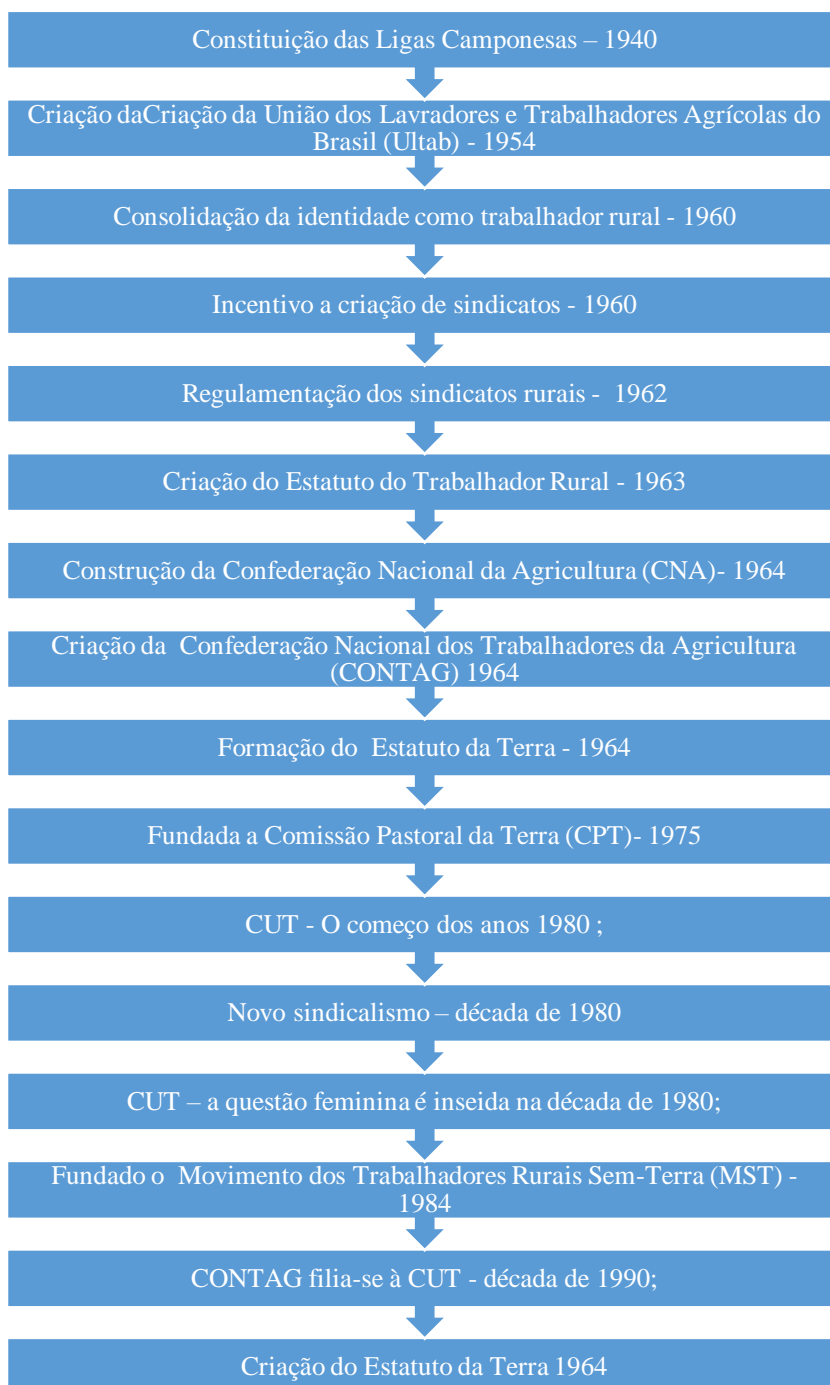
SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária têm dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. 304 p.

SCHAAF, Alie van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 10, n. 5, p. 412-444, jul. 2003.

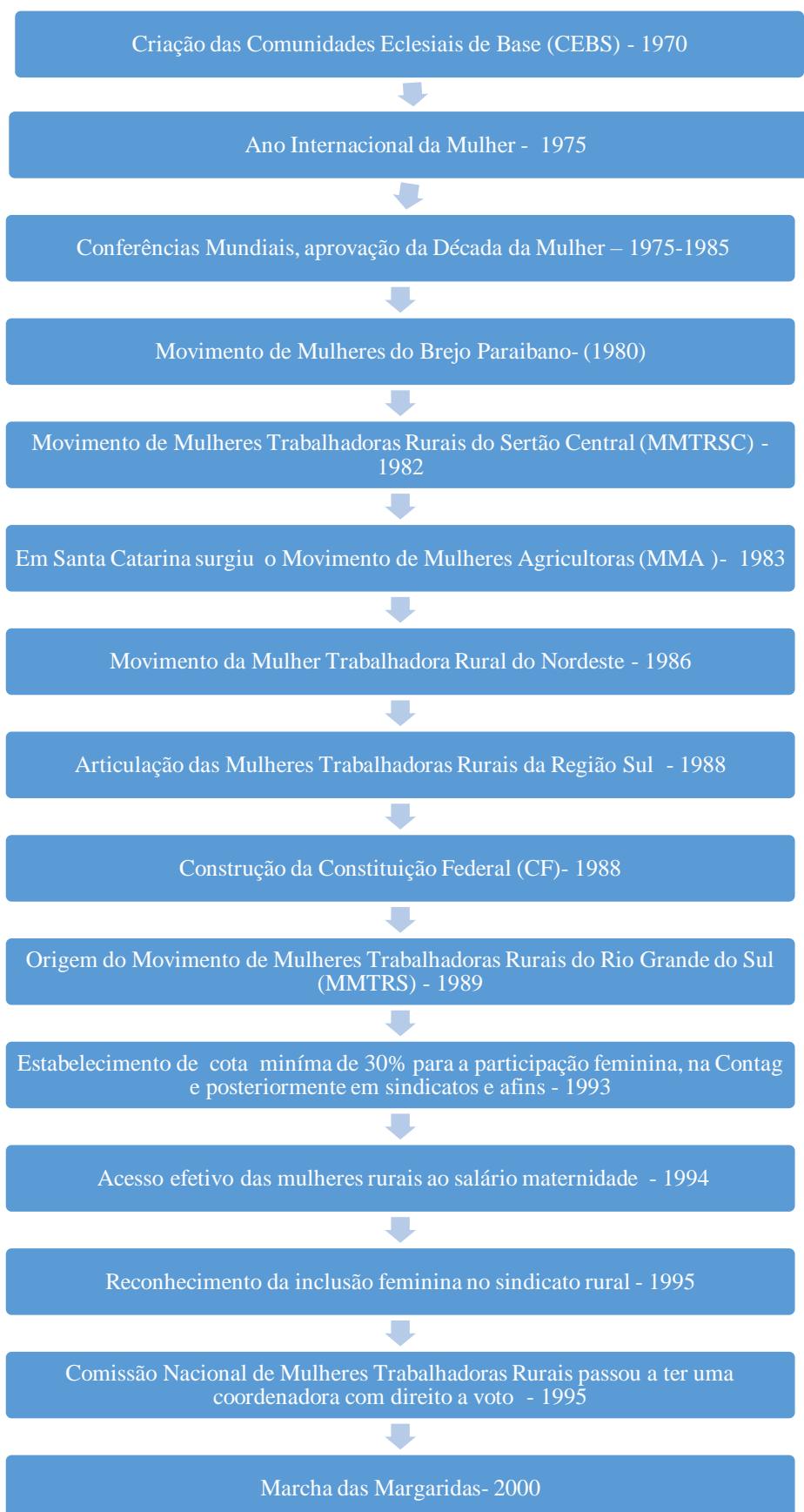
APÊNDICE 01- ESTRUTURA DO SINDICATO (2018-2021)



APÊNDICE 02- SÍNTESE DE MARCOS NA CONSTITUIÇÃO DO SINDICALISMO RURAL



APÊNDICE 03 - ACONTECIMENTOS IMPORTANTES NA TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO SINDICALISMO RURAL



APÊNDICE 04- TCLE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
COLEGIADO DE PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa intitulada A Inserção de Mulheres Trabalhadoras Rurais ao Sindicato Rural no Município de Serrinha- BA: um olhar a partir das identidades femininas, tendo como responsáveis a Prof^a. Dr^a Acácia Batista Dias e a estudante Vanderleia Alves de Oliveira do curso de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O objetivo da pesquisa é analisar como o processo de inserção de mulheres rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha–SINTRAF, contribui em novas perspectivas de poder nas esferas pública e privada. Serão realizadas entrevistas com mulheres representantes dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Serrinha, BA, e uma análise documental através do acesso as fichas do sindicato onde se busca informações sobre total de mulheres filiadas, ano de filiação e dados sobre idade, local de residência. O nome da filiada não será registrado. Este trabalho tem como benefício contribuir na visibilização da trajetória sociopolítica e ações das mulheres rurais, visto que, por muito tempo, não houve registro da trajetória feminina no meio rural. Desta forma, convidamos você a participar desta pesquisa através de uma entrevista que será gravada, a qual contém perguntas sobre o processo de inserção de mulheres trabalhadoras rurais ao SINTRAF, bem como, quem são essas mulheres, funções exercidas e possíveis mudanças ocorridas a partir da inserção. Estamos cientes de que toda pesquisa traz riscos para seus participantes, tais como uma possível dificuldade de entendimento com as questões realizadas. Caso alguma questão não seja entendida podemos esclarecer, e se alguma questão lhe causar constrangimento ou vergonha, você tem o direito de não respondê-la. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, garantimos direito de buscar indenização e você receberá assistência total, imediata e gratuita pelo tempo que for necessário. É importante ressaltar que estas informações serão utilizadas somente para fins desta pesquisa e os dados serão resguardados na instituição sob nossa responsabilidade, com garantia de privacidade das informações, ou seja, essas informações não serão utilizadas para outros fins. Caso desista de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a entrevista, sem que haja nenhum tipo de consequência, nem custo financeiro. Eventuais despesas tidas pelos participantes da pesquisa ou dela decorrentes serão ressarcidas financeiramente ou custeadas pelas pesquisadoras. Os depoimentos dados, após serem utilizados, ficarão sob a responsabilidade das pesquisadoras, armazenados em sistema computacional próprio e de uso restrito, sob a tutela da UEFS. Os resultados obtidos através desse estudo serão apresentados na defesa da dissertação do curso de Pós-Graduação em Planejamento

Territorial, além da divulgação em possíveis eventos como congressos, seminários, artigos, revistas e produções científicas em geral. Ademais, a estudante Vanderleia Alves de Oliveira se compromete a apresentar às participantes e ao Sindicato o produto final da pesquisa, através de uma cópia final da dissertação e exposição dos resultados, no local mais apropriado para as participantes. Assim, peço autorização para a exposição de sua imagem e do seu nome, uma vez que, o trabalho pretende dar visibilidade às mulheres e suas trajetórias. Caso aceite participar, pedimos sua autorização para gravação através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias, as quais serão rubricadas pela pesquisadora e pela participante. Uma destas ficará com você e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora ou orientadora, cujo e-mails estão descritos abaixo. Para obtenção de esclarecimentos sobre a pesquisa do ponto de vista ético poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS), cuja finalidade é proteger os sujeitos da pesquisa. O mesmo situa-se na UEFS, Módulo 1, MA 17 (Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, Feira de Santana - Bahia, CEP: 44036-900). Contatos: telefone (075) 3161- 8124; e-mail: cep@uefs.br. Horário de funcionamento: das 13:30h às 17:30h.

Agradecemos a sua colaboração.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2020.

Prof.^a Acácia Batista Dias

Orientadora

DCHF/UEFS/Mód.VII

Contatos: acacia@uefs.br

Tel: (71)999810332

Vanderleia Alves de Oliveira

Pesquisadora

DCHF/UEFS

oliveiraavanderleia@hotmail.com

Tel.:(75)998124682

Você aceita que esta entrevista seja gravada? () Sim () Não

Você autoriza o uso da sua imagem? () Sim () Não

Você autoriza a divulgação da sua identidade? () Sim () Não

Participante

APÊNDICE 05- ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA I.

Dados sociodemográficos:

Nome _____ Idade _____ anos. Escolaridade: ()

Sem instrução () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Ensino Médio

Incompleto () Ensino Médio Completo () Superior Incompleto () Superior Completo

Profissão/Ocupação: _____

Situação Conjugal: () união/casamento () separação/divórcio () solteira ()

outro _____ Renda Familiar: () menos de 1SM () de 1 a 2 SM () de 3 a 4 SM

() de 5 a 6 SM () acima de 6SM

Cidade onde nasceu _____

Cidade em que mora atualmente _____

Local de moradia: () área urbana () área rural Casa: () própria () alugada ()

doação/cessão Quantas pessoas moram na casa? _____

Quadro da composição do grupo doméstico

Nº	Nome	Sexo	Parentesco	Idade	Profissão/ocupação

II. Roteiro de Entrevista

- 1- Como é a sua vida?
- 2- Quais as coisas mais importantes que você fez na vida?
- 3- Há quanto tempo você é filiada ao SINTRAF?
- 4- O que a levou a participar?
- 5- Quando surgiu SINTRAF?
- 6- O que o SINTRAF representa para você?
- 7- Que função você desempenha?
- 8- Como foi a sua inserção?
- 9- A função que você exerce te coloca numa posição de poder?
- 10- Como foi o processo de inserção/filiação das mulheres?

- 11- Houve alguma resistência nesse processo de filiação por parte de pessoas conhecidas ou do próprio sindicato?
- 12- Quem são essas mulheres e quais funções exercem no sindicato?
- 13- Você é reconhecida como uma liderança?
- 14- O fato de você ser mulher representou alguma dificuldade para se envolver em atividades públicas?
- 15- E você o que pensa sobre isso?
- 16- Como ocorre a discussão de gênero no SINTRAF?
- 17- Quais os principais avanços e os entraves?
- 18- A participação social provocou alguma mudança na sua vida? Quais?
- 19- Em relação aos homens, você nota algum tipo de reação diante da posição que você ocupa no sindicato?
- 20- Você percebe diferenças de direitos entre homens e mulheres no sindicato? Quais?
- 21- A sua atuação no sindicato provocou alguma mudança nas suas relações familiares?
- 22- Enquanto mulher, você percebe mudanças no seu posicionamento após filiar-se ao sindicato e tornar-se presidente?
- 23- Para você o que o sindicato representa para as mulheres?
- 24- A inserção no sindicato possibilita novas perspectivas de poder nos espaços públicos e privados?
- 25- Sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, você acha que este espaço tem contribuído para que haja uma redução dessas desigualdades?
- 26- Em sua opinião, o sindicato tem promovido uma maior visibilidade das mulheres?
- 27- Para você o que é ser mulher nestes espaços?
- 28- Pelo que as mulheres sindicalizadas ainda precisam lutar?
- 29- Como você olha para a trajetória de luta das mulheres no sindicato?
- 30- Como você olha para sua trajetória de luta no sindicato? Você já atingiu seu objetivo?
- 31- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Obrigada!